

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

SARAH DOMINGUES DA ROCHA NIGRI

“¿NUNCA MÁS UN MÉXICO SIN NOSOTROS!”

**Um estudo sobre as novas representações do
indígena construídas pelo movimento zapatista**

**mexicano
(1994-1996)**



VITÓRIA
2009

SARAH DOMINGUES DA ROCHA NIGRI

“¿NUNCA MÁS UN MÉXICO SIN NOSOTROS!”

**Um estudo sobre as novas representações do
indígena construídas pelo movimento zapatista
mexicano**

(1994-1996)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, sob a orientação do Professor Doutor Antonio Carlos Amador Gil.

**VITÓRIA
2009**

SARAH DOMINGUES DA ROCHA NIGRI

“¿NUNCA MÁS UN MÉXICO SIN NOSOTROS!”

**Um estudo sobre as novas representações do
indígena construídas pelo movimento zapatista
mexicano
(1994-1996)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em 15 de maio de 2009.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Carlos Amador Gil
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Fábio Muruci dos Santos
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Julio Cezar Bentivoglio
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Eduardo Scheidt
Universidade Severino Sombra

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

N689n Nigri, Sarah Domingues da Rocha, 1983-
¡Nunca más un México sin nosotros! : um estudo sobre as novas
representações do indígena construídas pelo movimento zapatista
mexicano (1994-1996) / Sarah Domingues da Rocha Nigri. – 2009.
180 f. : il.

Orientador: Antonio Carlos Amador Gil.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo,
Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Exército Zapatista de Libertação Nacional (México). 2.
Movimentos sociais. 3. Identidade. 4. Representações sociais. 5. Índios
do México. I. Gil, Antonio Carlos Amador. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que me apoiaram e de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

A Deus, em primeiro lugar, que me acompanhou nos momentos difíceis e me capacitou para superar os obstáculos. A Ele dedico esta conquista e a minha vida.

À minha família e aos meus amigos por me incentivarem a prosseguir nesta caminhada e me ajudarem a lutar pelos meus sonhos.

Aos colegas de academia pelas sugestões, indicações de leitura e críticas que contribuíram para o meu amadurecimento e me permitiram chegar até aqui.

Ao Programa de Pós Graduação em História Social das Relações Políticas da UFES que me possibilitou um ambiente acadêmico propício à confecção deste trabalho.

Ao meu orientador, Antonio Carlos Amador Gil, que me ensinou a enfrentar meus medos e a acreditar em mim. Obrigada pela paciência, pela dedicação e, sobretudo, pela amizade.

RESUMO

Durante a década de 80 do século XX, diante da mobilização dos indígenas em diversos países latino-americanos, muito se especulou acerca de “quem” ou “o que” estaria por trás dos movimentos étnicos. Não se admitia a possibilidade de que os indígenas fossem capazes de se organizar politicamente sem a intervenção de algum agente externo. Por isso, serem reconhecidos como sujeitos dignos e autônomos, capazes de definir as diretrizes de seu próprio desenvolvimento e construir alternativas para a superação da situação de marginalização em que se encontram, são reivindicações cruciais dos movimentos indígenas contemporâneos. A substituição de uma “imagem negativa” do “índio” por uma “representação positiva” pode ser considerada uma estratégia importante da luta política que vem sendo travada pelos índios. Por isso, este trabalho lança luz sobre a dimensão simbólica da resistência zapatista no México e busca identificar as novas representações produzidas pelo movimento que objetiva transformar o “indígena” em símbolo da luta e da resistência contra a exploração e o esquecimento.

Palavras-chave: movimentos indígenas, representações, resistência.

ABSTRACT

Discourses and new social representations which are produced by social movements, certainly, play an important role in their fights because these representations carry meanings that can change or keep the power relations present on the society. Many times, the most important demand of excluded groups is demonstrating their conditions of worthy people with specific rights. In México, the “Ejército Zapatista de Liberación Nacional” tries to re-mean and rebuilt the indigenous identity and intend to modify the negative representations about the “Indian” which is divulged in Mexican society. Analyzing discourses produced by zapatists during the first three years after the armed insurrection on January, 1994, it is possible to conclude that one of the most important resistance strategies used by zapatists in Chiapas is substituting a “negative image” of “Indian” for a “positive representation” of “Indianness”. The objective of this work is discussing and analyzing the symbolic dimension of the zapatist resistance and identifying the new representations about “Indian” produced by zapatist movement which intend to become the “Indians” symbols of dignity and examples of resistance in fights against oppression, exploration and forgetfulness.

Key-words: zapatist movement; social representations, identity, resistance, dignity

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
-------------------------	----------

PRIMEIRO CAPÍTULO

1.1 - A questão indígena no México contemporâneo e a insurreição zapatista.....	26
1.1.1 – Desigualdade, marginalização e exclusão social	28
1.1.2 – Antecedentes da rebelião zapatista em Chiapas	41
1.2 - A trajetória das relações interétnicas no México	46
1.2.1 – O projeto de nação no México e a ideologia da mestiçagem	48
1.2.2 – Indigenismo e pós-indigenismo no México	55

SEGUNDO CAPÍTULO

2 - A resistência indígena em Chiapas (1994-1996).....	61
2.1 – A Primeira Declaração da Selva Lacandona	62
2.2 – A Segunda Declaração da Selva Lacandona	66
2.3 – A Terceira Declaração da Selva Lacandona	75
2.4 – A Quarta Declaração da Selva Lacandona	81

TERCEIRO CAPÍTULO

3 – As novas representações do “indígena” e da “indianidade” construídas pelos zapatistas.....	85
3.1 – A identidade indígena do movimento zapatista.....	86
3.2 – Etnicidade, consciência étnica, e dignidade	106
3.3 – As novas representações das mulheres indígenas	122

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
---------------------------------------	------------

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes	135
Documentos eletrônicos	139
Bibliografia	140

6 – ANEXOS

Anexo I – Primera Declaración de La Selva Lacandona	147
Anexo II – Segunda Declaración de La Selva Lacandona	150
Anexo III – Tercera Declaración de La Selva Lacandona	159
Anexo IV – Cuarta Declaración de La Selva Lacandona	165
Anexo V – Pliego de demandas zapatistas.....	175

INTRODUÇÃO

¿Los indígenas chiapanecos son "mexicanos" para explotarlos y no pueden ni opinar cuando se trata de la política nacional? [...] ¿Qué categoría de ciudadanos tienen los indígenas chiapanecos? ¿La de "ciudadanos en formación"? ¿Para el gobierno federal los indígenas siguen siendo niños chiquitos, es decir "adultos en formación"? ¿Hasta cuándo van a entender? ¿Cuánta sangre más se necesita para que entiendan que queremos respeto y no limosnas?¹

O grito de “¡YA BASTA!” que ecoou em 1º de janeiro de 1994 em uma das regiões mais empobrecidas do território mexicano colocou em destaque a problemática da integração dos indígenas e das chamadas “minorias étnicas” nos Estados nacionais modernos; questão ainda não resolvida e que representa um grande desafio para as sociedades e governos na atualidade.

A emergência de movimentos étnicos nas duas últimas décadas do século passado trouxe à tona as limitações do modelo de Estado-Nação idealizado na modernidade – calcado na unidade e na homogeneidade – e abriu espaço para a construção de novas representações da “nação” e das “identidades nacionais”.

Apesar de as populações nativas do continente americano terem resistido e lutado de diversas maneiras, desde os primórdios da colonização européia, percebemos que *o reconhecimento dos índios como sujeitos históricos e como atores sociais legítimos é uma conquista muito recente*, embora ainda não plenamente

¹ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **A la prensa: cartas del CCRI-CG**. México, 31 de janeiro de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 18 de janeiro de 2007.

concretizada².

Durante a década de 80 do século XX, diante da mobilização dos indígenas em diversos países da América Latina, muito se especulou acerca de “quem” ou “o quê” estaria por trás dos movimentos étnicos: As alas progressistas da igreja católica? Partidos políticos de esquerda? Guerrilheiros? Estudantes? Não se admitia, absolutamente, a possibilidade de que os indígenas fossem capazes de se organizar politicamente sem a intervenção ou a manipulação de algum agente externo. Por isso, *serem reconhecidos como sujeitos dignos e autônomos, capazes de definir as diretrizes de seu próprio desenvolvimento e de construir alternativas para a superação da situação de marginalização em que se encontram*, são reivindicações cruciais dos movimentos indígenas contemporâneos.

De acordo com o professor Sérgio Rinaldo Arruda, o intento de demonstrar e reivindicar sua condição de pessoas dignas e portadoras de direitos é, muitas vezes, o objetivo primordial das lutas empreendidas por grupos marginalizados e oprimidos, como os indígenas. Sendo assim, podemos afirmar que:

² De acordo com José Bangoa, atualmente é impossível ignorar a questão indígena na América Latina. Os índios exigem reconhecimento e têm, cada vez mais, ocupado espaços estratégicos na sociedade e na política e não estão dispostos a abrir mão dessas conquistas. Todavia, há ainda muito pelo que lutar. No México, conforme discutiremos adiante, as comunidades indígenas apresentam os maiores índices de marginalização do país, o que impede que a dignidade dessas populações seja plenamente respeitada e reconhecida. Por isso, acreditamos que o reconhecimento dos índios como atores sociais legítimos representa uma conquista ainda não plenamente concretizada. Para mais informações acerca do protagonismo dos movimentos indígenas na atualidade, consultar: BANGOIA, José. **La emergencia indígena en América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

[...] as lutas em torno da questão indígena processam-se tendo como eixo simbólico uma disputa pela legitimação de uma imagem do “índio”, que sirva melhor de argumento à luta de posições entre os componentes desse campo.³

Portanto, a substituição de uma “imagem negativa” do “índio” por uma “representação positiva” pode ser considerada uma estratégia importante da luta política que vem sendo travada pelos movimentos indígenas contemporâneos. Segundo Natividad Gutiérrez Chong, é perceptível a necessidade que os índios têm “[...] *de fabricar y reconstruir imágenes dignificadas de la indianidad.*”⁴ Eles têm apresentado propostas de construção de uma sociedade multiétnica e multicultural e vêm questionando as bases dos Estados Republicanos Latino-Americanos construídos a partir do ideal de “*um só Povo, uma só Nação, um só Estado*” que nega a existência da diversidade étnica e cultural das sociedades do continente. Para Rodolfo Stavenhagen:

Los pueblos indígenas reclaman no solamente más y mejor democracia, o la mejor aplicación de los mecanismos de defensa y protección de los derechos humanos, o mejor participación en los supuestos beneficios de los programas de desarrollo. De hecho están cuestionando y desafiando las premisas mismas sobre las cuales ha sido erigido el Estado-Nación en América Latina desde hace casi dos siglos.⁵

Acreditamos que os discursos e representações produzidos pelos movimentos sociais desempenham uma função importante em suas lutas, pois carregam

³ ARRUDA, Rinaldo Sérgio V. Imagens do índio: signos da intolerância. In: GRUPIONI, Luís D.; FISCHIMANN, Roseli; VIDAL, Lux. (orgs.). **Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 47

⁴ GUTIÉRREZ CHONG, Natividad. **Mitos Nacionalistas e identidades étnicas: los intelectuales indígenas y el Estado mexicano**. Tradución de Graciela Salazar. México: Editorial Plaza y Valdés, 2001, p.75

⁵ STAVENHAGEN, Rodolfo. Las organizaciones indígenas: actores emergentes en América Latina. In: ESTÉVEZ, Manuel Gutiérrez (comp.). **Identidades étnicas. Diálogos ameríndios**. Ed. Casa de América, Madrid, 1997, p.46

significados que contribuem para alterar as relações sociais vigentes e para transformar a realidade. Por isso, concordamos com Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar, quando defendem que o sucesso dos movimentos que lutam em torno da questão da “identidade” não deve ser avaliado somente com base no modo como suas demandas são processadas institucionalmente, mas também:

[...] embasando-se na observação do modo como os discursos e práticas dos movimentos podem desestabilizar e assim – pelo menos parcialmente – transformar os discursos dominantes e as práticas excludentes da “democracia latino-americana realmente existente”.⁶

Conforme destaca o sociólogo Alberto Melucci, podemos afirmar que os movimentos sociais atuam como “profetas” que “*anunciam e denunciam as profundas transformações na lógica e no processo que guiam nossas sociedades*”⁷. Esse caráter “profético” pode ser percebido com clareza no Movimento Zapatista mexicano e no grito de “Ya Basta!” que dele ecoa, *denunciando* a opressão, a exploração e o esquecimento que há séculos sofrem as populações indígenas de Chiapas e de outras regiões da América Latina.

Nós zapatistas, nos vemos como um sintoma de algo maior e mais geral que está acontecendo em todos os continentes, onde muitos dizem, ou gostariam de dizer “Ya Basta!”⁸

⁶ ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (orgs.). O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, Sonia. et al. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Novas Leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 30

⁷ MELUCCI, Alberto. Challenging Codes. Cambridge: Cambridge Un. Press., 1996, p.1. Apud: GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2002, p.157

⁸ BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Chiapas: construindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.51

Além de denunciarem a situação de marginalização em que vive grande parte dos indígenas mexicanos, os zapatistas também seguem anunciando que é tempo de sonhar com “*Liberdade! Justiça! Democracia!*” e com a construção de “*Um Mundo onde caibam muitos Mundos*”. O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) luta pelo reconhecimento e pela autonomia das populações indígenas no México e resiste contra o avanço das políticas neoliberais. Constrói um discurso que faz referência ao passado, mas que se dirige para o futuro através de propostas de construção de uma “nova política” que abarque novos espaços de participação e permita uma maior atuação da sociedade civil, culminando num processo de radicalização democrática que sirva como alternativa frente à política partidária e institucional. Nas palavras de Ana Carrigan, “*la revolución que el movimiento zapatista aspira es un diálogo radical y democrático no una rebelión violenta.*”⁹

Diante dos novos contornos que distinguem e caracterizam o movimento zapatista, acreditamos que podemos classificá-lo como um movimento social do tipo “novo”¹⁰. Este adjetivo, que qualifica muitos dos movimentos sociais contemporâneos, não se refere somente ao momento histórico em que o movimento surgiu, mas às novas relações que estes movimentos estabelecem com

⁹ CARRIGAN, Ana. Chiapas, la primera revolución posmoderna. In: MARCOS, Subcomandante Insurgente. **Nuestra arma es nuestra palabra: escritos selectos**. Nova York: Siete Cuentos Editorial, 2001, p.467

¹⁰ Designação utilizada para classificar os movimentos sociais que surgiram em fins da década de 60 do século passado na Europa e a partir de meados da década de 80 na América Latina; são caracterizados pelas novas identidades que assumem, mais ligadas a questões culturais (gênero, meio-ambiente, sexualidade, etnia, etc.) do que à posição que os atores sociais ocupam no sistema de produção capitalista. Para mais informações, consultar: GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

o Estado, com a sociedade civil e às novas formas de compreensão e percepção que estes movimentos estabelecem em relação à “política” e à questão do “poder”.

As estratégias de luta inovadoras utilizadas pelo movimento zapatista, somadas à ruptura com a política partidária, à clara recusa aos esquemas clientelistas – evidente quando os neozapatistas afirmam: “*tudo para todos, nada para nós!*” – e sua aproximação e articulação com a sociedade civil e com movimentos internacionais, aproximam o EZLN dos “*novos movimentos sociais*”. Massimo Di Felice e Cristobal Muñoz chamam atenção para a lógica política inovadora adotada pelos zapatistas e para a ruptura que operam frente à política tradicional:

[...] o EZLN parece superar a lógica política tradicional, adotada também pelos partidos e pelas organizações de esquerda, recusando os seus instrumentos clássicos: a política como arte do compromisso, as eleições e as estruturas hierárquicas dos partidos com seu objetivo prioritário, ou seja, a luta pelo poder.¹¹

A desvinculação do movimento de uma base exclusivamente classista também é um elemento que aproxima os zapatistas dos novos movimentos sociais. Neste caso, a categoria de “atores sociais” parece ser a mais indicada para referir-se aos zapatistas. De acordo com Maria da Glória Gohn, esta categoria não se contrapõe ao conceito de “classe social”, mas procura melhor abarcar as diferentes configurações dos “movimentos sociais” recentes.

¹¹ DI FELICE, Massimo; MUÑOZ, Cristobal (orgs.). **A Revolução Invencível. Subcomandante Marcos e Exército Zapatista de Libertação Nacional, cartas e comunicados**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998, p.21-22

Todo ator pertence a uma classe social. Mas os atores muitas vezes se envolvem em frentes de luta que não dizem respeito, prioritariamente, a problemáticas da classe social, como as questões de gênero, étnicas, ecológicas, etc. Ou seja, grande parte dos eixos temáticos básicos dos movimentos sociais contemporâneos não diz respeito ao conflito de classe, mas a conflitos entre atores da sociedade.¹²

É importante destacar que os conceitos freqüentemente utilizados pela professora Maria da Glória Gohn (“atores sociais”; “identidade coletiva”; “solidariedade”, etc) estão muito presentes, ou mesmo foram cunhados, na abordagem dos “Novos Movimentos Sociais” (NMS) e compõem a definição de “movimentos sociais” por ela proposta:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais [...]. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas, problemas, conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. [...] Os movimentos geram uma série de inovações na esfera pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. [...] Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam.¹³

Em nosso trabalho, decidimos utilizar a longa definição proposta por Gohn pois consideramos que ela abarca de forma satisfatória os novos contornos dos movimentos sociais contemporâneos.¹⁴ A partir desta definição, podemos perceber que um “movimento social” difere de um simples “grupo de interesses”,

¹² GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2002, p.249

¹³ Ibidem. p. 252-253

¹⁴ Para uma melhor compreensão da perspectiva de Gohn, consultar a justificativa que a própria autora apresenta acerca de seu posicionamento teórico em **Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**, p.254

ou seja, não basta que haja no interior de um determinado coletivo social um conjunto de interesses comuns para caracterizá-lo como um movimento (evidentemente, objetivos comuns são partilhados pelos membros de um movimento, mas não bastam para determiná-lo como tal). Segundo Gohn, há uma realidade partilhada pelos atores sociais que antecede a aglutinação de seus interesses. As ações desenvolvidas pelo movimento partem de um “*substrato*” e de “*referenciais comuns*” que seus membros compartilham. Em outras palavras, um movimento necessita de uma “*identidade coletiva*” para se caracterizar.¹⁵

Entre os zapatistas, observamos que a problemática do reconhecimento da “autonomia” e da “dignidade” dos indígenas se transformou em fundamento de suas lutas. Logo, podemos constatar que a identidade assumida pelo movimento é uma identidade étnica.¹⁶ Segundo o sociólogo Zygmunt Bauman, a emergência das identidades étnicas, oprimidas e excluídas por tanto tempo, pode ser interpretada como uma espécie de “reação” dos grupos minoritários à ausência de liberdade e de poder decisório sobre seu próprio destino; situação que pode levá-los a reunir forças para lutar contra a condição de exclusão em que se encontram.

Para Bauman, a designação de um grupo como “minorias étnicas” não é resultado da escolha de seus membros, mas pode ser considerada uma imposição de grupos dominantes, ou melhor, de “comunidades poderosas”¹⁷ que detêm o “poder de

¹⁵ GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. p.245

¹⁶ Exploraremos mais detidamente esta discussão no segundo capítulo.

¹⁷ BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade. Uma busca por segurança no mundo atual**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

nomear” e, geralmente, atribuem um caráter pejorativo e uma conotação negativa à identidade daqueles que não pertencem à sua comunidade. Contudo, a ressignificação da indianidade, promovida pelos zapatistas, demonstra que os limites e os conteúdos das identidades impostas podem, em determinadas situações, passar a ser administrados pelo próprio grupo marginalizado e classificado como “minoría étnica”. Como podemos notar, as “disputas identitárias” demonstram que as “identidades” *“não são simplemente definidas; elas são impostas. Elas não conviven armoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas”*¹⁸, conforme destaca o professor Tomaz Tadeu da Silva.

No México, o processo de “rotulação” e significação pejorativa do “indígena” durou séculos, do período colonial à república, conforme discutiremos adiante, mas o poder do Estado de instituir as identidades e definir seus significados vem sendo contestado e as lutas em prol da construção de uma representação positiva do índio ganham cada vez maior visibilidade. Na Quarta Declaração da Selva Lacandona, de janeiro de 1996, o movimento zapatista fala da reconstrução da identidade indígena:

[...] Los indígenas mexicanos, los siempre obligados a escuchar, a obedecer, a aceptar, a resignarse, tomaram la palabra y hablaran la sabiduría que anda en sus pasos. La imagen del indio ignorante, pusilánime, y ridículo, la imagen que el poder había decretado para consumo nacional, se hizo pedazos y el orgullo y la dignidad indegenas volvieron a la historia para tomar el lugar que les corresponde: el de

¹⁸ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p.81

ciudadanos completos y cabales.¹⁹

As novas representações que vem sendo construídas pelos zapatistas procuram transformar o “indígena” em símbolo de luta e de resistência contra a exploração e o esquecimento. Essa nova visão possui implicações sociais e também políticas, visto que há uma exigência de reconhecimento dos indígenas como “*ciudadanos completos y cabales*”, capazes de opinar sobre os rumos da nação. As demandas zapatistas combinam petições de ordem material com exigências de ordem política e cultural. Por isso, escolhemos trabalhar nas fronteiras entre a História Política e a História Cultural, campos da historiografia largamente ampliados e renovados nos últimos anos. De acordo com a professora Sandra Pesavento, hoje podemos falar em “História Cultural do Político” ou em “Nova História Política”:

[...] a História Cultural não exclui a política de suas análises, como apontam alguns de seus críticos. Pelo contrário, o campo do político tem demonstrado ser um dos mais ricos para o estudo das representações, com o que se pode mesmo afirmar que a História Cultural trouxe novos aportes ao político, colocando questões renovadoras e sugerindo novos objetos. Não seria demais falar em uma verdadeira renovação do político, trazida pela História Cultural.²⁰

Ultrapassando as análises restritas ao âmbito do Estado e do poder institucionalizado, modificando o foco que antes estava direcionado ao estudo das elites, a Nova História Política emerge como um campo promissor na historiografia. De acordo com o historiador Roger Chartier:

¹⁹ COMITÊ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Quarta Declaração da Selva Lacandona**. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acessado em abril de 2007.

²⁰ PESAVENTO, Sandra J. **História & História Cultural**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p.75

Ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto, a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas [...] centra a atenção sobre as *estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem*, para cada classe, grupo ou meio, *um ser-percebido constitutivo de sua identidade*.²¹

Conforme assinalamos, nosso trabalho está voltado para a análise das estratégias simbólicas a que o movimento zapatista recorre em sua luta pela construção de uma nova imagem do “índio”, por isso, situamos nosso trabalho no campo da história cultural do político e conferimos destaque ao conceito de “representações sociais”.

Na introdução do livro “Representações: contribuição a um debate transdisciplinar”²², Ciro Flamarion Cardoso critica a imprecisão e a falta de definição presentes em muitos trabalhos historiográficos que enfocam as “representações sociais”. Segundo Cardoso, os estudos das representações só são válidos quando as representações não são transformadas em “medida de todas as coisas”, ou seja, quando não se considera que elas são constitutivas da realidade, que “criam” ou “constroem” mundos. Absolutizar as representações seria, portanto, adotar uma perspectiva reducionista e subordinar o social ao cultural.

Segundo Ciro Flamarion Cardoso, as representações sociais podem ser consideradas uma espécie de “teoria do senso comum”, ou seja, um conjunto de

²¹ CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, 11(5), 1991, p. 184

²² CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. (orgs.). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papiurus, 2000.

“saberes essenciais” mobilizados pelas pessoas na comunicação informal do dia-a-dia. Elas estariam, portanto, separadas e seriam distintas do conhecimento científico, que obedece a normas e critérios rígidos para se aproximar, o máximo possível, da explicação e da realidade dos fatos. As representações, por sua vez, seriam imagens mentais, elaboradas pelos sujeitos a partir de suas faculdades cognitivas. Elas não teriam a pretensão nem a capacidade de reproduzir fielmente os objetos do mundo exterior. Consequentemente, na perspectiva de Cardoso, as representações não poderiam ser consideradas elementos constitutivos da realidade. Por isso, o autor critica a posição de Roger Chartier que sustenta que as representações não só fazem parte da realidade como também contribuem para a sua construção. Segundo este historiador, as representações seriam “*matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social*”²³, pois participam do aparato cognitivo a que os sujeitos recorrem para tomarem suas decisões, fazerem suas escolhas e se relacionarem em sociedade. Sendo assim, podemos considerar que as representações também moldam nossa visão da realidade e, consequentemente, participam da configuração do mundo social e da forma como nos relacionamos com ele.

Discordamos do professor Ciro F. Cardoso quando ele qualifica a perspectiva de Chartier como “reducionista” e “absolutizante”. Acreditamos que quando Chartier fala que o “mundo” ou a “realidade social” são constituídos por “representações”, ele não quer dizer que as palavras e as idéias tenham, por si sós, poderes mágicos para inaugurar e estabelecer uma nova realidade. O “mundo” que elas ajudam a

²³ CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**, p. 183

construir é o “mundo social”, organizado e baseado em valores socialmente compartilhados, dividido e hierarquizado pelos discursos e repleto de sentidos social e historicamente construídos.

Aproximamo-nos da perspectiva de Roger Chartier, pois sustentamos que as representações, sim, fazem parte da realidade e são capazes de regular práticas sociais, podendo contribuir para a transformação ou reprodução das relações de poder vigentes na sociedade. Também concordamos com o alerta do sociólogo Pierre Bourdieu que afirma que só poderemos compreender os embates entre diferentes representações (que fazem parte da dimensão simbólica das lutas políticas) quando superarmos a oposição que a ciência opera entre realidade e representação:

Só se pode compreender esta forma particular de luta de classificações, que é a luta pela definição da identidade ‘regional’ ou ‘étnica’ com a condição de se passar para além da oposição que a ciência opera [...] entre a representação e a realidade, e com a condição de se incluir no real a representação do real ou, mais exatamente, a luta de representações.²⁴

Chartier procura compreender os comportamentos dos atores sociais levando em conta as “representações” que eles possuem, assim como as limitações materiais, externas aos agentes. Por isso, algumas vezes recorre ao conceito de *habitus* proposto por Bourdieu e comentado, no trecho a seguir, pelo professor Ciro Cardoso: “[...] o *habitus* é determinado pelo mundo social e, ao mesmo tempo, determina a percepção que dele se tenha.”²⁵ O *habitus* apresenta, portanto,

²⁴ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p.113

²⁵ CARDOSO, Ciro F. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO,

aspectos psicológicos e sociais. Seria uma espécie de propensão, tendência, predisposição que um determinado grupo possui para selecionar respostas no interior de um repertório cultural específico (construído social e historicamente), de acordo com as exigências e limitações de uma dada conjuntura. Entendemos que, ao sustentar que as representações constituem a realidade, mas também são marcadas e limitadas pelas condições materiais e pelas posições sociais que os agentes possuem, Chartier quer dizer que as representações são estruturadas e estruturantes.

Não acreditamos que a alteração das representações sociais e a desestabilização dos discursos dominantes sejam, por si sós, suficientes para transformar a realidade, mas defendemos que estas são estratégias tão importantes quanto aquelas que as lutas econômicas compreendem. Por isso, concordamos com Bourdieu quando o autor alerta que:

É preciso, pois, romper com o economicismo – marxista ou qualquer outro – [...] porque, por não reconhecer a contribuição dada à construção do real pela representação que os agentes têm do real, ele não pode compreender a real contribuição que a transformação coletiva da representação dá à transformação da realidade.²⁶

As disputas em torno da questão da “identidade” e das representações envolvem, portanto, disputas mais amplas por recursos materiais e simbólicos. Embora muitos aspectos e problemas da sociedade sejam discursivos, a sociedade não é apenas discursiva e as lutas travadas nesse campo pretendem, não apenas

Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. (orgs.). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000, p.14

²⁶ Ibidem. p. 129

desestabilizar e transformar discursos dominantes, mas alterar as relações de poder que geram desigualdades sociais, fome, pobreza, racismo, violência e outros problemas sociais perpetuados por mecanismos de exclusão e dominação tão diversos quanto a coerção física ou a imposição de classificações sociais.

A partir dessas considerações, procuramos esclarecer melhor o enfoque de nosso trabalho e nosso posicionamento teórico, definindo o que entendemos por “representações sociais”. Este é um conceito muito importante em nosso trabalho, por meio do qual analisamos os discursos zapatistas e as novas imagens que o movimento constrói do “índio”.

Para empreendemos a análise dos comunicados zapatistas, escolhemos trabalhar com elementos e métodos de uma das mais importantes correntes da análise do discurso: a análise crítica do discurso (ACD), herdeira da escola francesa de análise do discurso e da chamada lingüística crítica.

Aqueles que adotam uma perspectiva crítica têm a intenção de deixar bem claro o papel-chave desempenhado pelo discurso nos processos através dos quais são exercidas a exclusão e a dominação, assim também como a resistência que os sujeitos oferecem contra ambas.²⁷

Para a ACD, o discurso é, sobretudo, uma prática social. Estruturado e estruturante, não só está determinado pelas instituições e estruturas sociais, como é parte constitutiva delas. Os textos produzidos pelos atores sociais são, portanto, partes integrantes do contexto sócio-histórico e não alguma coisa de caráter

²⁷ IÑIGUEZ, Lupicínio. Prática da análise do discurso. In: IÑIGUEZ, Lupicínio. (coord.). **Manual de análise do discurso em Ciências Sociais**. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2004, p.118

puramente instrumental, externa às pressões sociais. Concordamos com Milton José Pinto quando este afirma que:

[...] Os discursos têm assim papel fundamental na reprodução, manutenção ou transformação das representações que as pessoas fazem e das relações e identidades com que se definem numa sociedade, pois é por meio dos textos que se travam as batalhas que, no nosso dia-a-dia, levam os participantes de um processo comunicacional a procurar dar a ‘última palavra’, isto é, a ter reconhecido pelos receptores o aspecto hegemônico do seu discurso.²⁸

Sendo os processos de comunicação extremamente estratégicos na atualidade, conforme enfatiza o professor Milton José Pinto, consideramos que os documentos e comunicados produzidos e veiculados pelo movimento zapatista são instrumentos fundamentais para o êxito de suas lutas. Ao selecionarmos os métodos da análise crítica do discurso, pretendemos explorar o poder gerador do discurso como uma prática que não só designa objetos a que se refere ou descreve fatos e situações, mas que participa da constituição desses objetos e da realidade dos fatos.

[...] Os estudos críticos do discurso estão interessados essencialmente na maneira como o poder, a dominação e a desigualdade social são estabelecidos, reproduzidos e combatidos através do discurso.²⁹

Decidimos trabalhar com os discursos produzidos entre o período de 1994 a 1996, isto é, com os documentos divulgados desde o momento em que os zapatistas ganharam visibilidade – após a insurreição armada de 1º de janeiro de 1994 – até a divulgação da Quarta Declaração da Selva Lacandona e a Constituição do

²⁸ PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso**. 2ª ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002, p.28

²⁹ ROJO, Luisa Martín. A fronteira interior – Análise crítica do discurso: um exemplo sobre ‘racismo’. In: IÑIGUEZ, Lupicínio. (coord.). **Manual de análise do discurso em Ciências Sociais**. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2004, p.212

Congresso Nacional Indígena em 1996.

Este período compreende grande parte das negociações realizadas entre zapatistas e governo em torno da questão indígena e da identidade étnica do movimento e abarca as discussões e a aprovação dos Acordos de San Andrés³⁰. Consideramos este o recorte mais apropriado para os fins deste trabalho.

³⁰ Os Acordos de San Andrés foram assinados em fevereiro de 1996 e, em linhas gerais, previam a instituição de um “novo pacto social” com a inclusão na Constituição mexicana do direito à autonomia, à livre determinação e à livre expressão cultural das populações indígenas. Todavia, em setembro do mesmo ano, as negociações entre representantes do governo e das comunidades indígenas foram interrompidas devido à indisposição governamental para o cumprimento destes acordos. Os impasses culminaram com a aprovação, em 2001, de uma lei indígena elaborada pelo Governo sem consulta aos representantes indígenas e sem participação das comunidades.

PRIMEIRO CAPÍTULO

1.1 - A questão indígena no México contemporâneo e a insurreição zapatista

Em muitos aspectos, é possível situar as comunidades indígenas no patamar mais baixo da sociedade mexicana. De acordo com o Subcomandante Marcos, os indígenas representam o “*México del sótano*”.³¹ Este é o México de “*los de abajo*”, “*los más pequeños*”, “*los sin voz, sin nombre, sin rostro*”, considerados “*los muertos de siempre*”.

Informações e estatísticas oficiais comprovam que a condição de marginalização e exclusão das populações indígenas no México se perpetua em nossos dias, apesar das diversas iniciativas governamentais para resolver o “problema indígena”. Para melhor compreendermos a situação dos índios mexicanos na atualidade, dividimos este capítulo, intitulado “*A questão indígena no México contemporâneo e a insurreição zapatista*”, em duas partes.

Na primeira seção, “*Desigualdade, marginalização e exclusão social*” apresentaremos algumas dados, estatísticas e informações oficiais acerca das condições em que vive grande parte dos índios no México contemporâneo. A partir da análise e interpretação dos materiais apresentados, buscaremos ressaltar a importância de garantir aos indígenas o direito de decidirem o destino de suas comunidades, favorecendo seu protagonismo na elaboração de soluções para seus

³¹ MARCOS, Subcomandante Insurgente. La larga travesía del dolor a la esperanza. In: MARCOS, Subcomandante Insurgente. **Nuestra arma es nuestra palabra: escritos selectos**. Nova York: Siete Cuentos Editorial, 2001, p.70

problemas e permitindo-lhes definir os significados de sua própria identidade. Em seguida, analisaremos os “*Antecedentes da rebelião zapatista em Chiapas*” que eclodiu em 1º de janeiro de 1994 em Chiapas como uma reação à precariedade das condições de vida compartilhadas pelos indígenas no sul do México.

A segunda seção, intitulada “*A trajetória das relações interétnicas no México*”, também encontra-se dividida em duas partes. Na primeira, discutiremos “*O projeto de nação no México e a ideologia da mestiçagem*” e poderemos compreender como a identidade nacional foi construída ao longo da história mexicana e como foram pautadas as relações interétnicas no país. Verificaremos que o preconceito e a discriminação sofridos pelas populações indígenas na atualidade possuem raízes históricas e culturais. Na segunda parte, enfim, abordaremos as políticas indigenistas e o pós-indigenismo no México.

A contextualização da questão indígena no México contemporâneo será fundamental para compreendermos as ações, demandas, reivindicações e lutas do movimento zapatista que serão analisadas no segundo capítulo deste trabalho.

1.1.1 – Desigualdade, marginalização e exclusão social

[...] el crecimiento y florecimiento de nuestros pueblos deben partir de nosotros mismos. Nadie conoce mejor nuestra realidad que los propios indígenas, y por consecuencia nos toca ser sujetos de nuestro desarrollo. Lo anterior significa en la práctica que todo proyecto de desarrollo planteado desde afuera y sin tomarnos en cuenta será un atentado a la integridad de nuestros pueblos.³²

Durante muito tempo, as políticas direcionadas às populações autóctones do continente americano foram traçadas, gerenciadas e avaliadas por cientistas sociais e profissionais não-indígenas, razão pela qual muitas delas falharam ou não produziram resultados satisfatórios. Hoje torna-se imperativo lutar pela construção de espaços para que os próprios índios elaborem propostas e alternativas para a superação de seus problemas e pelo reconhecimento dos indígenas como sujeitos capazes de decidir os rumos e as diretrizes de seu próprio desenvolvimento.

Segundo Héctor Aguilar Camín, a distribuição de renda no México é uma das piores do mundo, onde os 10% mais pobres detêm 4% da riqueza nacional, enquanto os 10% mais ricos ficam com 55,3% dela. Por causa dessas desigualdades, o país ocupa o 50º lugar em índice de desenvolvimento humano³³. Dados fornecidos pelo CONAPO (Consejo Nacional de Población)³⁴, indicam que os municípios que concentram os maiores percentuais de população indígena

³² MONTES, Adelfo Regino. Los pueblos indígenas: diversidad negada. **Revista Chiapas**, México, n. 7. Disponível em: <<http://www.ezln.org/revistachiapas/N7/ch7regino.html>>. Acessado em novembro de 2007.

³³ CAMÍN, Héctor Aguilar. **A cinza e a semente**. Tradução de BEI. São Paulo: BEI Comunicação, 2002, p. 70

³⁴ Para mais informações, consultar: <<http://www.conapo.gob.mx/>>

são os mesmos que acumulam os maiores índices de analfabetismo, mortalidade infantil, desemprego, marginalidade e desigualdade. As estatísticas tornam-se ainda mais alarmantes quando constatamos que, no México, essa população corresponde a mais de dez milhões de pessoas.

De acordo com o censo realizado pelo INEGI (Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática)³⁵ em 2000, cerca 10.253.627 mexicanos são indígenas, ou seja, 10,5% do total de habitantes, o que faz do México o país com maior contingente de população indígena em termos absolutos do continente americano. Importa observar aqui que o critério utilizado pelo Estado Mexicano para definir o número de indígenas no país é linguístico, ou seja, somente os falantes de algum idioma indígena são incluídos nas estatísticas oficiais. Porém, se considerarmos outros elementos como a cultura, a ascendência e o sentimento de pertença, o percentual de índios na população mexicana sobe para cerca de 33%, chegando a compreender mais de trinta milhões de mexicanos.³⁶ A ação deliberada de órgãos oficiais (não apenas no México, mas em vários países latino-americanos) de “subnumerar” a população indígena é chamada de “*etnocídio estatístico*” por Margarida Nolasco³⁷, pois torna invisíveis milhares de cidadãos que, por “não existirem estatisticamente”, são ignorados e deixam de receber qualquer tipo de apoio por parte do Estado.

³⁵ Mais informações em <<http://www.inegi.gob.mx/>>

³⁶ CRUZ, Thaayrohyady. S. Bermúdez de la. La autonomía de los pueblos indios y la legislación del Estado. Disponível em: García, Alberto Saladino. (coord.). **El problema indígena. Homenaje a Carlos Mariátegui**. México: UAEM, 1995, p. 100

³⁷ NOLASCO, Margarida. Los grupos étnicos ameríndios ante la internacionalización de la economía y la heterogeneidad de la sociedad: el caso de los mesoamericanos. In: ESTÉVEZ, Manuel Gutiérrez (comp.). **Identidades étnicas. Diálogos ameríndios**. Ed. Casa de América, Madrid, 1997, p.39

Em 2006, a CDI (Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas)³⁸, propôs a adoção de uma tipologia que distingue (1) “*municipios indígenas*” (onde pelo menos 70% da população com idade de cinco anos ou mais é falante de alguma língua indígena), (2) “*municipios predominantemente indígenas*” (entre 40% e 70% da população com cinco anos ou mais fala alguma língua indígena), (3) “*municipios com moderada presença de população indígena*” (entre 10% e 40% da população é falante de alguma língua indígena) e (4) “*municipios com escassa presença indígena*” (onde menos de 10% da população de cinco anos ou mais fala alguma língua indígena).

O objetivo dessa divisão foi facilitar os estudos e análises dessas regiões a fim de traçar seus perfis e detectar seus principais problemas para responder de maneira mais apropriada aos desafios que elas apresentam. Cerca de 60% da população índia (em torno de seis milhões de pessoas) vive nos municípios indígenas, enquanto os 40% restantes encontram-se espalhados nos municípios onde sua representação é minoritária.³⁹ De acordo com o relatório do CDI, aproximadamente 50% do total de municípios mexicanos apresentam graus de “alta” e “muy alta marginación” frente a 82,6% de municípios indígenas na mesma situação.⁴⁰ Observe o quadro a seguir⁴¹:

³⁸ Em 2003, o Instituto Nacional Indigenista (INI) transformou-se em “Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas” (CDI).

³⁹ CARRETO, Enrique Serrano. **Regiones indígenas de México/Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo**, México: CDI: PNUD, 2006, p.7

⁴⁰ Ibidem, p.17

⁴¹ O quadro se baseia em informações obtidas no seguinte documento: CONSEJO NACIONAL DE POBLACIÓN. **Índices de marginación**, México: 2006. Disponível em: <<http://www.conapo.gob.mx/>> Acesso em julho de 2007.

Grau de presença indígena	Total	Grau de Marginalização				
		Muito alto	Alto	Médio	Baixo	Muito baixo
Municípios	2 454	365	886	501	423	279
Indígenas	317	196	119	2	-----	-----
Predominantemente indígenas	190	51	119	17	2	1
Com moderada presença indígena	284	45	151	61	20	7
Com escassa presença indígena	1 663	73	497	421	401	271

O conceito de “marginación”, que aqui traduzimos como “marginalização”, substituiu, nos estudos e estatísticas oficiais, o conceito de “pobreza” a fim de abarcar outras formas de opressão que ultrapassam a dimensão econômica:

[...] marginación es um fenómeno estructural múltiple, que integra en una sola valoración las distintas dimensiones, formas e intensidades de exclusión o no participación en el proceso de desarrollo y en el disfrute de sus beneficios.⁴²

⁴² CONSEJO NACIONAL DE POBLACIÓN. **Índices de marginación**, México: 2006, p.15. Disponível em: <<http://www.conapo.gob.mx/>> Acesso em julho de 2007.

Sendo, portanto, um conceito multidimensional, “marginación” abrange quatro dimensões socioeconômicas, conforme indica o quadro abaixo⁴³:

Dimensões socioeconômicas	Formas de exclusão	Indicador para medir a intensidade da exclusão
Educação	Analfabetismo	Percentual da população de 15 anos ou mais analfabeta
	Ensino primário incompleto	Percentual da população de 15 anos ou mais com ensino primário incompleto
Habitação	Ausência de água encanada	Percentual de moradores em residências sem água encanada
	Ausência de rede de esgoto	Percentual de moradores em residências sem rede de esgoto
	Moradia com piso de terra	Percentual de moradores em residências com piso de terra
	Ausência de energia elétrica	Percentual de moradores em residências sem energia elétrica
	Elevado número de moradores na mesma residência	Percentual de residências com elevado número de moradores
Renda	Até dois salários mínimos	Percentual de população que recebe até dois salários mínimos
Distribuição da população	Localidades com menos de 5 mil habitantes	Percentual de população em localidades com menos de 5 mil habitantes

⁴³ O quadro se baseia em informações obtidas no seguinte documento: CONSEJO NACIONAL DE POBLACIÓN. **Índices de marginación**, México: 2006. Disponível em: <<http://www.conapo.gob.mx/>> Acesso em julho de 2007.

Com mais de 80% dos municípios indígenas classificados como de “alta” e “muito alta” marginalização, podemos constatar que a imensa maioria dessas populações carece de renda, educação e habitação adequadas e está excluída do desfrute de benefícios e vantagens decorrentes dos processos de modernização e desenvolvimento do país. Em decorrência desses fatores, as condições de vida de grande parte dos indígenas é muito precária, com altas taxas de desnutrição entre a população, altos índices de mortalidade infantil e um elevado número de óbitos que poderiam ser evitados caso o acesso a médicos, hospitais e tratamentos fosse adequado.

Dentre todos os estados mexicanos, Guerrero, Chiapas e Oaxaca se destacam como as únicas entidades federativas que apresentam graus de marginalização “muito altos”. Nelas, vivem 10,9 milhões de pessoas, ou seja, mais de 10% da população nacional.⁴⁴ Durante a década de 90, o estado de Chiapas ocupou o primeiro lugar neste ranking mas, em 2006, foi substituído por Guerrero.

Há mais de um milhão de indígenas que habitam o território chiapaneco e estão concentrados, majoritariamente, em duas regiões: Los Altos e Selva Lacandona. Dos 112 municípios que Chiapas compreende, 38 estão catalogados como de “muito alta marginalização”, dentre estes 38, encontramos “[...] 30 *municipios mayoritariamente indígenas ubicados en Los Altos o en los municipios que circundan el área petrolera de la zona [...], el 79 % de esta zona con muy alta*

⁴⁴ CONSEJO NACIONAL DE POBLACIÓN. **Situação demográfica de México 2006**. C.P. 06600, México, D.F., 2006, p. 237

*marginación comprende los municipios en que la población indígena rebasa el 75%.”.*⁴⁵ Observe o quadro a seguir⁴⁶:

	Guerrero	Chiapas	Oaxaca
População total	3 115 202	4 293 459	3 506 821
% População de 15 anos ou mais analfabeta	19.88	21.35	19.35
% População de 15 anos ou mais sem primário completo	35.98	42.76	38.49
% Ocupantes em habitações sem drenagem nem serviço sanitário	27.18	8.07	6.84
% Ocupantes em habitações sem energia elétrica	6.33	5.88	7.21
% Ocupantes em habitações sem água encanada	31.34	25.90	26.29
% Habitações com elevado número de moradores na mesma residência	55.06	60.20	53.06
% Ocupantes em habitações com piso de terra batida	35.69	32.99	35.17
% População em localidades com menos de 5 000 habitantes	50.51	58.46	61.27
% População com renda de até 2 salários mínimos	64.90	78.14	69.65
Grau de marginalização e lugar que ocupa no contexto nacional	Muito alto	Muito alto	Muito alto

⁴⁵ BARREDA, Andrés. CECENÁ, Ana Esther. Chiapas y sus recursos estratégicos. **Revista Chiapas**, México, n.1. Disponível em: <<http://www.ezln.org/revistachiapas/No1/ch1cecenabarreda.html>> Acessado em outubro de 2007.

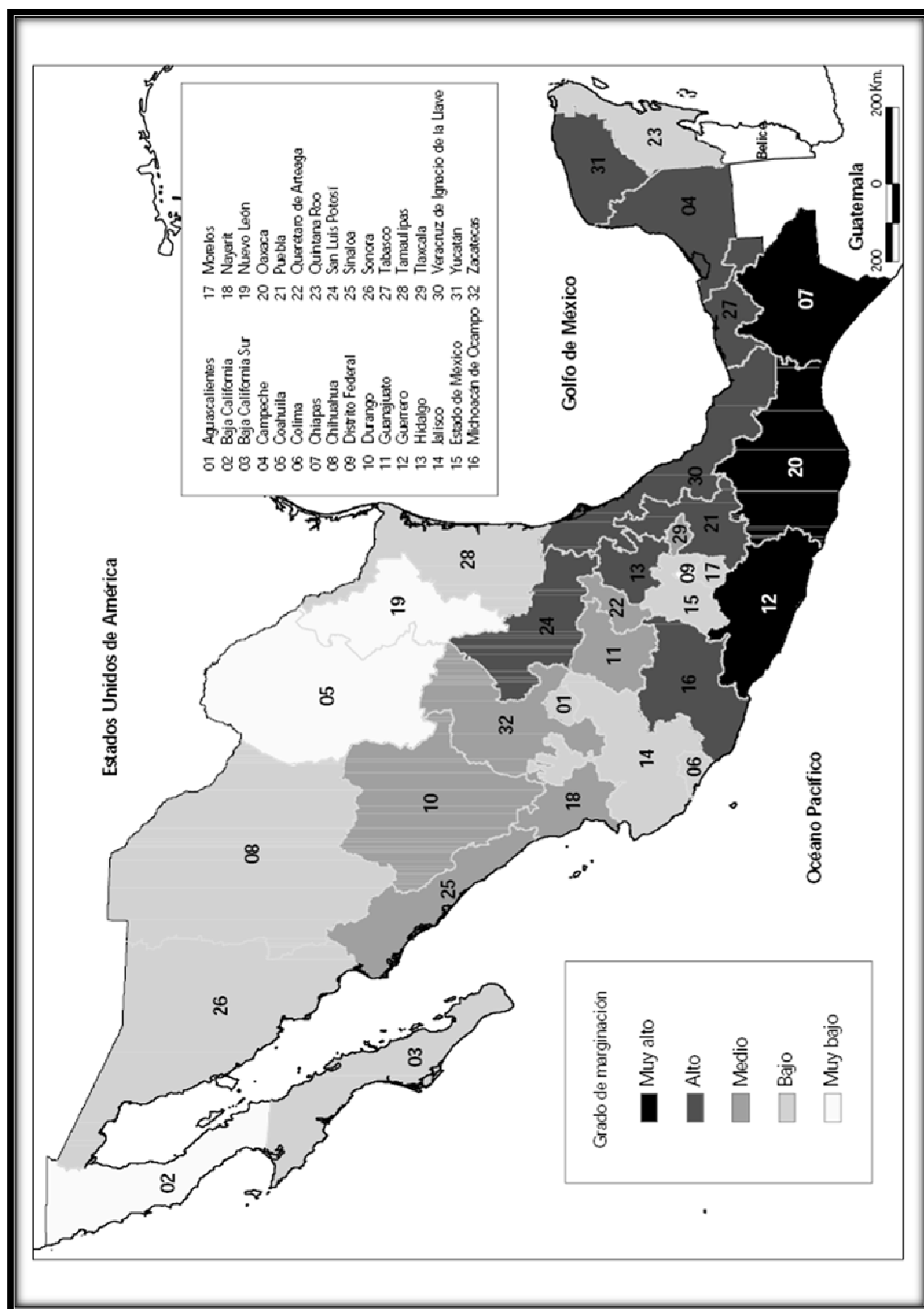
⁴⁶ As informações contidas neste quadro foram obtidas consultando o seguinte documento: CONSEJO NACIONAL DE POBLACIÓN. **Situación demográfica de México 2006**. C.P. 06600, México, D.F., 2006.

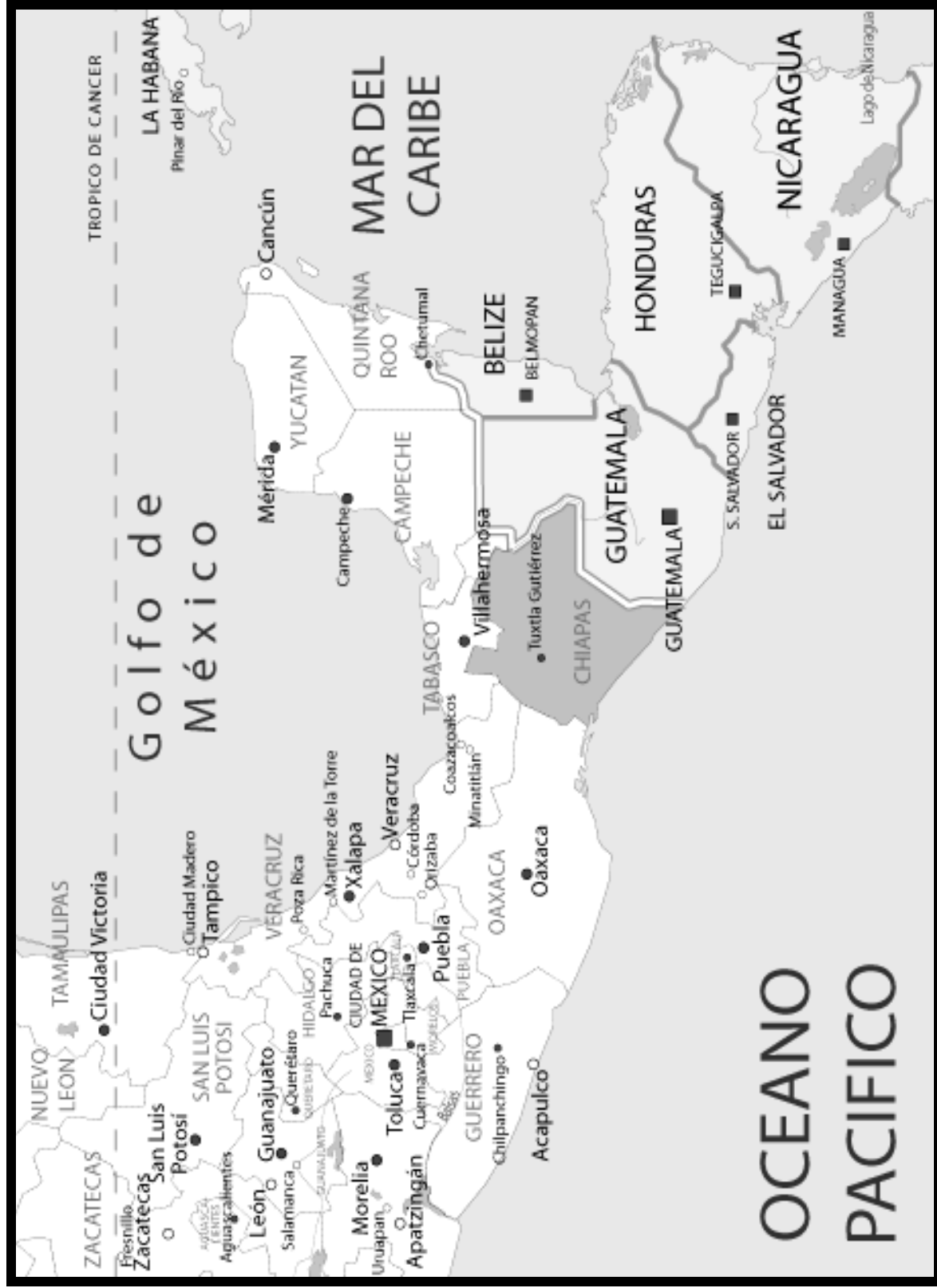
Chama a atenção, no estado de Chiapas, o alto percentual de população de baixa renda, que sobrevive com até dois salários mínimos (78,14%); o elevado número de pessoas com mais de 15 anos sem o ensino primário completo (42,76%) ou analfabetas (21,35%); a quantidade de residências que não dispõem de água encanada (25,90%) ou apresenta um elevado número de moradores dividindo o mesmo espaço (60,20%); o alto percentual de residências com piso de terra batida (32,99%) e de população vivendo em localidades com menos de 5.000 habitantes (58,46%), indicando uma possível dificuldade de acesso a médicos, hospitais, escolas, estradas, energia elétrica e infra-estrutura adequada.

Segundo as constatações apresentadas no relatório *“La situación demográfica de México 2006”*, a análise do grau de marginalização das entidades federativas em 2000 e 2006 permite constatar que *“[...] este fenómeno tiende a persistir en el sur del país.”*⁴⁷ Podemos observar, no mapa⁴⁸ a seguir, que os estados sulistas de (12) Guerrero, (20) Oaxaca e (07) Chiapas (mais escuros que os demais) apresentam os mais elevados índices de marginalização.

⁴⁷ CONSEJO NACIONAL DE POBLACIÓN. **Situação demográfica de México 2006**, p.240

⁴⁸ O mapa aqui apresentado encontra-se disponível em: <<http://www.conapo.gob.mx/>> Acesso em julho de 2007.





Como podemos observar no último mapa apresentado⁴⁹, o território de Chiapas faz fronteira com a Guatemala, o que faz do estado uma espécie de “porta de entrada e saída” para produtos importados e exportados. O estado é responsável pela produção de mais da metade da energia hidrelétrica do país (55%), possui importantes jazidas petrolíferas, recursos aquíferos, florestais e agropecuários (café, milho, açúcar, cacau, soja, gado, etc.) e, por tudo isso, representa uma região economicamente estratégica. Chiapas é o maior produtor nacional de café e o quarto maior produtor mundial (90% dessa produção é destinada ao mercado norte-americano) e também se destaca na produção de tabaco, cacau, tomate, goiaba, pêra, manga, laranja, abacate, etc.⁵⁰

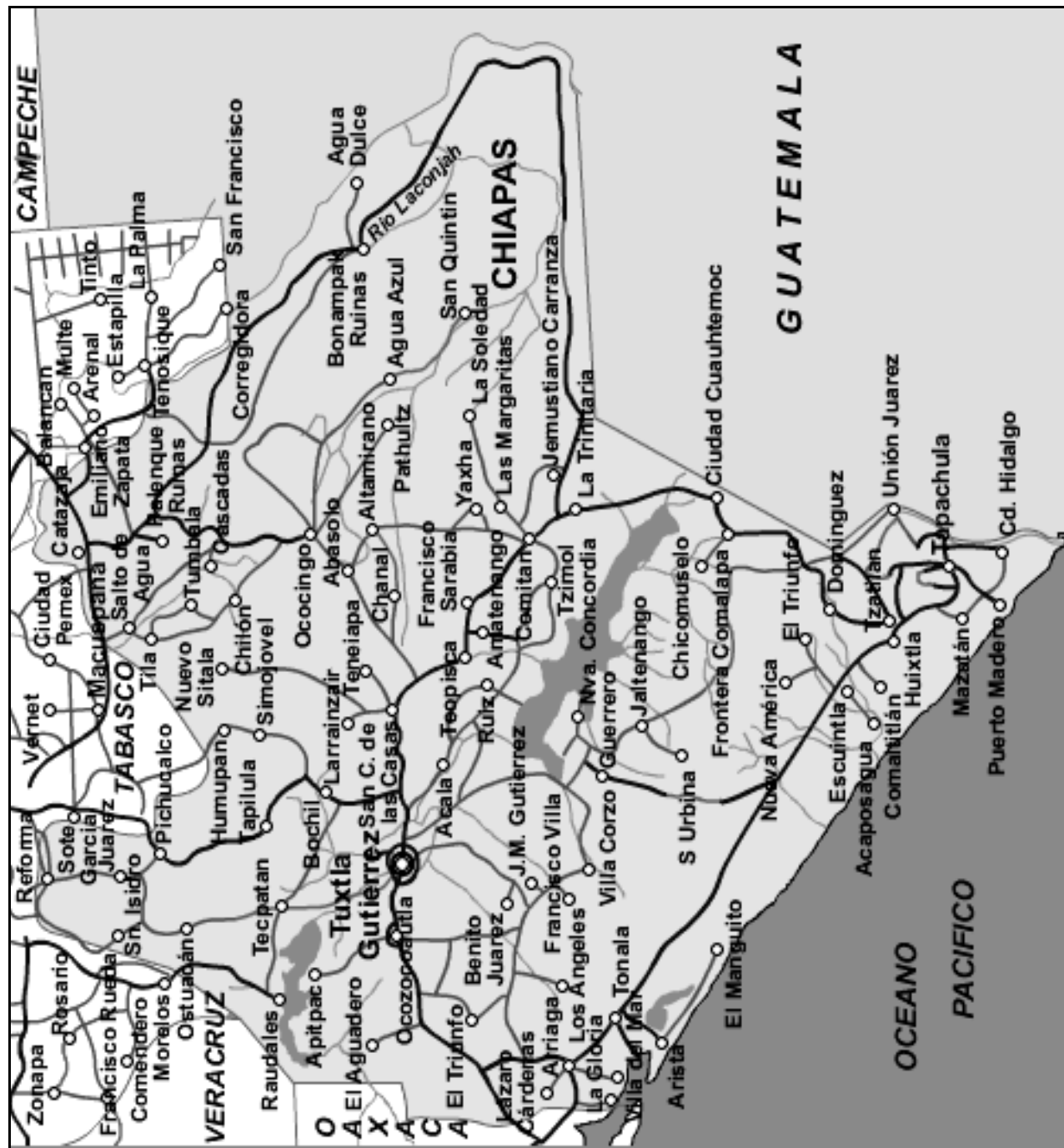
Entre 1991 e 1992, Chiapas foi o quinto maior produtor mundial de petróleo bruto e o nono de gás natural. Assim, cerca de 82% das exportações mexicanas de petróleo em estado bruto e 70% de seus derivados provêm desse estado.⁵¹ Importa destacar também que Chiapas e Tabasco são os estados que possuem a maior riqueza aquífera do país. O clima úmido é propício para a formação de chuvas que abastecem a região e a diversidade da flora e da fauna completam esse cenário exuberante. Sendo assim, parece paradoxal o fato de que, apesar de tanta riqueza, esse estado desponte como uma das unidades federativas mexicanas que apresenta os mais elevados índices de marginalização. Observe o mapa⁵² a seguir:

⁴⁹ Este mapa encontra-se disponível em: <http://resistir.info/mexico/fazio_26mar07.html>.

⁵⁰ CONSEJO NACIONAL DE POBLACIÓN. **Situação demográfica de México 2006**, p.240

⁵¹ BARREDA, Andrés; CECENA, Ana Esther. Chiapas y sus recursos estratégicos. **Revista Chiapas**.

⁵² Este mapa encontra-se disponível em: <<http://www.travelmap.com/mexico/chiapas>>.



De acordo com o Subcomandante Marcos, a razão da miséria de grande parte da população chiapaneca é que Chiapas “sangra por todos os lados”:

Por miles de caminos se sangra Chiapas: por oleoductos y gasoductos, por tendidos eléctricos, por vagones de ferrocarril, por cuentas bancarias, por camiones y camionetas, por barcos y aviones, por veredas clandestinas, caminos de terracería, brechas y picadas; esta tierra sigue pagando su tributo a los imperios: petróleo, energía eléctrica, ganado, dinero, café, plátano, miel, maíz, cacao, tabaco, azúcar, soya, sorgo, melón, mamey, tamarindo y aguacate, y sangre chiapaneca fluye por los mil y un colmillos del saqueo clavados en la garganta del sureste mexicano. Materias primas, miles de millones de toneladas que fluyen a los puertos mexicanos, a las centrales ferroviarias, aéreas y camioneras, con caminos diversos: Estados Unidos, Canadá, Holanda, Alemania, Italia, Japón; pero con el mismo destino: el imperio. La cuota que impone el capitalismo al sureste de este país rezuma, como desde su nacimiento, sangre y lodo.⁵³

Acreditamos que a insurreição zapatista resultou da combinação de vários processos, desde a trajetória das relações interétnicas no México – marcada pela discriminação e subjugação das populações autóctones – passando pelo fracasso das políticas assimilacionistas dirigidas pelo Estado no decorrer do século XX e pelo modelo de desenvolvimento capitalista excludente, responsável pelo aprofundamento das desigualdades sociais nas últimas décadas.

⁵³ COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Comunicado de janeiro de 1994**. In: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acessado em outubro de 2006.

1.1.2 – Antecedentes da rebelião zapatista em Chiapas

Os insurretos zapatistas são ao mesmo tempo o produto, os agentes e os atores, as vítimas e os beneficiários de uma revolução silenciosa, de um movimento de modernização, de desenvolvimento e de democratização da sociedade indígena de Chiapas, que passou despercebido aos olhos do resto da sociedade mexicana e muitas vezes até do resto da sociedade chiapaneca.⁵⁴

De acordo com Yvon Le Bot, dentre as causas originárias que contribuíram para a insurreição zapatista, em 1º de janeiro de 1994, estão o completo descaso e o esquecimento no qual se encontram os índios no México. No processo de modernização do país, os indígenas teriam sido excluídos e reduzidos a meras peças de museu ou a curiosidades para entretenimento dos turistas que os tratavam como objetos de uma realidade virtual.

A insurreição indígena, portanto, seria fruto da modernização do México e da implementação de uma política econômica que não levava em consideração os impactos sociais, pois se baseava nos interesses minoritários de uma elite que obtinha enormes lucros direcionando grande parte da produção e das riquezas do país para o mercado externo. Ana Carrigan classifica esta política que afetou drasticamente as populações autóctones de “*negligência oficial*”, visto que as comunidades indígenas, ainda hoje, não têm praticamente nenhum acesso aos mercados, concessão de crédito, serviços técnicos e sanitários, água potável, etc. Segundo Carrigan, “[...] estas realidades, creadas por una política de negligencia oficial refleja la situación de desventaja a la que está sometida la

⁵⁴ LE BOT, Yvon. **O Sonho Zapatista**. Tradução de Pedro Baptista. Portugal: Edições Asa, 1997, p.29

*población indígena [...]*⁵⁵.

A lógica capitalista de mercado também é responsável por tornar a questão da terra particularmente grave no estado de Chiapas, onde as melhores terras se concentram nas mãos de grandes proprietários, conforme observa Yvon Le Bot:

Cerca de 2000 ejidos⁵⁶ e comunidades ocupam um pouco mais da metade da superfície agrícola. Mas as terras de melhor qualidade são monopolizadas sob a forma de plantações e de grandes pastagens para a criação de gado, por uma oligarquia hereditária do passado colonial e do século XIX, e que, longe de ter sido desmantelada pela Revolução, manteve-se e consolidou-se depois dela. Ligados ao poder político, estes grandes proprietários utilizam sistematicamente a corrupção e a violência. Apóiam-se nas forças da ordem e recorrem, sem pejo, a milícias particulares (os guardias blancas).⁵⁷

A violência contra as populações autóctones é uma constante e a situação das comunidades foi agravada a partir da revisão do artigo 27 da Constituição Mexicana, em fevereiro de 1992, que alterou o caráter “inalienável” das terras indígenas (conquistado na Revolução Mexicana), tornando-as comercializáveis. Essa medida estava incluída nas exigências impostas pelos Estados Unidos para a assinatura do NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte) e pode ser considerada determinante para a eclosão da rebelião zapatista em Chiapas. Sobre esta questão, Di Felice e Muñoz afirmam:

⁵⁵ CARRIGAN, Ana. Chiapas, la primera revolución posmoderna, p.445

⁵⁶ Ejido: comunidade agrária reconhecida pela revolução mexicana. As terras são propriedade do Estado, disponíveis para usufruto de uma coletividade (e, até 1992, inalienáveis), mas as parcelas são, no essencial, cultivadas individualmente. Há comunidades índias que têm o estatuto de ejidos.

⁵⁷ LE BOT, Yvon. **O sonho zapatista**, p. 26

A modificação do artigo 27 da constituição, que compunha o pacote de acordos do NAFTA, visava destruir a propriedade coletiva da terra (ejidos) – principal conquista e bandeira da Revolução de 1910 – ao incentivar o livre mercado da propriedade rural, com prejuízo dos pequenos lavradores que, sem infra-estrutura agrícola e sem incentivos econômicos, encontram-se em absoluta desvantagem no mercado agrícola. [...] Tal medida teve um forte impacto, sobretudo em Chiapas, onde as ‘guardas brancas’, milícias privadas armadas a serviço dos grandes latifundiários, impeliam as organizações camponesas e indígenas à luta armada pela defesa do chão, do sustento e da própria cultura.⁵⁸

A forte reação dos indígenas à reforma do artigo 27 da Constituição também pode ser analisada a partir da consideração do caráter sagrado da terra, atribuído pelas comunidades índias. Segundo Carlos Montemayor, os índios tiveram grandes dificuldades em compreender e aceitar uma ordem social em que a terra fosse mercantilizada. O valor conferido a ela era tão alto que, em sua defesa, os índios seriam capazes de lutar até a morte:

La tierra para las comunidades indígenas [...] es el suelo que les ata a la vida, que las une al mundo invisible y al mundo visible, que las une con la comunidad ancestral de hombres y dioses, que contiene la raíz de sus valores éticos, económicos, familiares; que es el soporte de su cultura. Por ella siempre han sido capaces de dar la vida. Por ella son capaces de apoyar, cuidar, encubrir o sumar-se a un movimiento armado que osa enfrentar-se al gobierno y al ejército nacional.⁵⁹

A crise e a repressão que se seguiram à alteração do artigo 27 da constituição mexicana levaram setores importantes da população indígena a aderirem ao movimento armado nos anos 90. A data em que a insurreição ocorreu, 1º de janeiro de 1994, também não foi aleatória, como explicou o Subcomandante

⁵⁸ DI FELICE, Massimo e MUÑOZ, Cristobal (orgs.). **A Revolução Invencível. Subcomandante Marcos e Exército Zapatista de Libertação Nacional, cartas e comunicados**. p.16

⁵⁹ MONTEMAYOR, Carlos. **Chiapas, La Rebelión Indígena de México**. Madrid: Espasa, 1998, p.75. Citado por Antônio da Silva Câmara, In: CÂMARA, Antônio da S. **A crítica intelectual ao movimento indígena-camponês de Chiapas**. Texto para o II Congresso Virtual de Antropologia e Arqueologia. Acessado em 2005.

Marcos em entrevista ao escritos espanhol Manuel Vázquez Montalbán:

[...] O que nós queríamos demonstrar era que a entrada do México no Primeiro Mundo estava sendo construída sobre uma mentira. E não era uma mentira apenas para os indígenas, como ficou demonstrado pelas crises econômica, política e ética de 1994-1995, era uma mentira para a classe média e para a classe trabalhadora, inclusive para uma parte expressiva do proletariado. Nossa proposta teve a sorte de coincidir com a ruptura dessa encenação. O repúdio dessa cenografia falsificadora também começou a ocorrer, ou já ocorre, em outros países que estão sacrificando parte importante de sua história e de imensos setores sociais marginalizados.⁶⁰

Na Primeira Declaração da Selva Lacandona, o movimento apresentou onze pontos que constituíam suas principais demandas: moradia, terra, trabalho, saúde, alimentação, educação, independência, democracia, justiça, liberdade e paz. Em 1996, na Quarta Declaração, o EZLN acrescentou mais dois pontos em seu programa de lutas, exigindo informação e cultura para as populações indígenas. Observando estes pontos e os discursos zapatistas, constatamos que a demanda do movimento é caracterizada pela combinação de diversas petições de ordem econômica e material com a exigência de respeito pela diversidade cultural e pelo direito de gerir sua própria especificidade étnica. De acordo com o intelectual indígena Thaayrohyady Cruz:

El reconocimiento constitucional de los derechos de los pueblos índios es inaplazable, dentro de una nueva relación alejada de paternalismo, integracionismo y tutelaje, permitiendo que las naciones originarias sean quienes decidan su propio camino y destino histórico.⁶¹

⁶⁰ MONTALBÁN, Manuel Vázquez. Na clareira da revolução. In: ARELLANO, Alejandro Buenrostro, OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (orgs.). **Chiapas: construindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.46.

⁶¹ CRUZ, Thaayrohyady. S. Bermúdez de la. **La autonomía de los pueblos indios y la legislación del Estado**, p.84

Em 1992, através de uma Reforma Constitucional, o Governo mexicano reconheceu oficialmente a *pluralidade cultural e étnica do país como uma característica positiva da sociedade mexicana*.⁶² Podemos considerar este reconhecimento formal como um avanço, mas sabemos que ele foi insuficiente para alterar as condições de vida precárias partilhadas pelas populações autóctones, como verificamos através da observação dos dados e estatísticas oficiais acima apresentados.

Nesta seção, procuramos demonstrar que a situação de exclusão e marginalização em que vivem os indígenas no México está associada a carências econômicas, fatores sociais e elementos culturais e históricos. Apesar de resistirem bravamente, as populações autóctones permanecem marginalizadas e continuam sofrendo discriminação em nossos dias, o que torna perceptível os limites das políticas integracionistas e assimilacionistas empreendidas pelo Estado mexicano. Na seção seguinte, analisaremos a história das relações interétnicas no México, do período colonial até o século XX, a fim de melhor esclarecer as razões por que os índios, ainda hoje, ocupam uma posição marginal na sociedade mexicana. Identificaremos as raízes do preconceito contra as populações autóctones e observaremos de que forma o Estado mexicano empreendeu uma série de políticas voltadas para a assimilação e o desaparecimento dos povos índios em prol do fortalecimento da “identidade mestiça”, adotada como símbolo da identidade nacional.

⁶² NAVARRETE, Federico. **Las relaciones interétnicas en México**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004, p.110

1.2 - A trajetória das relações interétnicas no México

[...] En México, el sistema social entero se funda sobre la injusticia en sus relaciones con los indios. Lo peor que le puede suceder a un ser humano es ser indio, con toda su carga de humillación, de hambre y de miseria⁶³.

Ao analisar a conformação das relações interétnicas no México, Hans-Joachim König chama a atenção para o fato de que *os indígenas foram considerados, durante séculos, meros objetos e não sujeitos históricos*. Em “*Indigenismo e hispanismo en la conciencia historiográfica mexicana*”⁶⁴, König analisa as diferentes representações do “índio” construídas do período colonial até o século XX. Segundo este autor, os europeus recém-chegados à América se defrontaram com as civilizações nativas que habitavam o continente e tiveram de lidar com uma série de questões acerca da natureza daquelas populações: Seriam os indígenas seres inferiores ou pessoas de fato? Seus costumes e culturas poderiam ser aceitos ou deveriam ser rechaçados? Seria possível civilizar os nativos ou seria melhor eliminá-los? Diante das incertezas, os colonizadores optaram pela “europeização” e “cristianização” dos indígenas e tais empreendimentos foram acompanhados pela depreciação das culturas nativas e pela exaltação da civilização européia. Para a Igreja, não havia dúvidas de que os índios eram espiritual e moralmente corrompidos pelo pecado e deveriam ser resgatados da perdição através da aceitação da fé cristã. Apesar da convicção da

⁶³ COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Comunicado de 4 de janeiro de 1994**. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acessado em junho de 2008.

⁶⁴ KÖNIG, Hans-Joachim. Bárbaro o símbolo de la libertad? Menor de edad o ciudadano? Imagem del indio y política indigenista en Hispanoamérica. In: KÖNIG, Hans-Joachim (ed.). **El indio como sujeto y objeto de la historia latinoamericana: pasado y presente**. Frankfurt/Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1998.

pecaminosidade do indígena, muitos missionários – como o frei dominicano Bartolomé de Las Casas – ressaltaram, positivamente, a natureza humana dos nativos e sustentaram que os índios não deveriam ser considerados seres inferiores. Todavia, os colonizadores consideravam-nos fracos, preguiçosos e menos capazes de se desenvolverem do que os brancos.

Federico Navarrete também chama a atenção para a permanência de representações negativas acerca do “índio” no decorrer da história mexicana. O preconceito e a discriminação foram reforçados através de discursos que justificavam a existência das comunidades indígenas na atualidade como uma “falha” do sistema de integração governamental ou como uma demonstração da incapacidade dos índios para acompanharem os processos de modernização e de desenvolvimento nacionais. Este autor sustenta que, no contexto da eclosão dos movimentos independentistas, os criollos (descendentes de espanhóis nascidos na América) buscaram criar uma identidade que os diferenciase dos europeus peninsulares. Ambos os grupos partilhavam da mesma língua, cultura, costumes e religião, por isso os criollos tiveram de buscar no passado pré-hispânico elementos que os tornassem distintos dos europeus:

[...] Así fue como comenzaron a considerarse herederos de la gloria de las grandes civilizaciones indígenas, particularmente de la civilización ‘azteca’. Por medio de esta curiosa operación, los descendientes de los conquistadores españoles se convirtieron en los herederos de los mexicas vencidos y así pudieran tener su propio pasado, su antigüedad particular, que los diferenciaba pero equiparaba con los españoles.⁶⁵

⁶⁵ NAVARRETE, Federico. **Las relaciones interétnicas en México**. México: Universidad Autónoma de México, 2004, p.64

De acordo com Natividad Gutiérrez Chong, a exaltação do passado glorioso das grandes civilizações indígenas, especialmente a asteca, contrastava com a desvalorização e a discriminação que sofriam as populações nativas contemporâneas, estabelecendo uma divisão entre “índios vivos” e “índios mortos”, conforme observaremos adiante.

1.2.1 – O projeto de nação no México e a ideologia da mestiçagem

Em “*A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades*”⁶⁶, François-Xavier Guerra sustenta que, no decorrer do Setecentos, a expansão das formas de sociabilidade modernas – academias, sociedades literárias, tertúlias, etc. – favoreceu o desenvolvimento de uma *visão contratualista e igualitária do corpo político* e, paulatinamente, a “nação” passou a ser concebida como um conjunto de *indivíduos iguais, sem distinção de estamentos ou privilégios*.

Essa nova concepção adquiriu maior prestígio a partir da eclosão dos processos revolucionários na Europa – com a Revolução Francesa – e na América com as revoluções de independência. A “nação” passou a ser entendida como uma entidade “única e indivisível”, e o conceito de “nacionalidade” teve de ser ampliado para abrigar “cidadãos abstratamente iguais”. Segundo o professor Antonio Carlos Amador Gil:

⁶⁶ GUERRA, François-Xavier. *A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades*. In: JANCÓS, Itsván (org.). **Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003.

A nacionalidade adquire, portanto, características unificadoras, ela surge como uma prática que tende à unificação. [...] A Revolução Francesa, através de seus diversos governos, tentou homogeneizar o seu espaço ao máximo através de várias medidas e regulamentações.⁶⁷

De acordo com os ideólogos da nação, para que o México se consolidasse e se desenvolvesse, seria necessária a construção da unidade das vontades individuais, isto é, seria preciso que todos adotassem a mesma cultura, falassem a mesma língua e defendessem os mesmos valores e ideais. Segundo José Bengoa, no período pós-independência, os criollos desenvolveram as “teses da raça decadente”:

[...] la imagen española de una raza indígena fuerte, de grandes civilizaciones llenas de oro, en todo caso arrasadas por la codicia española, pasa a dar lugar a la idea criolla de que si antes los indios fueron valientes, sabios y ricos, hoy son pobres, flojos, adormecidos, embrutecidos y raza decadente.⁶⁸

Em suma, a identificação com o passado indígena não implicava uma identificação com os indígenas do presente, mas serviu apenas para demarcar as diferenças entre “europeus-americanos” e “europeus-peninsulares” durante o processo emancipacionista. Segundo Navarrete, as emergentes elites “mestiças” consideravam que:

[...] para ser realmente iguales, todos los mexicanos debían tener la misma cultura, la cultura occidental moderna. En otras palabras, para estas élites la igualdad significaba que todos los mexicanos debían ser iguales a ellos y sólo así tendrían derecho a ser ciudadanos.⁶⁹

⁶⁷ GIL, Antonio Carlos Amador. **Projetos de Estado no alvorecer do Império**. Vitória: IHGES, 2002. p.20

⁶⁸ BENGUA, José. **La emergencia indígena en América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000, p. 171

⁶⁹ NAVARRETE, Federico. **Las relaciones interétnicas en México**, p. 67

A partir deste ideal de “igualdade” e “cidadania”, ocorreram no século XIX ataques sistemáticos contra os costumes, a cultura, a autonomia e o modo de vida das populações indígenas e daqueles que não partilhavam dos valores da cultura ocidental adotados pelas elites governantes. As políticas liberais do Estado buscaram atingir e eliminar aspectos-chave das identidades indígenas e camponesas – como os diversos idiomas presentes nas comunidades, a propriedade comunal da terra, os costumes e valores tradicionais das diferentes etnias, etc. Visões pejorativas do indígena, que relacionavam suas manifestações culturais à ignorância e ao atraso, ao passo que associavam a cultura ocidental ao progresso, à educação e à riqueza, foram reforçadas naquele momento e suas influências e permanências são perceptíveis na atualidade. De acordo com Gutiérrez Chong, “[...] *Los liberales y la prensa se unieron en prol de la desaparición de los indios, con lo que justificaban la subyugación de los pueblos y el decomiso de las tierras comunitarias.*”⁷⁰ De acordo com Zygmunt Bauman:

A perspectiva aberta pelo projeto de construção da nação para as comunidades étnicas era uma escolha difícil: assimilar ou perecer. As duas alternativas apontavam para o mesmo resultado. A primeira significava a aniquilação da diferença, e a segunda a aniquilação do diferente, mas nenhuma delas deixava espaço para a sobrevivência da comunidade.⁷¹

Os processos homogeneizadores, unificadores e etnocidas, levados a cabo pelo Estado não conseguiram, contudo, eliminar as diferenças linguísticas, as tradições, costumes e crenças presentes nas sociedades indígenas.

⁷⁰ GUTIÉRREZ CHONG, Natividad. **Mitos Nacionalistas e identidades étnicas: los intelectuales indígenas y el Estado mexicano**, p.71

⁷¹ BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade. Uma busca por segurança no mundo atual**, p.85

O debate acerca da construção de projetos de “nação” está intrinsecamente ligado ao debate acerca da importância do Estado para a formação e manutenção da “comunidade nacional”. Duas são as principais correntes de pensamento que discutem esta questão: a escola modernista e a histórico-culturalista representadas, respectivamente, pelos seus expoentes: Ernest Gellner e Anthony Smith.

Segundo Gutiérrez Chong⁷², os modernistas recusam todo tipo de explicação primordialista que considera a “nacionalidade” como algo natural ou universal. Segundo Ernest Gellner, não há “nação” sem Estado. Este autor parte de um paradigma evolucionista que concebe a construção da “nação” como produto do desenvolvimento do Estado Moderno⁷³. Nesta perspectiva, somente uma sociedade industrial/urbana possuiria as condições necessárias para disseminar entre os cidadãos um sentimento de pertencimento a uma “nação”.

Para Gellner, o “nacionalismo” surge de um rompimento definitivo com o passado agrário⁷⁴. A sociedade agrícola é marcada pela fragmentação e só é capaz de criar laços locais de identidade. Por isso, para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento à “nação” é preciso aglutinar as comunidades rurais e unificá-las sob um Estado forte, detentor do “monopólio da educação legitimada”. O sistema educativo estatal estaria encarregado, segundo Gellner, de

⁷² Ibidem, p.48

⁷³ GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos de nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 117.

⁷⁴ Ibidem, p.122

inculcar o “nacionalismo” nos indivíduos. A “consciência nacional”, portanto, seria uma construção do Estado que criaria uma “cultura institucional” transmitida aos indivíduos por meio da educação pública e gratuita. Sendo assim, somente as “culturas dominantes” poderiam se converter em Estado por direito.⁷⁵ Tal concepção exclui qualquer possibilidade de resistência dos indivíduos que compõem a “nação” que são apresentados como passivos receptores das idéias produzidas e difundidas pelo Estado. Em contraposição a esta perspectiva, Gutiérrez Chong sustenta que a resistência dos cidadãos dentro da “cultura institucional” não pode ser desconsiderada, pois ela se comprova pelo fato de nenhum Estado, até a atualidade, ter sido capaz de suprimir todas as diferenças em seu território.

Por sua vez, Anthony Smith, grande expoente das teorias histórico-culturalistas, sustenta que os aspectos subjetivos – perpetuados na memória coletiva das diferentes populações – são instrumentalizados pelo Estado e configuram as bases para a construção das nações.⁷⁶ Assim, nenhuma nação poderia surgir e se manter sem um “núcleo” étnico que se perpetue através da “herança cultural” transmitida de geração em geração. Segundo Natividad Gutiérrez Chong, o processo de difusão e naturalização dos mitos e relatos de origem no México foram fundamentais para a disseminação do sentimento de pertencimento à nação mexicana.

⁷⁵ Para maiores informações, consultar: GELLNER, Ernest. El nacionalismo y las dos formas de cohesión en sociedades complejas. In: **Cultura, identidad y política. El nacionalismo y los nuevos cambios sociales**. Barcelona: Gedisa, 1993.

⁷⁶ SMITH, Anthony. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p.205.

Estos mitos son, primero, la fundación en 1325 de México-Tenochtitlán, la capital azteca que ahora constituye el asentamiento de la Ciudad de México, de la cual surge el emblema nacional de México sobre su soberanía y, segundo, la descendencia racial y cultural producto de la mezcla (conocida como ‘mestizaje’), de españoles e indígenas después de la conquista de México en 1521.⁷⁷

Para a autora, os esforços desprendidos pelo Estado mexicano no decorrer dos séculos XIX e XX para uniformizar e divulgar esses relatos demonstram a importância da construção de uma “história oficial” para a manutenção da unidade da nação e para conferir a ela uma aparência de homogeneidade. Portanto, podemos constatar que os aspectos culturais e simbólicos – mais destacados na teoria de Smith – desempenham um papel muito importante no processo de construção da “nação” (que não se desenvolve no “vazio”) e delimitam os contornos e as especificidades das diferentes nações.

Assim como Gutiérrez Chong, consideramos que o modelo modernista, apresentado por Gellner, e o histórico-culturalista, defendido por Smith, não são excludentes, mas complementares⁷⁸. O Estado desempenha um papel importante para a manutenção do projeto de “nação”, mas este não sobrevive sem o apelo às tradições e costumes e sem a instrumentalização da cultura.

No século XX, após a Revolução Mexicana, intelectuais ligados ao Estado elaboraram uma doutrina racial e nacionalista que se converteu na ideologia oficial do governo – a “ideologia da mestiçagem” – que Federico Navarrete

⁷⁷ GUTIÉRREZ CHONG, Natividad. **Mitos nacionalistas y identidades étnicas: los intelectuales indígenas e o Estado Mexicano**, p.27

⁷⁸ Ibidem, p.50

caracteriza da seguinte forma:

[...] la ideología del mestizaje fue continuadora de varios de los rasgos esenciales de la identidad étnica y del nacionalismo construido por los criollos. [...] heredó de ella la identificación con el pasado indígena como raíz de su identidad [...] veía este pasado a la vez como glorioso y como caduco; como una fuente de orgullo e como una realidad cultural derrotada y superada por la cultura occidental de los conquistadores. La ideología del mestizaje retomó esta visión contradictoria y la convirtió en el eje de la identidad nacional mexicana.⁷⁹

Portanto, no México, o Estado impôs a identidade mestiça como a única reconhecida e fez dela o fundamento da identidade nacional. A mitificação da narrativa sobre a fusão das etnias branca e indígena foi fundamental para a consolidação da nação mexicana sob a égide da “igualdade” e da “indivisibilidade”. Todavia, o contraponto da exaltação da identidade mestiça foi a depreciação da imagem do índio que, em muitos aspectos, permanece até nossos dias. De acordo com Luis Villoro:

[...] será el mestizo el grupo más excelente, el único capaz de lograr aquella unidad que, según vimos, era indispensable para formar una nacionalidad y una patria. En efecto, sólo él puede tener ese ideal. El indígena no lo tiene por su situación de aislamiento, de división, e incultura. [...] El ‘mestizo’ presenta, en cambio, una unidad de costumbres y deseos, una ‘comunidad de sentimientos, actos e ideas’ que hacen de él una gran familia.⁸⁰

Portanto, fundamentando-se na “ideologia da mestiçagem”, o Estado mexicano desenvolveu uma série de políticas integracionistas que consistiam em incentivos à educação da população nativa e buscavam a assimilação dos índios através de “meios pacíficos”. Essas políticas foram reunidas sob a designação de

⁷⁹ NAVARRETE, Federico. **Las relaciones interétnicas en México**, p. 90

⁸⁰ VILLORO, Luis. **Los grande momentos del indigenismo en México**. 3ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1998, p. 216

“indigenismo” e foram aplicadas entre as primeiras décadas do século XX e meados da década de 70, conforme veremos a seguir.

1.2.2 – Indigenismo e pós-indigenismo no México

Em fins do século XIX e até meados do século XX, diversos antropólogos debruçaram-se sobre o estudo das comunidades indígenas e desenvolveram projetos que visavam levar até elas assistência social, hospitalar, educativa, etc. Em geral, podemos agrupar essas diversas iniciativas governamentais para inserir as populações nativas no referido modelo de nação como “ações indigenistas” que são comumente definidas como o conjunto de políticas elaboradas por não-índios e implementadas em alguns países latino-americanos (entre as primeiras décadas do século XX e meados da década de 70) com o objetivo de “resgatar” os indígenas da situação de marginalidade em que se encontravam e de “integrá-los” à sociedade nacional.⁸¹

Podemos encontrar acepções mais amplas de “indigenismo” que abarcam quaisquer políticas destinadas à assimilação e aculturação das populações autóctones da América, do período colonial até o século XX.⁸² Há em comum

⁸¹ Definições semelhantes são apresentadas por Natividad Gutiérrez-Chong, Federico Navarrete e por José Bengoa. Para mais informações, consultar: BENGOA, José. **La emergencia indígena en América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000, p.205. Ou: CHONG, Natividad Gutiérrez. **Mitos nacionalistas y identidades étnicas: los intelectuales indígenas e o Estado Mexicano**. Tradução de Graciela Salazar. México: Editorial Plaza y Valdés, 2001, p.129. Ou ainda: NAVARRETE, Federico. **Las relaciones interétnicas en México**. México: Universidad Autónoma de México, 2004, p. 108.

⁸² Encontramos acepções semelhantes em Hans-Joachim König, Luis Villoro e Guillermo Bonfil Batalla. Consultar: BONFIL BATALLA, Guillermo. Aculturación e indigenismo: la respuesta india. In: ALCINA FRANCH, José. (comp.). **Indianismo e Indigenismo en América**. Madrid:

entre ambas as definições o fato de que *a perspectiva indigenista se arroga o direito de determinar as diretrizes e as políticas a serem aplicadas às populações indígenas*, conforme ressalta Bonfil Batalla:

[...] las investigaciones indigenistas aceptan implícita y explícitamente que los sectores dominantes de las sociedades latinoamericanas tienen el derecho (o la obligación, en esto la diferencia no importa demasiado) de actuar sobre los pueblos indios para provocar cambios en sus culturas que los coloquen en una situación mejor.⁸³

A compreensão do que seria a “*situação melhor*” na qual os indígenas deveriam viver é, portanto, formulada e avaliada na perspectiva dos não-índios, sem a consulta dos próprios beneficiários das políticas integracionistas. Em outras palavras, Aguirre Beltrán esclarece que:

O indigenismo não é uma política formulada por índios para a solução de seu próprios problemas, mas a dos não-índios em relação aos grupos étnicos heterogêneos que recebem a designação geral de indígenas.⁸⁴

De acordo com José Bengoa, o indigenismo contém quatro características principais: (1) a denúncia da opressão sofrida pelos indígenas; (2) a construção de políticas públicas voltadas para a superação de sua condição de “índio”; (3) a busca da integração das populações autóctones à sociedade nacional e,

Alianza Editorial, 1990, p. 189. Ou: KÖNIG, Hans-Joachim. Bárbaro o símbolo de la libertad? Menor de edad o ciudadano? Imagem del indio y política indigenista en Hispanoamérica. In: KÖNIG, Hans-Joachim (ed.). **El indio como sujeto y objeto de la historia latinoamericana: pasado y presente**. Frankfurt/Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1998, p. 13. Ou: VILLORO, Luis. **Los grande momentos del indigenismo en México**. 3ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

⁸³ BONFIL BATALLA, Guillermo. Aculturación e indigenismo: la respuesta india. In: ALCINA FRANCH, José. (comp.). **Indianismo e Indigenismo en América**. Madrid: Alianza Editorial, 1990, p.190.

⁸⁴ BELTRÁN, Gonzalo Aguirre, apud DÍAZ-POLANCO, Héctor. O indigenismo simulador. In: ARRELANO, Alejandro Buenostro e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs.). **Chiapas: reconstruindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.p.161.

finalmente, (4) a ratificação do caráter mestiço da nação.⁸⁵

As diretrizes das políticas indigenistas variaram no decorrer dos anos, conforme observa Oscar Arze Quintanilla, e também podem ser divididas em quatro eixos principais a partir da década de 40 do século passado⁸⁶: (1) investimentos em *projetos voltados para a educação indígena*; (2) busca de *desenvolvimento e modernização das comunidades*; (3) a *recuperação de tecnologias tradicionais* desenvolvidas pelos índios e (4) disputas e embates envolvendo a *questão da autodeterminação* das comunidades indígenas.

Inicialmente, as políticas indigenistas fundamentavam-se em incentivos à educação da população nativa e buscavam a assimilação e a “castelhanização” dos índios. Posteriormente, entre 1955 e 1975, o Estado reconheceu que muitos dos problemas enfrentados pelos índios relacionavam-se a causas materiais e estruturais e, por isso, procurou investir em assistência social, médica, desenvolvimento tecnológico, infra-estrutura, etc⁸⁷. O governo pretendia levar o “progresso” às comunidades indígenas e resgatá-las de seu “atraso”, porém as tentativas de implementação de técnicas e tecnologias estranhas às comunidades e a imposição de modelos de desenvolvimento alheios, contribuíram para o fracasso de muitos projetos.

⁸⁵ BENGUA, José. **La emergencia indígena en América Latina**, p. 205

⁸⁶ QUINTANILLA, Oscar Arze. Del indigenismo a la indianidad: cincuenta años de indigenismo continental. In: ALCINA FRANCH, José (comp.). **Indianismo e Indigenismo en América**. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

⁸⁷ Ibidem, p.25

A partir de 1975, inaugurou-se uma nova fase do indigenismo. De acordo com Quintanilla, o maior acesso à educação por parte dos indígenas contribuiu para a organização e a mobilização política dessas populações que insistiram no reconhecimento de seus próprios projetos e alternativas de desenvolvimento. Segundo este autor:

Cada vez más se han reunido promotores indígenas para conocer y compartir experiencias en este campo [...] se ha puesto en evidencia que la posibilidad de autocapacitación y readaptación de los sistemas es muy alta y honrosamente aceptada por las comunidades.⁸⁸

O desenrolar desse processo de organização e articulação indígenas abriu espaço para o desenvolvimento das potencialidades destes atores sociais que buscaram retomar o poder de decidir os rumos de seu próprio destino.

Segundo Navarrete, a partir da década de 80 do século passado, o Governo mexicano abandonou oficialmente os projetos voltados para a “integração” e “castelhanização” das populações indígenas. Para o professor Carlos Marés, o abandono oficial da política indigenista não implicou, necessariamente, na modificação das relações entre Estado e comunidades autóctones. Para ele, o não reconhecimento dos costumes, das tradições e da jurisdição dos povos indígenas demonstra que, da parte do Governo, os objetivos de “integração” e “ocidentalização” dos índios permaneceram inalterados:

⁸⁸ Ibidem, p.28

[...] o reconhecimento de uma sociedade plúrima étnica e culturalmente, não é suficiente. O simples fato de adotar para esses povos o sistema jurídico ocidental, imaginado como um conjunto de valores universais, não garante uma convivência pacífica e harmônica, mas tão-somente um retorno ao surrado conceito de integração. Os princípios universais de reconhecimento integral dos valores de cada povo somente podem ser formulados como liberdade de ação segundo suas próprias leis, o que significa ter reconhecidos o seu direito e sua jurisdição. Poderíamos chamar isso de jusdiversidade.⁸⁹

As questões relacionadas ao reconhecimento da autonomia, do autogoverno e da “jusdiversidade” caracterizam os novos discursos indígenas e configuram as novas problemáticas abordadas pelos movimentos que têm na identidade étnica sua principal bandeira. Estes novos conceitos, inseridos nas discussões e debates das comunidades, se mesclam a idéias e elementos tradicionais de suas culturas, conferindo legitimidade à resistência indígena contemporânea e marcando sua particularidade em relação às lutas travadas pelos índios no passado.

La necesidad de reelaboración del discurso se transforma en un requerimiento de supervivencia de las comunidades, de las etnias o pueblos indígenas existentes en nuestros países. Es por ello que surge con fuerza la necesidad de un discurso que afirme la autonomía.⁹⁰

Segundo José Bengoa, as discussões sobre autodeterminação e autonomia surgiram a partir da década de 80 do século passado e inauguraram a chamada “*era do pós-indigenismo*”. Ao contrário de Marés, o autor acredita na emergência de uma nova relação entre povos indígenas e o Estado mexicano.⁹¹

⁸⁹ FILHO, Carlos Frederico Marés de Souza. Sociedades indígenas e desenvolvimento: discursos e práticas para pensar a tolerância. In: GRUPIONI, Luís D. FISCHIMANN, Roseli; VIDAL, Lux. (orgs.). **Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p.160

⁹⁰ BENGUA, José. Los indígenas y el estado nacional en América Latina. In: ESTEVEZ, Manuel Gutierrez. (comp.). *Identidades étnicas*. Ed. Casa de América, Madrid, 1997, p.91

⁹¹ Ibidem, p.81

Em certa medida, concordamos com Bengoa – no que se refere ao surgimento de uma nova etapa na trajetória das relações interétnicas no México – mas, como Marés, também acreditamos que ainda há muito pelo que lutar para que a dignidade e a autonomia dos povos indígenas sejam plenamente reconhecidas.

Diante de tudo o que foi dito, podemos constatar que por muitos anos a imagem do “índio” foi apropriada pelo poder institucional e que o significado da identidade indígena foi ditado por grupos não-índios, sendo poucas as opções oferecidas às populações nativas: a assimilação ou a exclusão do projeto nacional. Todavia, apesar dessa situação desfavorável, nas duas últimas décadas do século XX os indígenas emergiram como importantes atores sociais (não só no México, mas em vários países da América Latina).

Acreditamos que, ao reivindicarem o reconhecimento de sua dignidade, ao lutarem pelo direito de definir “quem são os indígenas” e de escolherem em qual projeto de nação eles querem ser inseridos, o movimento zapatista trava uma guerra em favor da construção e do reconhecimento de projetos alternativos para a democracia no México e na América Latina.

SEGUNDO CAPÍTULO

2 - A resistência indígena em Chiapas (1994-1996)

“*Somos producto de 500 años de luchas...*”⁹². Com essas palavras, divulgadas pela Internet em 1º de janeiro de 1994 na “*Primera Declaración de la Selva Lacandona*”, o mundo inteiro tomou conhecimento da existência de um movimento político que declarou guerra contra o Governo Mexicano e pegou em armas para lutar por “*Libertade, Justicia e Democracia*”. As referências presentes nos primeiros discursos do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) já indicavam que os indígenas despontavam como os protagonistas deste levante que marcou a história recente do México.

Neste capítulo, abordaremos a trajetória das lutas empreendidas pelo EZLN e os principais acontecimentos ocorridos entre os anos de 1994 e 1996. A análise dos primeiros anos de luta após a insurreição armada será muito importante para compreendermos a razão da adoção da identidade indígena pelo movimento; entendermos por que a visão de mundo étnica tornou-se pertinente para os zapatistas; identificarmos quando e por que a bandeira étnica tornou-se central em suas lutas e, finalmente, para verificarmos de que forma a “indianidade” e a “identidade indígena” foram ressignificadas pelos zapatistas.

⁹² COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Primera Declaración de la Selva de Lacandona**. México, 1º de janeiro de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em setembro de 2006.

2.1 – A Primeira Declaração da Selva Lacandona

A “*Primeira Declaração da Selva Lacandona*” pode ser considerada a formalização de uma declaração de guerra contra o Governo Mexicano e representa uma reação enérgica diante daquilo que é considerado pelos zapatistas “*una guerra genocida no declarada contra nuestros pueblos desde hace muchos años*”.⁹³

Os zapatistas identificavam-se como “[...] *los herederos de los verdaderos forjadores de nuestra nacionalidad*”⁹⁴ e se apresentavam como “*hombres y mujeres íntegros y libres*”⁹⁵ que não tiveram outra opção além da luta armada: “[...] *estamos conscientes de que la guerra que declaramos es una medida última pero justa*.”⁹⁶ Nas expressões “*nuestros pueblos*”, “*herederos de los verdaderos forjadores de nuestra nacionalidad*” e “*producto de 500 años de luchas*”, fica evidente que o EZLN se apresenta como um movimento político organizado a partir de um sujeito étnico, a saber, os indígenas. Isso não significa que o “outro-zapatista”, ou melhor, que o antagonista do movimento também seja um ator étnico. O adversário zapatista é melhor definido como um “ator político” representado pelo Estado, suas instituições e por aqueles que o controlam. Para os zapatistas, eles são considerados “[...] *una camarilla de traidores que representan a los grupos más conservadores y vendepatrias*.”⁹⁷

⁹³ Ibidem.

⁹⁴ Ibidem.

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ Ibidem.

⁹⁷ Ibidem.

Na “*Primeira Declaração da Selva Lacandona*”, o EZLN posicionou-se contra o autoritarismo e a hegemonia política do Partido Revolucionário Institucional (PRI) que permaneceu no poder no México entre os anos de 1929 e 2000⁹⁸ à custa de fraudes, corrupção e da manipulação do jogo democrático. Por isso, os indígenas anunciaram na primeira manhã de 1994: “*HOY DECIMOS ¡BASTA!*”⁹⁹ e utilizaram o artigo 39 da Constituição Mexicana como fundamento para suas lutas:

La soberanía nacional reside esencial y originariamente en el pueblo. Todo el poder público dimana del pueblo y se instituye para beneficio de éste. El pueblo tiene, en todo tiempo, el inalienable derecho de alterar o modificar la forma de su gobierno.¹⁰⁰

Ao recorrerem à Carta Magna, os zapatistas reafirmaram sua “mexicanidade” e reiteraram que sua luta é nacional. O movimento reivindicava trabalho, terra, moradia, alimentação, saúde, educação, independência e paz, não apenas para os índios, mas para todos os mexicanos. Num documento divulgado posteriormente, os zapatistas rejeitaram alegações que sugeriam que o movimento possuía caráter “separatista”:

Rechazamos la manipulación y el tratar de desligar nuestras justas demandas de las del pueblo mexicano. Somos mexicanos y no depondremos ni nuestras demandas ni nuestras armas si no son resueltas la Democracia, la Libertad y la Justicia para todos.¹⁰¹

⁹⁸ É importante ressaltar que a sigla PRI – Partido Revolucionário Institucional – foi adotada apenas a partir de 1947. Ela foi precedida, em 1929, pelo Partido Nacional Revolucionário (PNR) que, em 1938, tornou-se Partido da Revolução Mexicana (PRM).

⁹⁹ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Primera Declaración de la Selva de Lacandona.** México, 1º de janeiro de 1994.

¹⁰⁰ Ibidem.

¹⁰¹ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Segunda Declaración de la Selva Lacandona.** México, 04 de janeiro de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em outubro de 2007.

Ao final da “*Primeira Declaração da Selva Lacandona*”, os zapatistas fizeram um convite a todos os mexicanos: “*Intégrate a las fuerzas insurgentes del Ejército Zapatista de Liberación Nacional*”. Ao ampliar seu público alvo, o movimento também ampliou seus espaços de fala e sua bandeira de luta, garantindo um maior apoio político e reduzindo o público do antagonista falante, nesse caso o Governo Federal.

Na primeira declaração, o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI), instância de deliberação do EZLN, formalizou o início dos confrontos armados e ordenou às forças rebeldes: (1) avançar até a capital do país; (2) respeitar os “prisioneiros de guerra” e entregar os feridos à Cruz Vermelha; (3) realizar julgamentos sumários, sob acusação de traição à Pátria, de soldados e policiais que porventura tenham sido treinados por estrangeiros ou recebido pagamento da parte deles; (4) fortalecer o EZLN através da inclusão de novas filas de soldados que desejassem somar-se às lutas; (5) pedir a rendição do inimigo antes de levar a cabo os combates; e, finalmente, (6) impedir nas áreas tomadas pelos rebeldes zapatistas o “saqueo de nuestras riquezas naturales”.

Decorridos doze dias de confrontos violentos entre as tropas do Governo e o exército indígena, o presidente Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) ordenou o cessar-fogo em resposta às pressões e mobilizações da sociedade civil mexicana que acreditava na existência de uma saída política para a crise. No mesmo dia, Manuel Camacho foi nomeado intermediador no processo de diálogo que se iniciava entre os rebeldes e o Governo. Ele foi encarregado de ler um texto em

tzotzil, veiculado pela mídia também em tzeltal e chol, e, pela primeira vez na história mexicana, os idiomas indígenas foram, oficialmente, equiparados ao espanhol¹⁰².

Ao reconhecer os indígenas como interlocutores legítimos e ao anunciar o cessar fogo, o Governo mexicano respondia às pressões da sociedade civil nacional e internacional que acompanhava o desenrolar dos confrontos através da divulgação dos meios de comunicação. Num comunicado divulgado pelo EZLN em 20 de janeiro de 1994, o Subcomandante Marcos reconheceu a importância da participação e da intervenção da sociedade civil no conflito em Chiapas:

El proceso de diálogo para la paz viene de una determinante fundamental, no de la voluntad política del gobierno federal, no de nuestra supuesta fuerza político-militar (que para la mayoría sigue siendo un misterio), sino de la acción firme de lo que llaman la sociedad civil mexicana. De esta misma acción de la sociedad civil mexicana, y no de la voluntad del gobierno o de la fuerza de nuestros fusiles, saldrá la posibilidad real de un cambio democrático en México.¹⁰³

Entre 21 de fevereiro e 03 de março de 1994, aconteceram os “*Diálogos da Catedral*” em San Cristóbal de Las Casas. Os indígenas zapatistas apresentaram ao Governo 34 petições que incluíam questões de ordem política, como o reconhecimento do EZLN como força beligerante; a exigência de convocação de novas eleições e a renúncia do presidente Carlos Salinas de Gortari; assim como questões de ordem econômica, social e cultural, tais como o fim do analfabetismo

¹⁰² CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 2.** Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.98

¹⁰³ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sobre las demandas centrales y las formas de lucha.** México, 20 de janeiro de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em março de 2007.

entre a população indígena; maiores investimentos na área de saúde para atendimento dos índios em suas comunidades; o ensino bilíngüe nas escolas e o reconhecimento dos direitos e da cultura indígena¹⁰⁴.

Os representantes do Governo nas mesas de diálogo em San Cristóbal também apresentaram suas propostas que, posteriormente, foram discutidas e avaliadas pelos indígenas chiapanecos em assembléias realizadas nas comunidades zapatistas. As consultas se estenderam do dia 20 de março até o dia 10 de junho de 1994, quando foram divulgados os resultados. Cerca de 98% dos consultados rejeitaram o acordo de paz sugerido pelo Governo e quase 97% votaram a favor da realização de novas conversações que incluíssem a participação de outros atores, como representantes de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais.¹⁰⁵ Como desdobramento da consulta, em 10 de junho de 1994 o EZLN divulgou a “*Segunda Declaração da Selva Lacandona*”.

2.2 – A Segunda Declaração da Selva Lacandona

A “*Segunda Declaração da Selva Lacandona*” conferia destaque à atuação da sociedade civil e incluía uma convocatória de participação na “*Convenção Nacional Democrática*” (CND).

¹⁰⁴ As 34 petições apresentadas pelos zapatistas encontram-se entre os anexos deste trabalho. Consultar: Anexo 5

¹⁰⁵ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sobre la consulta: para todos todo, para nosotros nada.** México 10 de junho de 1994. Disponível em: <<http://www.ezln.org/documentos/1994/199312xx.es.htm>>. Acessado em 19 de julho de 2007.

Es en la SOCIEDAD CIVIL, en quien reside nuestra soberanía, es el pueblo quien puede, en todo tiempo, alterar o modificar nuestra forma de gobierno y lo ha asumido ya. Es a él a quien hacemos un llamado en esta SEGUNDA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA [...].

[...] Llamamos a la realización de una Convención Democrática, nacional, soberana y revolucionaria, de la que resulten las propuestas de un gobierno de transición y una nueva ley nacional, una nueva Constitución que garantice el cumplimiento legal de la voluntad popular.¹⁰⁶

O novo comunicado rechaçou a atuação dos poderes legislativo e judiciário, conclamados na “*Primeira Declaração da Selva Lacandona*” a restaurar a estabilidade e a legalidade da nação mexicana através da derrubada da “ditadura priista”, e transferiu para a sociedade civil essas responsabilidades:

La Sociedad Civil asumió el deber de preservar a nuestra patria, ella manifestó su desacuerdo con la masacre y obligó a dialogar; todos comprendimos que los días del eterno partido en el poder, quien detenta para su beneficio el producto del trabajo de todos los mexicanos, no puede continuar más; que el presidencialismo que lo sustenta impide la libertad y no debe ser permitido, que la cultura del fraude es el método con el que se imponen e impiden la democracia, que la justicia sólo existe para los corruptos poderosos, que debemos hacer que quien mande lo haga obedeciendo, que no hay otro camino.

Eso todos los mexicanos honestos y de buena fe, la Sociedad Civil, lo han comprendido, sólo se oponen aquellos que han basado su éxito en el robo al erario público, los que protegen, prostituyendo a la justicia, a los traficantes y asesinos, a los que recurren al asesinato político y al fraude electoral para imponerse.

Sólo esos fósiles políticos planean de nuevo dar marcha atrás a la historia de México y borrar de la conciencia nacional el grito que hizo suyo todo el país desde el primero de enero del 94: ¡YA BASTA!¹⁰⁷

¹⁰⁶ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Segunda Declaración de la Selva Lacandona.** México, 10 de junho de 1994. Disponível em: <<http://ezln.org/documentos/1994/19940610.es.htm>>. Acesso em outubro de 2006.

¹⁰⁷ Ibidem.

Para os zapatistas, as dificuldades enfrentadas pelo povo mexicano são percebidas como reflexo das relações de poder autoritárias vigentes na sociedade e da ausência de espaços democráticos de participação. A convocação da sociedade civil para participar da Convenção Nacional Democrática demonstrava o interesse do movimento em expandir as fronteiras da arena política – para além dos espaços institucionais, dos partidos, dos períodos eleitorais – e em discutir junto à população novos caminhos e alternativas para resolver os problemas e desafios no México. Segundo os zapatistas:

[...] El problema del poder no será quién es el titular, sino quién lo ejerce. Si el poder lo ejerce la mayoría, los partidos políticos se verán obligados a confrontarse a esa mayoría y no entre sí.

Replantear el problema del poder en este marco de democracia, libertad y justicia obligará a una nueva cultura política dentro de los partidos. Una nueva clase de políticos deberá nacer y, a no dudarlo, nacerán partidos políticos de nuevo tipo.

No estamos proponiendo un mundo nuevo, apenas algo muy anterior: la antesala del nuevo México. En este sentido, esta revolución no concluirá en una nueva clase, fracción de clase o grupo en el poder, sino en un "espacio" libre y democrático de lucha política. Este "espacio" libre y democrático nacerá sobre el cadáver maloliente del sistema de partido de Estado y del presidencialismo. Nacerá una relación política nueva. Una nueva política cuya base no sea una confrontación entre organizaciones políticas entre sí, sino la confrontación de sus propuestas políticas con las distintas clases sociales, pues del apoyo real de éstas dependerá la titularidad del poder político, no su ejercicio. Dentro de esta nueva relación política, las distintas propuestas de sistema y rumbo (socialismo, capitalismo, socialdemocracia, liberalismo, democracia cristiana, etcétera) deberán convencer a la mayoría de la Nación de que su propuesta es la mejor para el país. Pero no sólo eso, también se verán "vigilados" por ese país al que conducen de modo que estén obligados a rendir cuentas regulares y al dictamen de la Nación respecto a su permanencia en la titularidad del poder o su remoción. El plebiscito es una forma regulada de confrontación Poder-partido político-Nación y merece un lugar relevante en la máxima ley del país¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Ibidem.

Os zapatistas intentam, portanto, construir um “*espacio libre e democrático de lucha política*” onde novas relações políticas sejam delineadas e diferentes propostas possam ser contrapostas e defendidas. Ao não restringir a participação popular aos processos de escolha dos representantes, esta nova ordem abre espaço para que novos arranjos participativos sejam reconhecidos como legítimos e, conseqüentemente, para que um maior número de pessoas participe dos processos de tomada de decisão e de definição das agendas políticas.

A través de la Convención Nacional Democrática, el EZLN llamó a un esfuerzo civil y pacífico que, sin oponerse a la lucha electoral, no se agotara en ella y buscara nuevas formas de lucha que incluyeran a más sectores democráticos en México y se enlazara con movimientos democratizadores en otras partes del mundo.¹⁰⁹

No processo de organização da Convenção Nacional Democrática surgiu o primeiro *Aguascalientes* – espaço de constantes interações e diálogos entre os membros do EZLN e da sociedade mexicana. Ele foi construído para ser sede da Convenção Nacional Democrática e foi inaugurado no dia 08 de agosto de 1994 em Guadalupe Tepeyac, Chiapas. De acordo com o Subcomandante Marcos:

El proceso para llegar hasta la construcción de ése que fue el primer "Aguascalientes" fue accidentado y doloroso. [...] Nosotros, después de habernos preparado por 10 años para matar y morir, para manipular y disparar armas de todo tipo, fabricar explosivos, ejecutar maniobras militares estratégicas y tácticas, en fin, para hacer la guerra después de los primeros días de combates, nos habíamos visto invadidos por un auténtico ejército, primero de periodistas, pero después de hombres y mujeres de las más diversas procedencias sociales, culturales y nacionales. Fue después de aquellos "Diálogos de Catedral", en febrero-marzo de 1994. [...] Nosotros aprendíamos a escuchar y a hablar, al igual, imagino, que la sociedad civil. [...] ¿Cuánto tiempo tardamos en darnos cuenta de que

¹⁰⁹ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Tercera Declaración de la Selva Lacandona.** México, 01 de janeiro de 1995. Disponível em: <<http://ezln.org/documentos/1995/19940610.es.htm>>. Acesso em dezembro de 2006.

teníamos que aprender a escuchar y, después, a hablar?.¹¹⁰

Como podemos observar no fragmento acima, Marcos relaciona o processo de construção do diálogo entre zapatistas e sociedade civil mexicana com o processo de constituição de *Aguascalientes*. A importância deste espaço de interação e integração, a conquista que ele representava para o movimento e o simbolismo que adquiriu podem ser apontados como razões que levaram o exército federal a transformá-lo em um de seus alvos e destruí-lo numa ofensiva militar em 09 de fevereiro de 1995, no Governo de Ernesto Zedillo. Contudo, menos de um ano depois, os zapatistas construíram novos *Aguascalientes* e surgiram outros em diferentes partes do México.

Embora os *Aguascalientes* devam ser reconhecidos como um avanço em direção à ampliação dos espaços democráticos, é importante salientar que surgiram alguns problemas no processo de gestão dessas arenas. Determinados projetos passaram a ser elaborados e implementados por ONG's, civis e intelectuais de um modo geral, sem que os indígenas fossem consultados. Além disso, havia um caráter assistencialista nas ações desenvolvidas, como se os índios não fossem capazes de decidir por si mesmos. Em um documento divulgado em julho de 2003, o Subcomandante Marcos apresentou alguns dos problemas verificados nos “*Aguascalientes*”. No mês seguinte a este depoimento, estes espaços seriam extintos:

¹¹⁰ MARCOS, Subcomandante Insurgente. **Chiapas: La Treceava Estela**. Julho de 2003. Disponível em <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em março de 2007.

[...] en los "Aguascalientes" se amontonan computadoras que no sirven, medicinas caducas, ropa extravagante (para nosotros) que ni para las obras de teatro ("señas" les dicen acá) se utilizan y, sí, zapatos sin su par. Y siguen llegando cosas así, como si esa gente dijera "pobrecitos, están muy necesitados, seguro que cualquier cosa les sirve y a mí esto me está estorbando." [...] Con la muerte de los "Aguascalientes", mueren también el "síndrome de cenicienta" (síndrome de Cinderela / Gata Borralheira) de algunas "sociedades civiles" y el paternalismo de algunas ONG's nacionales e internacionales. Cuando menos mueren para las comunidades zapatistas que, desde ahora, ya no recibirán sobras ni permitirán la imposición de proyectos.¹¹¹

Diante do quadro exposto por Marcos e apresentado acima, os zapatistas decidiram acabar com os *Aguascalientes* em agosto de 2003. Apesar dos problemas e das dificuldades enfrentadas, podemos considerar que a iniciativa de constituição destes espaços de diálogo e de interação com a sociedade civil representou um grande avanço e possibilitou a organização da Convenção Nacional Democrática, realizada entre os dias 05 e 09 de agosto de 1994, às vésperas das eleições presidenciais de agosto de 1994. Para os zapatistas, a convenção é considerada um grande marco em suas lutas e, de acordo com o fragmento abaixo, ela foi considerada como o primeiro passo para a superação da luta armada.

Por eso construimos este lugar para una reunión que, si tiene éxito, *será el primer paso para negarnos como alternativa*. Por eso levantamos Aguascalientes, como sede de una reunión que si fracasa *nos obligará de nuevo a llevar adelante con fuego el derecho de todos a un lugar en la historia*.¹¹²

A partir da Convenção, os zapatistas esperavam mobilizar e unificar diferentes segmentos da população mexicana para combater o "*mau governo*" e ampliar os limites democráticos através da construção de novos espaços de participação e da

¹¹¹ Ibidem.

¹¹² Ibidem.

descoberta de novas formas de fazer política.

Esperamos de esta Convención Nacional Democrática, la organización pacífica y legal de una lucha, la lucha por la democracia, la libertad y la justicia, la lucha que nosotros nos vimos obligados a caminar armados y con el rostro negado.¹¹³

É interessante notar, a partir da observação dos fragmentos apresentados aqui, que os zapatistas procuravam, com frequência, justificar sua recorrência à luta armada alegando ausência de alternativas: “*nosotros nos vimos obligados a caminar armados y con el rostro negado*” e “*si fracasa (a CND) nos obligará de nuevo a llevar adelante con fuego el derecho de todos a un lugar en la historia*”. Dessa forma, o movimento procurava, ao mesmo tempo, conquistar o apoio da sociedade civil que, desde as mobilizações de janeiro de 1994, havia se manifestado contrária à violência (de ambos os lados: Governo e EZLN) e “pressioná-la” a participar através de constantes “alertas” quanto à possibilidade de uma “iminente guerra civil” e quanto à impossibilidade de transformações significativas no México a partir da via eleitoral. Para os zapatistas:

El 21 de agosto vino a terminar con las ilusiones de un cambio inmediato por la vía pacífica. Un proceso electoral viciado, inmoral, inequitativo e ilegítimo culminó en una nueva burla a la buena voluntad de los ciudadanos. El sistema de partido de Estado reafirmó su vocación antidemocrática e impuso, en todas partes y a todos los niveles, su voluntad soberbia. Frente a una votación sin precedentes, el sistema político mexicano optó por la imposición y cortó, así, las esperanzas en la vía electoral. [...] La multitud de irregularidades, la inequidad, la corrupción, el chantaje, la intimidación, el hurto y la falsificación, fueron el marco en el que se dieron las elecciones más sucias de la historia de México.¹¹⁴

¹¹³ SUBCOMANDANTE MARCOS. **Palabras iniciales para la primera sesion de la Convención Nacional Democrática**. México, 4 de agosto de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em julho de 2008.

¹¹⁴ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Tercera Declaración de la Selva Lacandona**.

Após as eleições de agosto de 1994, o Governo mexicano intensificou a pressão sobre as comunidades indígenas. Os zapatistas passaram a denunciar a movimentação das tropas do exército federal em áreas próximas às zonas controladas pelo movimento e, por isso, no mês de outubro, o EZLN decidiu romper os diálogos que só foram retomados em abril de 1995.

Fingiendo voluntad de diálogo, el mal gobierno optó cobardemente por la solución militar y, con argumentos torpes y estúpidos, desató una gran persecución policíaca y militar que tenía como objetivo supremo el asesinato de la dirigencia del EZLN. Las fuerzas armadas rebeldes del EZLN resistieron con serenidad el golpe de decenas de miles de soldados que, con asesoría extranjera y toda la moderna maquinaria de muerte que poseen, pretendió ahogar el grito de dignidad que salía desde las montañas del Sureste Mexicano.¹¹⁵

Hoy hemos decidido romper el diálogo con el gobierno. Desde febrero de 1994 estábamos dialogando con el gobierno a ver si se podían conseguir las demandas de los zapatistas. De alguna forma el gobierno quiso engañarnos con las propuestas que hizo en San Cristóbal de las Casas, en la Catedral. Desde entonces lo único que ha hecho es aumentar las tropas que tiene de federales, aumentar los vuelos de los aviones, las presiones en los retenes y los desalojos de hermanos indígenas en el estado y otras partes de país.¹¹⁶

A despeito dessa ruptura, os zapatistas reiteravam sua vontade de continuar buscando uma saída política e negociada para o conflito e não deixavam de apresentar justificativas à sociedade civil para decisão tomada pelo movimento, pois sempre estiveram cientes de que *“la sociedad civil no se siente cómoda con movimientos armados, incluso cuando a causa es justa”*¹¹⁷, conforme lembra Ana Carrigan. O Subcomandante Marcos declarou em entrevista:

¹¹⁵ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Cuarta Declaración de la Selva Lacandona.**

¹¹⁶ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Segunda Declaración de la Selva Lacandona.**

¹¹⁷ CARRIGAN, Ana. Chiapas, la primera revolución posmoderna, p.457

Nosotros hemos insistido en que estamos por la solución política y pacífica del conflicto. No rompemos el diálogo para reiniciar las hostilidades sino para señalar una situación específica en contra de nosotros, y para señalar que el diálogo está empantanado.¹¹⁸

Com o passar do tempo, as tensões se acirraram e, entre os dias 11 e 18 de dezembro de 1994, o EZLN empreendeu a campanha “*Paz com Justiça e Dignidade para os Povos Indígenas*” que rompeu o cerco militar na Selva Lacandona e levou à anexação de 38 municípios do estado de Chiapas.¹¹⁹

Sin disparar un tiro y después de 10 días de movilización silenciosa, el EZLN atravesó el cerco militar tendido por el ejército mexicano e incrementó la zona de conflicto a 38 municipios, que prácticamente alcanzan el mapa indígena del norte, el centro y la frontera de Chiapas.¹²⁰

Após a campanha, em 19 de dezembro de 1994, o EZLN anunciou a criação dos *Municipios Autónomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ)*. Os MAREZ são áreas que não obedecem à divisão geográfica oficial, mas seguem critérios estabelecidos pelas próprias comunidades indígenas (etnia, religião, idioma, etc.). Os municípios rebeldes zapatistas possibilitaram aos índios a organização de suas comunidades de acordo com as suas necessidades, seus costumes e tradições e contribuíram para o fortalecimento da vida coletiva.

¹¹⁸ MARCOS, Subcomandante. **Entrevista ao Subcomandante Marcos**. México, 20 de outubro de 1994. Disponível em: <<http://www.ezln.org>>. Acessado em maio de 2008.

¹¹⁹ 1. Ocosingo; 2. Las Margaritas; 3. Altamirano; 4. La Independencia; 5. Trinitaria; 6. Chanal; 7. Oxchuc; 8. Huixtán; 9. Comitán de Domínguez; 10. San Cristóbal de Las Casas; 11. Teopisca; 12. Villa de las Rosas; 13. Nicolás Ruiz; 14. Socoltenango; 15. Totolapa; 16. Palenque; 17. Salto de Agua; 18. Tila; 19. Sabanilla; 20. Yajalón; 21. Tumbalá; 22. Chilón; 23. Huitiupán; 24. Simojovel; 25. San Andrés Larráinzar; 26. El Bosque; 27. Bochil; 28. Chenalhó; 29. Pantelhó; 30. Mitontic; 31. Sitalá; 32. San Juan Chamula; 33. Zinacantán; 34. Ixtapa; 35. Cancuc; 36. Jitotol; 37. Amatenango del Valle; 38. Venustiano Carranza.

¹²⁰ MARCOS, Subcomandante. **Entrevista ao Subcomandante Marcos**. México, 21 de dezembro de 1994. Disponível em: <<http://www.ezln.org>>. Acessado em julho de 2007.

2.3 – A Terceira Declaração da Selva Lacandona

Em 1º de janeiro de 1995, os zapatistas tornaram pública a “*Terceira Declaração da Selva Lacandona*” que continha um novo convite endereçado à sociedade civil mexicana. Desta vez a proposta voltava-se para a construção de um “*Movimiento para a Libertación Nacional*”.

El día 1º de enero de 1995, después de romper el cerco militar con el que el mal gobierno pretendía sumirnos en el olvido y rendirnos, llamamos a las distintas fuerzas y ciudadanos a construir un amplio frente opositor que uniera las voluntades democráticas en contra del sistema de partido de Estado: el *Movimiento para la Liberación Nacional*.¹²¹

Este *Movimiento para la Liberación Nacional* luchará de común acuerdo, por todos los medios y en todos los niveles, por la instauración de un gobierno de transición, un nuevo constituyente, una nueva carta magna y la destrucción del sistema de partido de Estado.¹²²

É interessante observarmos que, conforme estabelecido pela “*Terceira Declaração da Selva Lacandona*”, o “*Movimiento para a Libertação Nacional*” apresentava praticamente as mesmas prerrogativas da Convenção Nacional Democrática, a saber: a oposição ao sistema de partido de Estado (agora encabeçado por Ernesto Zedillo, eleito em 1994 e no governo até o ano 2000), a instauração de um governo de transição democrática e a criação de uma nova constituição. A instauração deste novo regime democrático dependeria das seguintes condições:

1. Que liquide al sistema de partido de Estado y separe realmente al gobierno del PRI.

¹²¹ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Cuarta Declaración de la Selva Lacandona.**

¹²² COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Tercera Declaración de la Selva Lacandona.**

2. Que reforme la ley electoral en términos que garanticen: limpieza, credibilidad, equidad, participación ciudadana no partidaria y no gubernamental, reconocimiento de todas las fuerzas políticas nacionales, regionales o locales, y que convoque a nuevas elecciones generales en la federación.
3. Que convoque a un constituyente para la creación de una nueva constitución.
4. Que reconozca las particularidades de los grupos indígenas, reconozca su derecho a la autonomía incluyente y su ciudadanía.
5. Que vuelva a orientar el programa económico nacional, haciendo a un lado el disimulo y la mentira, y favoreciendo a los sectores más desposeídos del país, los obreros y campesinos, que son los principales productores de la riqueza que otros se apropian.¹²³

Esta nova iniciativa zapatista de criar o “*Movimento pela Libertação Nacional*” buscava mais uma vez unificar diferentes lutas em torno dos mesmos objetivos. De acordo com Ana Carrigan, o intento demonstra que havia, da parte dos zapatistas, um otimismo e uma confiança exacerbados quanto ao potencial da sociedade civil para transformar a realidade mexicana:

Animados por la imperante sensación de que el PRI se estaba demorando, los Zapatistas compartieran la creencia irracional y optimista de que la sociedad civil, es decir, la coalición descentralizada de muchos grupos pequeños distintos coordinados en torno a problemas locales concretos, podía transformarse rápidamente en un movimiento nacional político organizado capaz de trasladarse al espacio que la rebelión había dejado libre.¹²⁴

A autora ressalta que, para a maioria da classe média progressista mexicana, havia uma grande diferença entre apoiar a causa zapatista, solidarizar-se com os problemas enfrentados pelas populações indígenas, e desafiar abertamente a legitimidade do Governo encabeçado pelo PRI. O próprio Subcomandante Marcos, posteriormente, haveria de admitir suas elevadas expectativas quanto ao

¹²³ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Tercera Declaración de la Selva Lacandona.**

¹²⁴ CARRIGAN, Ana. Chiapas, la primera revolución posmoderna, p.458

engajamento e posicionamento da sociedade civil:

[...] Marcos, ante esta situación, se culpó a si mismo por pedir demasiado: ‘Se habían puesto demasiadas esperanzas en ello.’, dijo refiriéndose a su fracaso no solo en inspirar una movilización masiva que apoyara las peticiones de los Zapatistas en la dimisión de Salinas sino la creación de un gobierno de transición que dismantelara los lazos entre el PRI y el gobierno y abriese el camino hacia unas elecciones democráticas múltiples.¹²⁵

Apesar dos percalços e das dificuldades para unificar diferentes movimentos em torno das mesmas demandas, os zapatistas conseguiram reunir cerca de sete mil indígenas, em 19 de abril de 1995, que se deslocaram de suas comunidades para acompanhar os debates no primeiro encontro formal entre o Governo e as delegações zapatistas após a ruptura do diálogo em outubro de 1994. O encontro deveria acontecer em San Andrés Larráinzar, mas diante da presença de milhares de índios, os representantes governamentais resolveram suspender as negociações.

Alegaram que não havia condições de segurança suficientes para os trabalhos. Centenas de jornalistas presentes em Larráinzar viram que não se tratava de uma objeção séria. Ao contrário, existiam condições de segurança razoáveis para iniciar o diálogo. As objeções governamentais tinham uma origem bem diferente: o questionamento do princípio de autoridade e a intenção de não permitir que lhes fossem impostas condições; o medo de parecer frágeis; o mal estar frente à ofensiva política de massas.¹²⁶

Em 23 de abril de 1995, finalmente, representantes de ambas as partes se reuniram e deram início às discussões que culminariam com a assinatura, em 16

¹²⁵ Ibidem, p. 458

¹²⁶ NAVARRO, L. H. San Andrés Larráinzar: atravessando montanhas. In: ARELLANO, A. B.; OLIVEIRA, A. U. (orgs.). **Chiapas. Construindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.240

de fevereiro de 1996, dos Acordos de San Andrés¹²⁷. O principal objetivo destes acordos era pôr fim à subordinação dos índios no México através da formalização de seus direitos e da construção de uma “*nueva relación de los pueblos indígenas y el Estado*”¹²⁸. Os diálogos foram intermediados pela COCOPA¹²⁹ e estavam divididos em seis mesas, cada uma com seus respectivos grupos de trabalho¹³⁰. Estes diálogos foram decisivos na história indígena do México, mas longe de dar fim à luta, eles devem ser encarados como mais um dos caminhos seguidos pelo EZLN rumo à construção de novas relações de poder no México.

[...] San Andrés es el espacio de una estrategia más amplia de transformación profunda de las relaciones entre los mexicanos. La conclusión de la actual fase es sólo el punto y seguido de una lucha creciente en donde los actores principales no están directamente sentados a la mesa, sino latiendo al unísono de una negociación que el EZLN ha convertido en un diálogo de nuevo tipo, apoyado en sectores diversos del espectro social, que reflejan la riqueza y variedad de la sociedad civil mexicana¹³¹.

Durante as conversações, o Governo Federal havia se comprometido a reconhecer as autoridades eleitas pelos conselhos indígenas, o direito ao autogoverno das comunidades, a autonomia para exercer seu sistema jurídico e decidir sobre suas formas de organização social, gestão de seus recursos e preservação de sua cultura. O ponto central dos acordos era, portanto, a constituição de um novo

¹²⁷ Os **Acuerdo de San Andrés** encontram-se disponíveis em:

<http://www.ezln.org/san_andres/documento_3.htm>. Acesso em 20 de junho de 2007.

¹²⁸ **Acuerdos de San Andrés**, México, fevereiro de 1996.

¹²⁹ Comissão Parlamentar de Concórdia e de Pacificação. Começou a funcionar em 1995. Era composta pelos representantes dos principais partidos e tinha como finalidade incentivar o diálogo pela paz e zelar pela aplicação dos acordos assinados.

¹³⁰ Derechos y cultura indígena (mesa 1), Democracia y justicia (mesa 2), Bienestar y desarrollo (mesa 3), Conciliación en Chiapas (mesa 4), Derechos de la mujer en Chiapas (mesa 5), Cese de hostilidades (mesa 6).

¹³¹ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **El Diálogo de San Andrés y los Derechos e Cultura Indígenas. Punto y seguido**. México, 15 de fevereiro de 1996. Disponível em: <<http://www.palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em outubro de 2007.

marco jurídico que, para além do reconhecimento do carácter pluricultural da nação mexicana, formalizasse e reconhecesse os direitos políticos dos povos indígenas.

Em 29 de novembro de 1996, foi finalizada a proposta de Reforma Constitucional formulada pela COCOPA. Todavia, o Congresso Nacional Mexicano demorou cerca de quatro anos para apreciar o projeto de lei e, ao longo desse período, o Governo não apenas recuou, mas também rejeitou parte das propostas elaboradas a partir dos diálogos, o que significou um grande retrocesso e comprometeu o andamento das conversações. Finalmente, em 29 de abril de 2001, foi aprovado pelo Congresso um projeto de lei distinto daquele acordado pelos movimentos indígenas e, no mesmo dia, o EZLN lançou um comunicado que denunciava a “*traição de San Andrés*” e informava que não faria mais contato com governo:

La reforma constitucional aprobada en el congreso de la unión no responde en absoluto a las demandas de los pueblos indios de México, del congreso nacional indígena, del EZLN, ni de la sociedad civil nacional e internacional que se movilizó en fechas recientes.¹³²

Durante os meses de diálogo que antecederam a aprovação dos Acordos de San Andrés (entre abril de 1995 e fevereiro de 1996), o movimento zapatista não deixou de buscar o apoio da sociedade civil mexicana nem de dialogar com ela. Em 27 de agosto de 1995, o EZLN convocou os cidadãos para realizarem uma “*Consulta Nacional*”. De acordo com o CCRI:

¹³² COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Comunicado de 29 de abril de 2001**. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 23 de julho de 2007.

El EZLN ha tomado la iniciativa de esta consulta nacional, como una muestra más de su voluntad de solucionar el conflicto por la vía política. Lejos de recurrir al argumento de las armas, el EZLN ha insistido en el recurso del diálogo para buscar el tránsito a la democracia en México. La democratización del país es la única vía posible para salir de la crisis política, económica y social que sacude a la nación. La consulta nacional es la ratificación de la voluntad de paz justa y digna del EZLN.¹³³

O EZLN apresentou aos mexicanos cinco perguntas¹³⁴ que serviriam de base para avaliar os caminhos trilhados pelo movimento até aquele momento e para definição dos próximos passos. Como desdobramentos da consulta, três novas iniciativas foram lançadas pelos zapatistas, a saber, a realização do “*Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo*”¹³⁵, a formação de comitês civis de diálogo para discussão dos problemas nacionais e a construção de novos *Aguascalientes*:

Como resultado de esta consulta, la legitimidad de las demandas zapatistas fue ratificada, se dio un nuevo impulso al amplio frente opositor que se encontraba estancado y se expresó claramente el deseo de ver a los zapatistas participando en la vida política civil del país. La gran participación de la sociedad civil internacional llamó la atención sobre la necesidad de construir los espacios de encuentro entre las voluntades de cambio democrático que existen en los distintos países. El EZLN tomó con seriedad los resultados de este diálogo nacional e internacional e inició los trabajos políticos y organizativos para caminar de acuerdo con esas señales. Tres nuevas iniciativas fueron lanzadas por los zapatistas como respuesta al éxito de la Consulta por la Paz y la

¹³³ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sobre la Consulta Nacional por la Paz y la Democracia**. México, 25 de agosto de 1995. Disponível em: <<http://www.palabra.ezln.org.mx>> Acesso em de maio de 2008.

¹³⁴ (1) Você está de acordo que as principais demandas do povo do México são: terra, moradia, trabalho, alimentação, saúde, educação, cultura, informação, independência, democracia, liberdade, justiça, paz, segurança, combate à corrupção, defesa do meio ambiente? (2) Devem as distintas forças democratizadoras se unirem em uma ampla frente cidadã, social e política de oposição e lutar por essas demandas? (3) Os mexicanos devem fazer uma reforma política profunda que garanta a democracia? (4) Deve o EZLN converter-se em uma força política independente e nova, sem se unir a outras organizações políticas? (5) Deve o EZLN se unir a outras organizações e, juntos, formar uma nova força ou organismo político? Para maiores informações sobre a consulta, ver: BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Chiapas: construindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

¹³⁵ Este encontro foi realizado entre os dias 27 de julho e 03 de agosto de 1996, em Aguascalientes II, Oventic, San Andrés Sacamchén de Los Pobres, Chiapas, México.

Democracia. Una iniciativa para el ámbito internacional llamó a realizar un encuentro intercontinental en contra del neoliberalismo. Dos iniciativas son de carácter nacional: la formación de comités civiles de diálogo como base de discusión de los principales problemas nacionales y germen de una nueva fuerza política no partidaria; y la construcción de nuevos *Aguascalientes* como lugares de encuentro entre la sociedad civil y el zapatismo.¹³⁶

No dia 1º de janeiro de 1996, dois anos após a insurreição, o Exército Zapatista de Libertação Nacional lançou a “*Quarta Declaração da Selva Lacandona*” que trata dos esforços necessários para a construção de “*Um mundo em que caibam muitos mundos*”; isto é, de um mundo onde as diferentes vozes possam se encontrar e se fazer ouvir.

2.4 – A Quarta Declaração da Selva Lacandona

[...] En el mundo del poderoso no caben más que los grandes y sus servidores. En el mundo que queremos nosotros caben todos. El mundo que queremos es uno donde quepan muchos mundos. La Patria que construimos es una donde quepan todos los pueblos y sus lenguas, que todos los pasos la caminen [...].¹³⁷

Na nova declaração, as onze petições¹³⁸ presentes na “*Primeira Declaração da Selva Lacandona*” foram reafirmadas e acrescidas de outras duas demandas: o acesso à cultura e à informação para todos os mexicanos. O movimento também anunciou a criação de cinco novos *Aguascalientes* que se tornariam “*centros de resistencia civil y pacífica [...] lugar de resguardo de la cultura mexicana y*

¹³⁶ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Cuarta Declaración de la Selva Lacandona.**

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ Terra, moradia, trabalho, alimento, saúde, educação, independência, democracia, liberdade, justiça e paz.

*mundial*¹³⁹” e conclamou a sociedade civil a participar da construção da “*Frente Zapatista de Libertación Nacional*” (FZLN) definida como:

Una nueva fuerza política que forme parte de un amplio movimiento opositor, el Movimiento para la Liberación Nacional, como lugar de acción política ciudadana donde confluyen otras fuerzas políticas de oposición independiente, espacio de encuentro de voluntades y coordinador de acciones unitarias. [...] Una fuerza política cuyos integrantes no desempeñen ni aspiren a desempeñar cargos de elección popular o puestos gubernamentales en cualquiera de sus niveles. Una fuerza política que no aspire a la toma del poder. Una fuerza que no sea un partido político. [...] Una fuerza política que pueda organizar las demandas y propuestas de los ciudadanos para que el que mande, mande obedeciendo. Una fuerza política que pueda organizar la solución de los problemas colectivos aún sin la intervención de los partidos políticos y del gobierno. No necesitamos pedir permiso para ser libres.¹⁴⁰

Esta nova “força política” teria como base os comitês civis de diálogo que surgiram após a Consulta Nacional e deveria ser organizada nos níveis local, estadual e regional. Sua criação se justificava, para os zapatistas, na medida em que “*amplias capas de la población refuerzan su escepticismo frente a los partidos políticos y buscan, sin encontrarla todavía, una opción de quehacer político nuevo, una organización política de nuevo tipo*”.¹⁴¹ A FZLN seria este novo espaço, esta nova opção, para onde confluíriam as forças políticas independentes e de oposição.

Una fuerza política que luche contra el sistema de partido de Estado. Una fuerza política que luche por la democracia en todo y no sólo en lo electoral. Una fuerza política que luche por un nuevo constituyente y una nueva Constitución. Una fuerza política que luche porque en todas partes haya justicia, libertad y democracia. Una fuerza política que no luche por la toma del poder político sino por la democracia de que el que mande, mande obedeciendo.¹⁴²

¹³⁹ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Cuarta Declaración de la Selva Lacandona.**

¹⁴⁰ Ibidem.

¹⁴¹ Ibidem.

¹⁴² Ibidem.

Na “*Quarta Declaração da Selva Lacandona*”, o EZLN também apresentou uma proposta de transição para a democracia baseada no diálogo, na tolerância e na inclusão como novas formas de fazer política. De acordo com John Holloway, todas as iniciativas zapatistas – como a Convenção Nacional Democrática, a Consulta Nacional, o Encontro Intercontinental pela Humanidade, a FZLN, etc. – atestam que o movimento, de fato, promoveu “*otra forma de concebir la acción política*”.¹⁴³ Além de inaugurar a FZLN, o EZLN também propôs a criação do Fórum Nacional Indígena, para dar prosseguimento às discussões sobre direitos e cultura indígena, independentemente dos resultados das negociações em San Andrés:

Independientemente de lo que resulte de la primera negociación de acuerdos en San Andrés, el diálogo iniciado por las distintas etnias y sus representantes seguirá adelante ahora en el Foro Nacional Indígena, y tendrá su ritmo y los alcances que los propios indígenas acuerden y decidan.¹⁴⁴

Este fórum contou com a participação de mais de quinhentos representantes de trinta e cinco diferentes etnias¹⁴⁵ e tornou-se um importante espaço de reflexão e de tomada de decisão para dirigentes indígenas de todas as regiões do país. Em um comunicado lançado em janeiro de 1996, o EZLN afirma que o fórum é “*un ejemplo de que no tenemos que pedir permiso para pensarnos libres, justos y democráticos*.”¹⁴⁶ A partir daquele mesmo mês, surgiram instâncias regionais

¹⁴³ HOLLOWAY, John. La revuelta de la Dignidad. **Revista Chiapas**, México, n. 6. Disponível em: <<http://www.ezln.org/revistachiapas/index>>. Acessado em 31 de maio de 2008.

¹⁴⁴ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Cuarta Declaración de la Selva Lacandona**.

¹⁴⁵ Para maiores informações, ver: CARRIGAN, Ana. Chiapas, la primera revolución posmoderna. In: MARCOS, Subcomandante Insurgente. **Nuestra arma es nuestra palabra: escritos selectos**. Nova York: Siete Cuentos Editorial, 2001.

¹⁴⁶ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **A los asistentes al Foro Nacional Indígena organizado por el EZLN**. México, janeiro de 1996. Disponível em:

independentes e, em outubro do mesmo ano, elas se unificaram em torno do chamado “*Congreso Nacional Indígena*” (CNI):

[...]. El CNI es el heredero organizativo de los diálogos de San Andrés sobre derechos y cultura indígenas. Surge de la convocatoria hecha por el EZLN a dirigentes indígenas para participar como sus asesores e invitados en el proceso, del Foro Nacional Indígena de enero de 1996 organizado también por los zapatistas, y de las reuniones de seguimiento de este Foro que se efectuaron después de firmados los acuerdos con el gobierno federal. [...] el Congreso tiene como eje central de su programa de lucha exigir al gobierno el cumplimiento de los Acuerdos de San Andrés.¹⁴⁷

Em pouco tempo, o CNI tornou-se a organização nacional indígena mais ampla e representativa do país e uma das forças políticas mais dinâmicas no cenário nacional. “*!Nunca más un México sin nosotros!*” tornou-se lema do congresso e grito de resistência contra o esquecimento, a exclusão, a subordinação e a discriminação sofridas pelos povos autóctones.

Fica claro que, na perspectiva indígena, o México lhes foi usurpado, pois a nação foi construída a partir da imposição da identidade mestiça e os índios foram negligenciados e excluídos. Por isso, na “*Quarta Declaração da Selva Lacandona*”, os zapatistas demandam a re-fundação do pacto nacional sobre bases mais democráticas e plurais e ressaltam a importância do respeito às diferenças. Neste processo, a constituição e o reconhecimento do Congresso Nacional Indígena, certamente, representou um grande avanço.

<<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em maio de 2007.

¹⁴⁷ NAVARRO, Luis Hernández. El laberinto de los equívocos: San Andrés y la lucha indígena. **Revista Chiapas**. México. N.7 Disponível em: <<http://www.ezln.org/revistachiapas/No7/ch7hernandez.html>> Acessado em maio de 2008.

TERCEIRO CAPÍTULO

3 – As novas representações do “indígena” e da “indianidade” construídas pelos zapatistas

Este capítulo encontra-se dividido em três partes. Em “*A identidade indígena do movimento zapatista*”, discutiremos as razões por que, dentre as diversas possibilidades de identificação, o EZLN adotou a identidade étnica. Apresentaremos fragmentos de documentos e comunicados que abordam a temática da identidade indígena assumida pelo movimento e problematizaremos as tensões entre “particular” e “geral”, entre “indianidade” e “mexicanidade”, que permeiam os discursos do EZLN.

Em “*Etnicidade, consciência étnica e dignidade*”, trataremos da operacionalização do étnico empreendida pelos zapatistas, analisaremos o processo de ressignificação da identidade indígena promovido pelo movimento e identificaremos as novas representações do “índio” que aparecem implícitas em seus discursos. Veremos que a dignificação da identidade indígena contribui para a superação dos sentimentos de inferioridade compartilhados por muitos índios e fortalece as lutas pelo reconhecimento da autonomia das populações autóctones. Neste processo, desempenham um papel muito importante os meios de comunicação que efetivam a disseminação de novas imagens e representações dos índios.

Finalmente, na última parte deste trabalho, intitulada “*As novas representações das mulheres indígenas*”, apresentaremos, em linhas gerais, algumas das contribuições do EZLN no processo de ressignificação da identidade e do papel das mulheres indígenas nas comunidades zapatistas. A tríplice discriminação que sofrem essas mulheres – econômica, de gênero e étnica – é uma problemática importante, abordada com frequência pelo movimento.

3.1 – A identidade indígena do movimento zapatista

Em uma longa entrevista que se tornou livro – “O sonho zapatista” – Yvon Le Bot fez uma série de perguntas ao Subcomandante Marcos e discutiu importantes questões sobre o movimento, tais como as origens e antecedentes da insurreição, seus impactos e consequências no México, a participação das mulheres nas lutas e a questão da identidade do movimento. Conforme as constatações de Le Bot:

Quem nos dá a natureza e o sentido do zapatismo é um ator social e cultural (étnico) que se lança numa insurreição armada e se projeta na cena política. É ele que, por não conseguir atingir as suas aspirações e reivindicações por outras vias, dá origem a um movimento armado e procura construir um movimento político civil cujo objetivo não é a conquista do poder.¹⁴⁸

Podemos considerar, portanto, que, em primeiro lugar, o EZLN se define como um movimento indígena. Dessa identificação, porém, não decorre nenhuma intenção separatista ou isolacionista, como vimos na seção anterior. Os zapatistas também se percebem como cidadãos mexicanos – ainda que considerados por

¹⁴⁸ LE BOT, Yvon. **O sonho zapatista**, p.17

muitos como “*ciudadanos en formación*”, conforme denuncia Marcos¹⁴⁹ – que lutam por reconhecimento, respeito e autonomia. Além de assumirem sua “mexicanidade”, os indígenas zapatistas também estendem suas reivindicações para além das fronteiras étnicas.

Os discursos zapatistas se dirigem a múltiplos destinatários e, apesar de a bandeira indígena figurar como central em suas lutas, as reivindicações zapatistas incorporam a defesa dos direitos dos diversos grupos tradicionalmente excluídos na sociedade mexicana. Num comunicado de outubro de 1994, emitido pelo Comitê Clandestino Revolucionário Indígena, podemos verificar a amplitude das demandas zapatistas:

Por los indígenas luchamos. Pero no sólo por ellos, también por los campesinos sin tierra, por los obreros agrícolas, por los trabajadores de la ciudad, por las mujeres humilladas, por los ancianos olvidados, por los niños sin futuro, por los desempleados, por los maestros, por los estudiantes, por las amas de casa, por todos aquellos que tienen la pobreza por presente y la dignidad por futuro.¹⁵⁰

Para John Holloway, o movimento zapatista nunca pretendeu ser somente um movimento indígena e pode ser considerado um movimento de libertação

¹⁴⁹ “Quienes niegan al campesino indígena mexicano la posibilidad de entender el concepto de ‘Nación’ y lo obligan a mirar hacia su pasado (que lo separa del resto del país) y le impiden de ver al futuro (que es lo que une a la ‘Nación’ y es su posibilidad única de sobrevivencia como indígenas) reiteran la división de clases sociales, sino (forma disfrazada de la anterior) la división de categorías de ciudadanos: los de primera (la clase gobernante), los de segunda (los partidos políticos en oposición) y los de tercera (el resto de los ciudadanos). Los indígenas estarían en la más inferior categoría de ‘ciudadanos en formación’, el sótano de la nación mexicana, el desván donde uno se asoma cada tanto para buscar algo que todavía se pueda usar en los pisos de arriba, o arreglar algún desperfecto que ponga en peligro el equilibrio y la estabilidad del edificio.” MARCOS, Subcomandante. **Nuestra arma es nuestra palabra. Escritos Seletos**, p. 69-70

¹⁵⁰ COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONARIO INDÍGENA, CCRI. **Comunicado de 12 de outubro de 1994**. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acessado em janeiro de 2007.

nacional:

[...] el EZLN ha declarado siempre que está luchando por una causa más amplia. Su lucha es para todos los "sin voz, sin rostro, sin mañana", una categoría que se extiende mucho más allá de los pueblos indígenas. Sus demandas (trabajo, tierra, vivienda, comida, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia, paz...) no están restringidas al movimiento indígena: son demandas para todos. El movimiento es un movimiento de liberación nacional, un movimiento para la liberación no sólo de los indígenas sino de todos.¹⁵¹

Podemos observar a seguir um fragmento de um documento divulgado pelo movimento zapatista em fevereiro de 1994 que ratifica a alegação de Holloway:

La lucha del EZLN no es sólo para los zapatistas, no es sólo para los chiapanecos, ni sólo para los indígenas. Es para los mexicanos todos, para los que nada tienen, para los desposeídos, para los mayoritarios en pobreza, ignorancia y muerte.¹⁵²

Concordamos com Holloway quando o autor afirma que o movimento zapatista não é apenas um movimento indígena. Sabemos que suas demandas ultrapassam os limites da questão étnica, mas sustentamos, apesar disso, que o EZLN é, sobretudo, um movimento étnico, pois entendemos que a questão nacional aparece nos comunicados zapatistas subordinada à questão indígena. Os zapatistas rechaçam quaisquer posturas isolacionistas e reconhecem que a satisfação das demandas das populações autóctones passa também pelas relações que os índios constroem com os demais setores sociais.

¹⁵¹ HOLLOWAY, John. La revuelta de la Dignidad. **Revista Chiapas**.

¹⁵² COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **A la Comisión Coordinadora Ejecutiva del Consejo Estatal de Organizaciones Indígenas y Campesinas (CEOIC)**. México, 2 de Fevereiro de 1994. Disponível em <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em maio de 2007.

Entre os zapatistas há o entendimento de que as melhorias conquistadas pelos povos indígenas só serão significativas se forem estendidas a toda a nação, isto é, não haverá solução para os problemas enfrentados pelas comunidades autóctones em Chiapas sem a consideração dos problemas nacionais. Por isso, o EZLN considera tão importante garantir aos índios a possibilidade de opinar sobre os rumos da nação e contribuir para o seu desenvolvimento. Enfim, apesar da ênfase muitas vezes conferida ao caráter nacional das lutas zapatistas, acreditamos que podemos definir o zapatismo, sobretudo, como um movimento indígena.

Nuestra lucha es justa y es verdadera, no responde a intereses personales sino al ánimo de libertad de todo el pueblo mexicano en general y del pueblo indígena en particular.¹⁵³

A nosso ver, a inclusão de novos atores – não-indígenas – nos discursos zapatistas revela, na realidade, uma estratégia utilizada pelo movimento para conquistar um maior número de adesões e o apoio da sociedade mexicana. Ao se apresentar como um movimento indígena que não luta apenas pelos índios, mas por todos os mexicanos, os zapatistas conseguem sensibilizar a sociedade para suas demandas sem deixar de se posicionar contra seu adversário político.

No fragmento a seguir, vemos que o movimento zapatista luta por “*justicia*” e “*liberidad*” e ressalta que estas são bandeiras a que “*todos los mexicanos anhelamos*”. Fica evidente que os zapatistas se incluem na categoria de “mexicanos” e que a defesa de tais ideais favorece a identificação dos destinatários de seus discursos com o movimento, já que, dificilmente, alguém se

¹⁵³ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sobre el alto al fuego**. México, 12 de Janeiro de 1994. Disponível em <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso agosto de 2006.

oporia a luta por “liberdade, justiça e democracia”:

[...] hacemos un llamado a obreros, campesinos pobres, maestros, estudiantes, intelectuales progresistas y honestos, amas de casa y profesionistas, y a todas las organizaciones políticas y económicas independientes para que se unan a nuestra lucha en su medio y en todas las formas posibles hasta lograr la justicia y la libertad que todos los mexicanos anhelamos.¹⁵⁴

Rodolfo Stavenhagen sublinha a importância dessas estratégias discursivas e ressalta a necessidade de os movimentos indígenas contemporâneos não permanecerem isolados, mas se manterem articulados com a sociedade nacional e com outras organizações:

[...] sí bien las organizaciones indígenas son conscientes de su identidad y su independencia, también saben que su impacto y alcance serán limitados si se aíslan [...]. De esta manera, las organizaciones indígenas han tenido que enfrentar dos tipos de problemas interrelacionados: el papel de los movimientos indígenas en el marco de los conflictos y de la articulación de intereses en la sociedad nacional, y el tema crucial de la construcción de alianzas estratégicas con otras organizaciones.¹⁵⁵

Há, portanto, a necessidade de o movimento zapatista transitar, ora entre a questão étnica, ora entre a questão nacional, e de reforçar tanto a sua “mexicanidade” quanto a sua “indianidade”. Em seus discursos, verificamos a aptidão e a habilidade do movimento para integrar o geral no particular sem com isso apagar as especificidades. Assim os zapatistas tornam-se capazes de dialogar com os diversos grupos indígenas, com os diferentes movimentos e organizações sociais e com a sociedade civil mexicana.

¹⁵⁴ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sobre el EZLN y las condiciones para el diálogo.** México, 04 de janeiro de 1994. Disponível em <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 10 de outubro de 2006.

¹⁵⁵ STAVENHAGEN, Rodolfo. Las organizaciones indígenas: actores emergentes en América Latina, p.20

De acordo com o Subcomandante Marcos, os primeiros comunicados lançados pelo movimento em 1994 não enfatizavam o caráter étnico da resistência zapatista porque os indígenas tinham receio de alimentar quaisquer dúvidas acerca de sua mexicanidade. Posteriormente o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena, a instância de deliberação do movimento, divulgou as reivindicações propriamente indígenas do movimento. Essa espera pelo momento mais oportuno para apresentar as demandas das comunidades índias fez com que alguns grupos acusassem o EZLN de “apropriação oportunista” da luta indígena. Num comunicado de 6 de janeiro de 1994, o movimento reafirmou sua identidade étnica:

[...] los mandos y elementos de tropas del EZLN son mayoritariamente indígenas chiapanecos, esto es así porque nosotros los indígenas representamos el sector más humillado y desposeído de México, pero también, como se ve, el más digno. Somos miles de indígenas alzados en armas, detrás de nosotros hay decenas de miles de familiares nuestros. Así las cosas, estamos en lucha decenas de miles de indígenas. El gobierno dice que no es un alzamiento indígena, pero nosotros pensamos que si miles de indígenas se levantan en lucha, entonces sí es un alzamiento indígena.¹⁵⁶

Acerca da acusação de “apropriação oportunista” da bandeira indígena, o Subcomandante Marcos respondeu em entrevista concedida a Gloria Muñoz em 2003:

La acusación es ridícula [...]. Si no toma en cuenta el acto fundamental del primero de enero de 1994, en el discurso de la Primera Declaración de la Selva Lacandona se explica quiénes somos, y se dice: ‘somos producto de 500 años de luchas y etcétera’, y no hay ningún grupo social que pueda decir eso en México más que el indígena: ni obreros, ni campesinos, ni intelectuales pueden decir eso de estar 500 años...¹⁵⁷

¹⁵⁶ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sobre el EZLN y las condiciones para el diálogo.** México, 6 de Janeiro de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso agosto de 2006.

¹⁵⁷ MARCOS, Subcomandante. **Hay un tiempo para pedir, otro para exigir y otro para ejercer.** Entrevista com Gloria Muñoz, novembro de 2003. Disponível em:

Nos fragmentos elencados até aqui, podemos perceber que tanto a “indianidade” quanto a “mexicanidade” do EZLN são constantemente reafirmadas e reforçadas. De acordo com Yvon Le Bot, através dessas combinações entre “particular” e “universal”, o EZLN traduz o caráter multicultural da nação mexicana:

Seja como for, o zapatismo procura combinar, sem os confundir, o comunitário e o nacional, a identidade étnica e a identidade nacional, a indianidade e a mexicanidade [...].

O seu objetivo é traduzir na prática o reconhecimento do caráter multicultural da nação, de fazer que os membros das minorias étnicas deixem de ser obrigados a abandonar ou a recalcar a sua identidade para assegurar a igualdade com os outros mexicanos, livrar o país do racismo, ultrapassar a barreira simbólica que pesa em todas as relações sociais e impede a expressão da subjetividade dos Índios e até de muitos não-Índios.¹⁵⁸

Em relação à “indianidade” assumida pelo movimento zapatista, Marcos sugere que a presença majoritária de índios no EZLN explica a adoção da identidade étnica: [...] *en un ejército que se presenta como el EZLN, donde hay dos o tres mestizos y miles de indígenas, no creo que sea necesario decir que es importante la cuestión indígena.*¹⁵⁹ Todavia, consideramos demasiado simplista justificar a adoção da identidade indígena pelo movimento alegando, simplesmente, ser decorrente da presença majoritária de índios nas comunidades de Chiapas. A nosso ver, as identidades são construções tanto no sentido histórico, como no sentido da ação estratégica; elas são o resultado de uma série de operações e investimentos coletivos.¹⁶⁰

<<http://www.submarcos.org/comu.html>> Acesso em agosto de 2005.

¹⁵⁸ LE BOT, Yvon. **O sonho zapatista**. Tradução de Pedro Baptista. Porto: Edições ASA, 1997, p.62

¹⁵⁹ Ibidem.

¹⁶⁰ BURITY, Joanildo A. **Globalização e identidade: desafios dos multiculturalismo**. Consejo

Acreditamos que o movimento zapatista assumiu a “indianidade” como resultado de um longo, complexo e incessante processo de lutas e trocas simbólicas entre os membros das comunidades étnicas e os membros de outros grupos sociais mexicanos. Tal concepção se fundamenta na abordagem interacionista proposta por Frederic Barth.

Para Barth¹⁶¹, o que define um grupo étnico é a relação que este possui com os “outros”, ou melhor, a existência de um sistema dicotômico de relações que serve para diferenciar o “NÓS” do “ELES”. Isso significa que, mais importante do que o conteúdo (cambiante) que preenche a identidade étnica, são as fronteiras que demarcam suas diferenças.

As concepções interacionistas não percebem a identidade étnica como uma identidade compartilhada de forma natural e espontânea pelos membros de um determinado grupo – um elemento primordial ou essencial – nem como uma espécie de “pertença involuntária”. A identidade étnica possui um caráter relacional e histórico, sofrendo constantes ajustes, reajustes e modificações conforme as situações experimentadas pelo grupo. Ela não se constrói isoladamente, mas no processo de interação com os outros. A especificidade da identidade étnica residiria, portanto, na importância conferida aos contrastes culturais que demarcam o “território” de cada grupo em relação a outros. Esta

Latinoamericano de Ciencias Sociales. Disponível em: <<http://www.clacso.edu.ar>> Acesso em maio de 2008.

¹⁶¹ Para maiores informações, consultar POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth.** Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

interpretação diverge daquela apresentada pelas abordagens instrumentalistas e mobilizacionistas que entendem a etnicidade como uma estratégia de luta que emerge num contexto de competição econômica e política característico da modernidade.

Longe de ver na etnicidade uma identidade social essencial e universal, muitos pesquisadores analisam-na como um comportamento estratégico de atores racionais que deve ser situado nas condições de competição próprias das sociedades modernas ou como uma forma de organização social que deve ser relacionada às mudanças estruturais macrossociais do mundo contemporâneo, tais como a derrubada de outras entidades como a classe ou a nação.¹⁶²

Nas teorias instrumentalistas e mobilizacionistas, a alusão ao elemento “étnico” é percebida como uma estratégia política adotada pelos grupos, a fim de delimitarem o seu “território” e fortalecerem suas lutas através do desenvolvimento de laços afetivos e de solidariedade entre seus membros. O professor Rinaldo Sérgio Arruda faz um alerta quanto às limitações deste enfoque:

[...] não se pode reduzir a afirmação étnica apenas a uma estratégia de defesa de interesses político-econômicos ou à disputa por recursos escassos, insuficiência analítica que marca os enfoques atuais sobre o tema [...].¹⁶³

Concordamos com Arruda, pois entendemos que para além das motivações de ordem política e material existe, nas lutas indígenas, a intenção de ressignificar o mundo social de forma a abarcar a diversidade presente nas sociedades

¹⁶² POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Frederik Barth**. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p.76

¹⁶³ ARRUDA, Rinaldo Sérgio V. Imagens do índio: signos da intolerância. In: GRUPIONI, Luís D. FISCHIMANN, Roseli; VIDAL, Lux. (orgs.). **Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p.49

contemporâneas e conquistar espaço e reconhecimento para as populações autóctones.

Apesar das diferenças entre as concepções instrumentalistas/ mobilizacionistas e as interacionistas, acreditamos que elas podem ser complementares. Entendemos que o grupo étnico carrega consigo a força da solidariedade e dos laços afetivos, devido ao compartilhamento de um “quadro cognitivo comum” e de um sentimento de origem e pertença entre os seus membros. Como bem destaca Hassan Zaoual, “*as crenças compartilhadas tornam-se motores simbólicos para a ação [...].*”¹⁶⁴ e essa qualidade torna a mobilização étnica cada vez mais estratégica na atualidade, pois favorece a coesão e a unidade num contexto de competição e individualização da sociedade contemporânea. Sendo assim, acreditamos que a bandeira étnica pode ser levantada por um movimento visando tanto o atendimento das necessidades políticas, econômicas e materiais quanto das necessidades simbólicas de organização significativa do mundo social.

Neste trabalho, portanto, tratamos a questão da identidade étnica zapatista articulando as perspectivas *interacionistas* – que entendem a etnicidade como um processo contínuo de manutenção e delimitação de fronteiras a partir das relações com outros grupos – e *instrumentalistas/mobilizacionistas* – que percebem a etnicidade como uma estratégia de mobilização política para alcançar determinados fins. A nosso ver, estas perspectivas não são excludentes e sua

¹⁶⁴ ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural**. (Coleção questões de nossa época) São Paulo: Editora Cortez, 2003, p.102

articulação contribui para uma melhor compreensão da operacionalização da identidade étnica pelo movimento zapatista.

Ao observarmos os documentos e comunicados lançados pelo EZLN entre os anos de 1994 e 1996, notamos que neles são traçadas fronteiras que delimitam as diferenças entre a condição de “índios” e de “brancos” no México. No fragmento apresentado a seguir, vemos que é feita uma clara distinção entre a experiência vivenciada pelos indígenas e aquela vivenciada pelos “brancos”:

Los indios siempre han vivido en guerra porque la guerra hasta hoy ha sido siempre contra ellos, mientras que ahora será para los indios y será para los blancos.¹⁶⁵

Os zapatistas alegam que os “índios” sempre estiveram em “guerra”, ou seja, que eles sempre experimentaram uma realidade de sofrimento, privação, exploração e marginalização, em contraposição à realidade compartilhada pelos “brancos”. De acordo com o Subcomandante Marcos *“La represión para los indoamericanos existe desde hace 500 años. [...] para los indios la represión es pan de todos los días.”*¹⁶⁶ Contudo, a insurreição de janeiro de 1994 teria, na perspectiva zapatista, lançado luz sobre essa “guerra invisível” e forçado todos os atores envolvidos, brancos e índios, a reagirem e se posicionarem. A partir do levante em Chiapas, a questão indígena não poderia mais ser ignorada.

¹⁶⁵ MARCOS, Subcomandante. **Hay un tiempo para pedir, otro para exigir y otro para ajercer.**

¹⁶⁶ Ibidem.

Diante da pressão da sociedade civil pelo fim do conflito, em janeiro de 1994, os zapatistas argumentaram que “*la paz que ahora piden algunos siempre fue guerra para nosotros [...]*”¹⁶⁷. E Adelfo Regino, jornalista indígena mixe, lembra que a “paz” não pode ser entendida apenas como “ausência de guerra”, mas deve ser vista, fundamentalmente, como “*la vigencia de condiciones globales para tener una vida digna y feliz*”¹⁶⁸. A ausência das condições que possibilitariam aos indígenas desfrutar uma vida com dignidade e felicidade teria levado à rebelião armada, mas os zapatistas alertam:

Ya no será más así, no se puede fundar el bienestar de los menos en el malestar de los más. Ahora tendrán que compartir nuestra suerte, para bien o para mal. Tuvieron antes la oportunidad de volver los ojos y hacer algo contra la gigantesca injusticia histórica que la nación hacía contra sus habitantes originales, y no los vieron más que como objeto antropológico, curiosidad turística, o partes de un "parque jurásico" (¿así se escribe?) que, afortunadamente, habría de desaparecer con un TLC¹⁶⁹ que no los incluyó más que como un acta de defunción desechable, porque en las montañas la muerte no se cuenta ya.¹⁷⁰

Nos discursos zapatistas, as referências à “*injustiça histórica*”, à situação de marginalização, exploração e opressão vivenciada pelos indígenas ao longo dos séculos são bastante recorrentes, conforme acabamos de observar, contudo os zapatistas foram capazes de traduzir tais experiências negativas em “combustível” para alimentar a resistência indígena e gerar rebeldia.

¹⁶⁷ SUBCOMANDANTE MARCOS. **Carta de Marcos sobre la paz que algunos piden**. México, 13 de Janeiro de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em julho de 2006.

¹⁶⁸ REGINO, Adelfo. Los indígenas ante el conflicto chiapaneco. In: ARNSON, Cynthia. MANAUT, Raúl Benítez. (coord.). **Chiapas. Los desafíos de la paz**. México: ITAM, 2000, p.104

¹⁶⁹ TLC - Tratado de Livre Comércio.

¹⁷⁰ SUBCOMANDANTE MARCOS. **Carta de Marcos sobre la paz que algunos piden**.

A “marginalização” do índio mexicano não aparece, nesses discursos, associada a atributos pejorativos, tais como o “conformismo”, a “passividade”, a “apatia”, a “subordinação” e a “ignorância” que permeavam representações sociais largamente difundidas na sociedade mexicana acerca do “índio”. Tanto a marginalização quanto o sofrimento compartilhados pelos indígenas foram ressignificados pelos zapatistas. Num comunicado lançado em fevereiro de 1994, percebemos que a experiência de dor compartilhada pelos índios é apresentada como um elemento decisivo para a aglutinação e fortalecimento de suas lutas.

[...] Entonces ese dolor que nos unía nos hizo hablar, y reconocimos que en nuestras palabras había *verdad*, supimos que no sólo pena y dolor habitaban nuestra lengua, conocimos que hay *esperanza* todavía en nuestros pechos. Hablamos con nosotros, miramos hacia dentro nuestro y miramos nuestra historia: vimos a nuestros más *grandes padres* sufrir y *luchar*, vimos a nuestros *abuelos* luchar, vimos a nuestros padres con la *furia* en las manos, vimos que no todo nos había sido quitado, que teníamos lo más valioso, lo que nos hacía vivir, lo que hacía que nuestro paso se levantara sobre plantas y animales, lo que hacía que la piedra estuviera bajo nuestros pies, y vimos, *hermanos*, que era *DIGNIDAD* todo lo que teníamos [...].¹⁷¹

Neste último fragmento, observamos que a “dor” é reinterpretada de uma forma positiva pelos zapatistas. Do sofrimento, nasce a “verdade”, a “esperança”, a “luta”, a “fúria” e a “dignidade”. E estes são atributos herdados de “*los grandes padres*” e “*abuelos*” e compartilhados com “*los hermanos*”. Podemos, então, concluir que os zapatistas empreenderam uma ressignificação da experiência compartilhada pelos povos autóctones e transformaram a “vida de sofrimentos” em “coragem”, “rebeldia”, “dignidade” e “verdade”.

¹⁷¹ COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Comunicado de 1 de fevereiro de 1994**. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acessado em março de 2008.

Além de resignificarem o sofrimento, a dor compartilhada e a experiência de vida dos indígenas, os zapatistas também resignificaram suas mortes, tão banalizadas nas estatísticas e índices oficiais, divulgados nos relatórios governamentais. Há, nos discursos do movimento, uma tentativa de dar sentido à morte.

[...] Nuestros muertos, tan mayoritariamente muertos, tan democráticamente muertos de pena porque nadie hacía nada, porque todos los muertos, nuestros muertos, se iban así nomás, sin que nadie llevara la cuenta, sin que nadie dijera, por fin, el "¡YA BASTA!", que devolviera a esas muertes su sentido [...].¹⁷²

[...] Nosotros somos los muertos de siempre, los que tenemos que morir para vivir. Somos la muerte que vive. Ésta es la muerte que da vida a nuestros hermanos todos.¹⁷³

Através de seus discursos, os zapatistas, de forma hábil e criativa, transformaram “morte” em “vida”, ao enaltecer o sacrifício dos índios que lutavam pelos direitos de seu povo; ao dialogar com os “*grandes padres*” do passado e ao apresentar a “*muerte digna*” como um meio (último, mas às vezes necessário) de gerar vida para os povos índios.

[...] nosotros los indígenas no tenemos nada que perder, y estamos concientes y dispuestos a morir si es preciso, ya no tememos a la muerte, porque hemos sido siempre los muertos en vida, no tenemos nada más que miseria, explotación y falta de libertad, justicia y democracia en nuestro país, nosotros decimos la verdad, que es lo que ustedes los poderosos quieren ocultarle al pueblo de México. Teníamos la esperanza de que algún día, nuestros pueblos vivan con dignidad y justicia, con una paz pero con dignidad y justicia.¹⁷⁴

¹⁷² SUBCOMANDANTE MARCOS. ¿ De que nos van a perdonar? México, 18 de janeiro de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em julho de 2007.

¹⁷³ COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Los siete mensajes con que el Comandante Tacho entrega a Marcos, en nombre del CCRI, el bastón de mando en el aniversario del EZLN.** México, 17 de Novembro de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em abril de 2007.

¹⁷⁴ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Al señor Ernesto Zedillo Ponce de León.** México, 9 de Fevereiro de 1995. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em novembro de 2006.

Em jogos de linguagem marcados pelo recurso aos contrastes e contraposições, (como “*muerte/vida*”), os zapatistas se apropriaram dos atributos negativos que sempre foram impostos aos índios e, de uma forma habilidosa, inteligente e criativa, passaram a tirar proveito deles. No fragmento a seguir, podemos observar os contrastes entre “*olvidado/humillado/engañado/maltratado/muerto*” X “*rebeldé/digno/verdadero/vivo*”:

Nosotros, indios mexicanos. Nosotros, *olvidados*. Nosotros, *humillados*. Nosotros, *engañados*. Nosotros, *maltratados*. Nosotros, *muertos*. Nosotros, *rebeldes*. Nosotros, *dignos*. Nosotros, *verdaderos*. Nosotros, *muertos vivos*. Nosotros no nos rendimos.¹⁷⁵

A forte carga pejorativa dos “rótulos” impostos aos índios torna-se mais aparente nos discursos zapatistas através das contraposições, como “*pequeños/primeros*”; “*olvidados/decididos*”; “*depreciados/dignos*”.

Nosotros somos indígenas mexicanos. Los más pequeños de estas tierras, pero los más primeros. Los más olvidados, pero los más decididos. Los más despreciados, pero los más dignos. Nosotros somos los hombres y mujeres verdaderos, los dueños de estas tierras, de estas aguas y de nuestros corazones. No viviremos ya más de rodillas.¹⁷⁶

Este recurso linguístico confere uma força ainda maior às denúncias zapatistas e gera um impacto significativo sobre os destinatários dos discursos, como podemos notar ao lermos mais um fragmento que contrapõe “bom/mau”; “obediência/rebeldia”; “conformismo/luta”; “rendição/resistência”; “interesses próprios/interesses dos irmãos”:

¹⁷⁵ COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Comunicado de 12 de outubro de 1994**. In: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acessado em janeiro de 2007.

¹⁷⁶ Ibidem.

Dice hoy el poderoso que el indígena es bueno si obedece y malo si es rebelde, que el indígena es bueno si se conforma y malo si lucha, que el indígena es bueno si se rinde y malo si resiste, que el indígena es bueno si sólo se preocupa de sí mismo y malo si piensa en sus hermanos. Por eso quiere acabar con los zapatistas, porque somos indígenas, porque somos dignos, porque somos rebeldes, porque luchamos, porque resistimos, porque luchamos por todos nuestros hermanos mexicanos.¹⁷⁷

É possível perceber que os discursos zapatistas, com frequência, reagem às representações dominantes do “índio”, ancoradas no senso comum, e “dialogam” com elas. Em um comunicado de fevereiro de 1996, Marcos faz duras críticas às representações do “indígena” comumente veiculadas na sociedade mexicana e revela a transformação dessa “imagem” operada pelos zapatistas após a rebelião de janeiro de 1994:

Los indígenas del Sureste mexicano, tzotziles, tzeltales, choles, tojolabales, zoques, mames, sólo aparecían en las imágenes de los museos, las guías turísticas y las promociones artesanales. El ojo de las cámaras los buscava como curiosidad antropológica o detalle colorido de un pasado muy lejano. El ojo del fusil obligó al ojo de las cámaras a mirarlos de otra forma. Son hoy el ejemplo de resistencia y dignidad que la humanidad había olvidado, que había perdido, que ha vuelto a encontrar.¹⁷⁸

Antes, os “índios” só eram vistos como “*curiosidad antropológica*”, mas o levante armado em Chiapas transformou os indígenas em “*ejemplo de resistencia y dignidad*”. É possível, portanto, identificar nos documentos e discursos zapatistas uma clara intenção de ressignificar a identidade indígena. E assim, ao produzirem novas representações do “índio”, os zapatistas constroem significados alternativos que podem desestabilizar as representações dominantes e questionar

¹⁷⁷ COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Comunicado de 10 de Abril de 1995**. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acessado em Janeiro de 2007.

¹⁷⁸ SUBCOMANDANTE MARCOS. **Para el evento de fotografía en Internet**. México, 8 de Fevereiro de 1996. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em fevereiro de 2008.

sua pretensa naturalidade. Segundo José Bengoa, os movimentos indígenas que emergiram nas últimas décadas, foram capazes de, em seus discursos, articular passado e presente e impactar de maneira considerável as sociedades latino-americanas:

“Los indígenas de hoy, en forma imaginativa y a veces maravillosa, recrean un discurso acerca de lo que ha sido nuestro continente, y también acerca de lo que ellos han sido y son. Es el surgimiento de ‘nuevas identidades’. Son discursos sobre el pasado llenos de ideas sobre el futuro. [...] Son los discursos que entusiasman a buena parte de nuestra América, porque reúnen la tradición milenaria de nuestras culturas, con la necesaria apuesta a vivir en el futuro y en el mundo moderno.”¹⁷⁹

De acordo com o sociólogo Pierre Bourdieu, ao proporem novas identidades e novas representações sociais, os movimentos empreendem uma “*subversão herética*” que explora a possibilidade de mudar o mundo social através da modificação das representações existentes sobre o mundo, ou seja, através da apresentação de “*uma pré-visão paradoxal (utopia, projeto, programa) à visão comum que apreende o mundo social como mundo natural.*”¹⁸⁰ Portanto, através de discursos e novas representações, os movimentos sociais procuram exercer um espécie de “poder invisível” identificado e classificado por Bourdieu como “*poder simbólico*” e definido como:

[...] o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo, e deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização.¹⁸¹

¹⁷⁹ BENGÓA, José. **La emergencia indígena en América Latina**, p.91-92

¹⁸⁰ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. Tradução de Sergio Miceli. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p.118

¹⁸¹ Ibidem, p.15

Através da enunciação, dos discursos e das representações, o “*poder simbólico*” é exercido e se concretiza através da naturalização das classificações e hierarquias sociais vigentes. Segundo afirma Bourdieu, este “poder invisível” é também reivindicado pelo Estado que se apresenta como única instituição detentora da violência física e simbólica legítimas. Todavia, essa pretensão ao monopólio do poder por parte do Estado vem sendo questionada, especialmente quando determinados grupos procuram alterar classificações, divisões e práticas sociais instituídas e oficializadas ou quando decidem não se submeter a elas. De acordo com Stavenhagen:

[...] las organizaciones indígenas que reclaman el derecho de autodefinición (que es considerado ahora como un derecho humano fundamental), también cuestionan la autoridad de los gobiernos a imponer este status unilateralmente (que es de hecho lo que ha ocurrido desde el principio). El movimiento indígena reclama un nuevo status para los pueblos indígenas en el marco de una sociedad democrática.¹⁸²

Podemos, portanto, constatar que uma “dimensão simbólica” está presente nas lutas políticas centradas na problemática da identidade e que a “resistência simbólica” desempenha hoje um papel fundamental nas lutas dos movimentos sociais contemporâneos. Assim, apesar de os zapatistas negarem quaisquer pretensões de “tomada do poder”, acreditamos que o movimento luta, sim, pelo poder de ressignificar a identidade indígena e de transformar a realidade a partir da construção de uma nova representação dela, ou seja, a partir da construção de uma nova representação do mundo – “*um mundo em que cabem muitos mundos*” – onde os indígenas sejam reconhecidos e onde sua identidade seja valorizada.

¹⁸² STAVENHAGEN, Rodolfo. Las organizaciones indígenas: actores emergentes en América Latina, p.26

O psicólogo social, Serge Moscovici também admite que as representações sociais influem nas práticas sociais e, de certa forma, constituem a realidade. Em *“Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria”*, Celso Pereira de Sá discute a problemática da identidade e cita Moscovici:

[...] uma vez denominada, a pessoa ou coisa pode ser descrita e adquire certas características, tendências etc.; ela se torna distinta de outras pessoas ou coisas através dessas características e tendências; ela se torna o objeto de uma convenção entre aqueles que adotam e partilham a convenção.¹⁸³

Nas lutas centradas na “identidade”, o que está em jogo, portanto, é o valor da pessoa enquanto reduzida socialmente à sua identidade social. Neste sentido, os discursos servem tanto para descrever um estado de coisas como para prescrever ações e relações sociais. Segundo Bourdieu:

A instituição de uma identidade, que tanto pode ser um título de nobreza ou um estigma (‘você não passa de um...’), é a imposição de um nome, isto é, de uma essência social. Instituir, atribuir uma essência, uma competência é o mesmo que impor um direito de ser que é também um dever ser (ou um dever de ser). É fazer ver a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de se comportar em função de tal identidade. Neste caso, o indicativo é um imperativo.¹⁸⁴

Em outras palavras, podemos afirmar que os discursos possuem um caráter performativo (que pretende “fazer acontecer” aquilo que enunciam). Nomear um grupo, portanto, seria trazê-lo à existência, subtraí-lo do “indizível” e conduzi-lo a uma posição reconhecida. Bourdieu chama esse processo de *“produção da crença”*, pois é a crença nas palavras e nas representações que gera o caráter

¹⁸³ SÁ, Celso Pereira de. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. (org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p.38

¹⁸⁴ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**, p.100

performativo dos discursos e ativa seu potencial de manutenção ou de subversão da ordem social. Todavia, os discursos só exercem esse “poder invisível” quando o sujeito enunciador (que pode ser um “sujeito coletivo”, como os indígenas) é reconhecido como digno de tomar a palavra e digno de ser ouvido. Segundo Bourdieu:

O ato de magia social que consiste em tentar trazer à existência a coisa nomeada pode dar resultado, se aquele que o realiza for capaz de fazer reconhecer à sua palavra o poder que ela se arroga [...].¹⁸⁵

Se o processo que Bourdieu classifica como “*produção da crença*” – significando a conquista do reconhecimento do ator social como sujeito digno de falar – é condição *sine qua non* para que os discursos produzam efeitos sociais, podemos concluir que a desconstrução da imagem negativa do “índio” e a produção de uma nova identidade pelo movimento zapatista são importantes estratégias de luta. Ao garantir o reconhecimento e o respeito às populações autóctones, a “nova indianidade” pode contribuir para que as demandas, petições e reivindicações das populações indígenas sejam consideradas legítimas. Por isso, consideramos fundamental lançar luz sobre a “dimensão simbólica” das lutas políticas empreendidas pelos zapatistas e sobre o “poder invisível” que as representações e os discursos podem exercer.

Diante do exposto até aqui, concluímos que os discursos – e as representações neles embutidas – podem exercer uma espécie de “violência simbólica” quando as relações de poder vigentes numa sociedade são naturalizadas e tomam a forma de

¹⁸⁵ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**, p.116

hierarquias sociais, gerando preconceito e exclusão social. Em contrapartida, essa “violência” pode ser combatida por meio de uma “resistência simbólica” que inaugura novas representações e identidades sociais. Neste trabalho, nossa tarefa é desvendar tanto os mecanismos discursivos de violência contra as populações autóctones mexicanas quanto as estratégias simbólicas de resistência desenvolvidas pelos zapatistas que, certamente, vêm contribuindo para a “desnaturalização” dos preconceitos e, conseqüentemente, para a transformação das relações de poder vigentes no México.

3.2 – Etnicidade, consciência étnica e dignidade

Na seção anterior, discutimos a adoção da identidade indígena pelo EZLN e observamos como os discursos do movimento têm promovido a ressignificação da experiência de dor, marginalização, sofrimento e morte compartilhada pelos povos autóctones e favorecido a emergência de uma nova indianidade. Procuramos demonstrar que, no movimento zapatista, a mobilização em torno do “elemento étnico” pode ser compreendida tanto como uma estratégia política na disputa por recursos entre os diferentes grupos sociais, como fruto da necessidade dos índios de se unirem e ressignificarem o mundo social de acordo com suas vivências e experiências particulares. De acordo com Miguel Alberto Bartolomé, essa “politização do étnico” empreendida pelos zapatistas, pode ser designada com “*etnicidade*” e definida da seguinte forma:

[...] a etnicidade, pode ser definida de forma sintética como a manifestação política do étnico; a cultura representa o componente civilizatório que contribui para configurá-la.¹⁸⁶

Para este autor, portanto, a etnicidade nada mais é do que a “*identidade étnica em ação*”¹⁸⁷, ou seja, sua apropriação com fins políticos. Mas a partir de qual momento a identidade étnica passa a ser instrumentalizada, configurando a etnicidade? Segundo Bartolomé, esse fenômeno só é possível quando o grupo étnico adquire a “*consciência étnica*” e dela se apropria. Tal conceito é proposto pelo autor para complementar o de “*identidade étnica*”.

Conceito complementar ao de identidade étnica pretende designar o espaço interior do processo de identificação e conjugá-lo com o espaço exterior: as relações entre nós são tão significativas como as relações com os outros. Busca-se, assim, nominar aqueles fenômenos relativos à identidade que se constroem no interior de um grupo étnico e que, frequentemente, se referem a um conjunto de elementos culturais que a sociedade considera fundamentais para sua definição coletiva.¹⁸⁸

Através destas considerações, Bartolomé lança luz sobre os processos endógenos de constituição/re-constituição da identidade étnica e chama a atenção para as maneiras como os membros dos diferentes grupos percebem a si mesmos. Para alguns pesquisadores, a emergência da consciência étnica é percebida como um fenômeno moderno e considerada um produto do desenvolvimento econômico, da expansão industrial capitalista e da crise do modelo vigente de Estado-Nação. Alguns elementos são apontados, com frequência, como catalisadores desse processo, tais como: a globalização (que favoreceu a interação e os contatos das comunidades indígenas com outros grupos e tornou mais visíveis as diferenças); o

¹⁸⁶ BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. Bases culturais da identidade étnica no México. In: ZARUR, George Cerqueira. (org.). **Região e nação na América Latina**, Brasília: Ed. UnB, 1999, p.136

¹⁸⁷ Ibidem, p.136

¹⁸⁸ Ibidem, p.137 e 138

fim da Guerra Fria (que possibilitou o surgimento de novas formas identificação, como a identificação étnica, desligadas da dicotomia: socialistas X capitalistas); a modernização e a urbanização (que contribuíram para o maior acesso à educação e aos meios de comunicação, favorecendo a aproximação e a troca de experiências entre os movimentos sociais e o fortalecimento de redes de apoio), etc. Segundo Poutignat e Streiff-Fenart:

A maioria dos autores interpretam o renascimento étnico como uma resposta às disfunções das sociedades modernas. O grupo étnico, mais do que qualquer outro tipo de agrupamento informal (comunidades locais, clubes, etc.), representaria um antídoto para as tensões criadas pela ausência de correspondência entre pessoa e papel ou para a despersonalização e desumanização do vínculo social na sociedade de massa.¹⁸⁹

Para o sociólogo Zygmunt Bauman, vivemos hoje um período histórico caracterizado pelo colapso das “velhas certezas” e pela produção de novas formas de posicionamento e de identificação que vêm substituir as tradicionais categorias de “classe” e de “identidade nacional”. Para Bauman, o elevado número de trabalhos e pesquisas que abordam a temática da identidade – seja ela sexual, étnica, nacional, de gênero, de classe, dentre outras – seria sintomático da “crise de pertencimento” que se agrava em nossos dias. Neste novo contexto, a constatação da “artificialidade” e da “instabilidade” das “identidades”, e de suas respectivas “comunidades”, levaria os indivíduos a buscarem, desesperadamente, um “*nós*” a que pudessem pertencer/recorrer e uma “comunidade” ou grupo onde se sentissem seguros. Por isso, os grupos étnicos teriam se tornado tão estratégicos na atualidade. Assim como Bauman, Castells também reconhece que

¹⁸⁹ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth.** p.78

a etnia sempre foi uma fonte fundamental de significado e reconhecimento, para ele: *“Trata-se de uma das estruturas mais primárias de distinção e reconhecimento social, como também de discriminação, em muitas sociedades contemporâneas [...]”*¹⁹⁰

Rodolfo Stavenhagen e Xavier Albó sustentam, por sua vez, que a identidade étnica emergiu após o desencanto diante do fracasso das políticas desenvolvimentistas e integracionistas que teriam impactado fortemente as comunidades autóctones. De acordo com Albó, *“[...] la gran promesa gubernamental – conducir, por ese medio, al indígena/campesino al progreso – no se cumplía y entonces se recuperó la memoria étnica perdida”*.¹⁹¹

Outros pesquisadores consideram que, no contexto da globalização, os contatos intergrupais se intensificaram e foram interpretados como uma ameaça contra a sobrevivência das tradições culturais específicas, favorecendo a emergência de movimentos de resistência reivindicando respeito e reconhecimento. Por outro lado, há quem defenda que a grande visibilidade adquirida pela “questão étnica” revela não um fenômeno novo, mas um fenômeno até poucos anos ocultado. De acordo com Margarida Nolasco, a consciência da diferença étnica sempre existiu entre os índios desde os primeiros choques com o colonizador europeu. Segundo a autora, *“[...] ser indio en Mesoamérica siempre había sido, para ellos, bastante*

¹⁹⁰ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura, p.71

¹⁹¹ ALBÓ, Xavier. El resurgir indígena en un mundo excluyente. In: ESTÉVEZ, Manuel Gutiérrez (comp.). **Identidades étnicas. Diálogos ameríndios**. Madrid: Ed. Casa de América, 1997, p.32

claro, tanto en la práctica como en su sentir ideológico de pertenencia y participación".¹⁹² Nesse sentido, não haveria razão para sustentar a novidade da emergência das identidades étnicas nas últimas décadas do século XX.

A distinção entre a percepção do “ser indígena” no passado (do período colonial até a primeira metade do século XX) e da “condição de indígena” na contemporaneidade estaria na forma como essa “diferença” vem sendo interpretada e nos novos conteúdos que caracterizam a identidade étnica em nossos dias. No passado, segundo Rodolfo Stavenhagen, a identidade indígena era assumida pelos índios a partir dos estereótipos impostos pelos setores dominantes:

Muchos indígenas interiorizaban de hecho los estereotipos y los estigmas que les fueran impuestos por los sectores dominantes, y recurrían a la autonegación y autodenigración con tal de ser aceptados por los no-indios.¹⁹³

De acordo com Roberto Cardoso de Oliveira¹⁹⁴, nas últimas décadas, a identidade indígena foi re-apropriada e re-definida pelos próprios índios. Tanto os “conteúdos” quanto os “sentidos” da indianidade passaram a ser administrados por eles. Para Oliveira, “[...] *os tempos mudaram e o movimento indígena se encarregou de dar ao índio o auto-respeito que faltava.*”¹⁹⁵ Stavenhagen também faz coro a esta afirmação:

¹⁹² NOLASCO, Margarida. Los grupos étnicos ameríndios ante la internacionalización de la economía y la heterogeneidad de la sociedad: el caso de los mesoamericanos, p.185

¹⁹³ STAVENHAGEN, Rodolfo. Las organizaciones indígenas: actores emergentes en América Latina, p.24

¹⁹⁴ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

¹⁹⁵ Ibidem, p.53

Cuando ser indígena era estar estigmatizado, la auto-identificación no ofrecía mayores incentivos; pero como están cambiando los tiempos, la autoidentificación indígena se ha vuelto un instrumento político en un espacio social contestado.¹⁹⁶

Infelizmente, acreditamos que não podemos generalizar este efeito virtuoso da ação dos movimentos étnicos e considerar que o respeito pelos índios já foi plenamente conquistado em todos os sentidos e lugares, mas temos de reconhecer que avanços foram alcançados e que estes movimentos têm desempenhado um papel muito importante no processo de superação da discriminação, do racismo e de produção da crença no índio como sujeito digno.

Em todos os fragmentos dos discursos do EZLN apresentados até aqui, pudemos observar que a identidade indígena proposta pelos zapatistas é marcadamente política. Há, nos discursos do movimento, reivindicações recorrentes de reconhecimento do índio como cidadão e sujeito de direitos, como podemos verificar no trecho a seguir:

Entonces nosotros preguntamos si los indígenas no tenemos derechos políticos, si debemos conformarnos con las promesas de limosnas con que el gobierno nos ha respondido, si no tenemos derecho a exigir respeto a la voluntad popular de elegir un gobierno, si sólo los mestizos tienen derecho de participar en la política [...] si debemos aguantar otra vez la humillación y la muerte que nos prometen las guardias blancas, si debemos soportar el racismo de los grandes comerciantes y ganaderos, si debemos malbaratar la sangre de los nuestros y aceptar que todo siga igual en el suelo chiapaneco.¹⁹⁷

¹⁹⁶ STAVENHAGEN, Rodolfo. Las organizaciones indígenas: actores emergentes en América Latina, p.26

¹⁹⁷ SUBCOMANDANTE MARCOS. **A los obispos de la comisión episcopal para coadyuvar a la reconciliación y la paz en Chiapas**. México, 28 de Setembro de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em outubro de 2006.

Os indígenas zapatistas reivindicam, além dos direitos sociais de acesso aos bens e serviços garantidos constitucionalmente, o reconhecimento de seus direitos políticos, o respeito à diferença e a possibilidade de participar ativamente da vida política nacional. Em um dos primeiros comunicados divulgados pelo EZLN em 1994, os zapatistas reclamam “[...] *el derecho a opinar y a manifestarnos sobre los diversos aspectos de la vida política de México, puesto que somos, todos los miembros del EZLN, mexicanos de nacimiento.*”¹⁹⁸ Essa ênfase no reconhecimento dos indígenas como “cidadãos” pode ser entendida como uma reação dos índios ao modelo de “cidadania” adotado no México que, segundo Federico Navarrete, pode ser classificado como “*ciudadania étnica*” e se baseia na idéia de que a democracia e os direitos políticos “*deben ejercerse de una sola manera, de acuerdo con los criterios imperantes en las democracias electorales y partidistas de Europa y Norteamérica.*”¹⁹⁹ Tal modelo acaba limitando a participação democrática ao não reconhecer outras formas de exercício da cidadania e prejudica os grupos e comunidades que compartilham diferentes costumes e tradições políticas. Por isso, os zapatistas insistem na reformulação do pacto nacional:

La cuestión indígena no tendrá solución si no hay una transformación RADICAL del pacto nacional. La única forma de incorporar, con justicia y dignidad, a los indígenas a la Nación, es reconociendo las características propias en su organización social, cultural y política. Las autonomías no son separación, son integración de las minorías más humilladas y olvidadas en el México contemporáneo.²⁰⁰

¹⁹⁸ COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Comunicado de 31 de janeiro de 1994.** Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acessado em junho de 2007.

¹⁹⁹ NAVARRETE, Federico. **Las relaciones interétnicas en México.** México: Universidad Autónoma de México, 2004, p.120

²⁰⁰ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Tercera Declaración de la Selva Lacandona.**

Posicionando-se contrariamente ao modelo vigente de democracia no México, os zapatistas lançam luz sobre outras formas de fazer política, especialmente aquelas desenvolvidas pelas comunidades indígenas, e conferem à nova indianidade contornos marcadamente políticos. Para Miguel Alberto Bartolomé, verifica-se a *“assunção de uma indianidade genérica, entendida como identidade política comum a todos os membros das culturas subordinadas”*.²⁰¹

Diante da grande mobilização em torno do reconhecimento dos índios como cidadãos de fato e da emergência de uma *“indianidade genérica”*, surge a nova consciência étnica no seio das próprias comunidades que começa a superar os estigmas e a valorizar seus traços distintivos. Podemos atestar esta transformação observando a fala de Eusebio L. Julio, dirigente indígena:

En la comunidad aprendimos que éramos diferentes a los mestizos y que éstos nos hacían sentir diferentes. [...] En la ciudad seguimos siendo diferentes, pero aprendimos a ver en forma diferente nuestra supuesta inferioridad. [...] Cuando vimos que el cambio era posible, lo quisimos hacer extensivo a nuestra comunidad, nos organizamos y, como indios, con sentido comunitario, comenzamos a luchar por mejoras. [...] Descubrimos que nuestros problemas eran similares, que aún quedaban derechos por conquistar, que podíamos tener fuerza, injerencia en la política.²⁰²

Notamos que, para Eusebio L. Julio, a superação do sentimento de inferioridade ocorre no momento em que o indígena se percebe como sujeito capaz de organizar e mobilizar sua comunidade para lutar por melhorias. O antropólogo

²⁰¹ BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. Bases culturais da identidade étnica no México. In: ZARUR, George Cerqueira. (org.). **Região e nação na América Latina**, p.155

²⁰² JULIO, Eusebio L. Los indios hoy: una nueva identidad. In: ESTÉVEZ, Manuel Gutiérrez (comp.). **Identidades étnicas. Diálogos ameríndios**. Ed. Casa de América, Madrid, 1997, p. 45 e 46

Roberto Cardoso de Oliveira²⁰³ analisou esse fenômeno da superação do sentimento de inferioridade indígena (no caso dos indígenas brasileiros) e propôs os conceitos de “*consciência infeliz*” e “*moral do reconhecimento*” para facilitar o desenvolvimento de seus estudos.

Segundo Oliveira, durante muito tempo, os índios olharam para si mesmos a partir da perspectiva dos colonizadores e, só recentemente, vêm superando os estigmas e rótulos por eles impostos. Este processo é chamado pelo autor de “*superação da consciência infeliz*” e vem trazendo resultados positivos para os índios que, a cada dia, acreditam mais no seu potencial para transformar a realidade na qual estão inseridos. A seguir, podemos observar na fala de Isaac, dirigente indígena zapatista, que o sentimento de inferioridade foi substituído pelo desejo de conquistar e ter reconhecida a autonomia indígena:

[...] Como indígenas creemos y sentimos que tenemos la capacidad para dirigir nuestro destino. No hay necesidad de que nos anden llevando de la mano, pues. Como gente madura, como gente consciente, podemos dirigir nuestro propio destino. Podemos gobernar nuestro propio destino, podemos gobernar nuestro pueblo. [...] Por eso no necesitamos de un gobierno que solo nos quiere manipular, tener bajo sus propios zapatos. [...] Como indígena necesitamos autonomía propia, necesitamos esa identidad, esa dignidad, pues.²⁰⁴

De acordo com Roberto Cardoso de Oliveira, a “*superação da consciência infeliz*” do indígena resulta da difusão da “*ideologia do auto-respeito*” e da construção da “*moral do reconhecimento*” que, nada mais seriam, do que a

²⁰³ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

²⁰⁴ COMITÊ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Comunicado de 7 de fevereiro de 1994**. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acessado em agosto de 2007.

valorização da identidade indígena entre os próprios índios.

[moral do reconhecimento] É quando a busca pelo respeito de si pelos outros começa pela descoberta do auto-respeito, encontrando nele a dignidade e a honra indígena tão vilipendiada no passado, e hoje, ao que tudo vem indicando, encontra-se em pleno processo de recuperação. E nada indica que esse processo político e moral não chegue a bom termo.²⁰⁵

Diante disso, podemos afirmar que os indígenas sempre tiveram consciência de que muitas diferenças demarcavam as fronteiras que separavam a “identidade índia” da “identidade européia” colonizadora, mas essas diferenças hoje são voluntariamente assumidas pelos indígenas, ressignificadas e reinterpretadas positivamente. Segundo o dirigente indígena Eusebio Julio, a história deste processo que Oliveira classifica como “*ruptura da consciência infeliz*” nada mais é do que a história da tradução das “diferenças” antes percebidas como “negativas” em traços positivos de identificação:

[...] es la historia de cómo tomamos consciencia de la singularidad cultural, es decir, de nuestra diferencia. De cómo aprendimos que esta diferencia no era negativa, es decir, de cómo aprendimos a despojarnos de los sentimientos de inferioridad que los otros nos habían inducido. Pero también es una historia que habla del cambio, de cómo nuestra identidad no es estática, sino reconstruida, redefinida en otros contextos. [...] nos oponemos a reproducir la imagen folclórica del indio, la imagen purista, a adherirnos al conservacionismo que rechaza el cambio.²⁰⁶

Nas falas de Eusébio L. Julio, notamos que os sentimentos de inferioridade dos índios resultaram da internalização das representações negativas e das imagens “folclóricas” do indígena difundidas na sociedade. Oliveira chama de “*ferimentos e ofensas morais*” a falta de respeito pelos povos índios e o não reconhecimento

²⁰⁵ Ibidem, p.55

²⁰⁶ JULIO, Eusébio L. Los indios hoy: una nueva identidad, p.46 e 47

de sua dignidade. Contra a grande carga de humilhação suportada por séculos, os movimentos indígenas têm se levantado e vêm reivindicando seus direitos.

Sendo assim, podemos afirmar que a dinâmica deste processo que caminha do pólo negativo para o positivo, do desprezo para a consideração e da injustiça para o respeito, foi intensificado e impulsionado após a emergência das lutas zapatistas:

A insurreição zapatista precipitou dentro das comunidades índias uma revalorização profunda de sua identidade. O zapatismo foi o fermento que acelerou um processo em marcha. O direito à diferença e o valor da diferença, a reivindicação da autonomia como o terreno propício para desenvolvê-la e a exigência de participar no pacto nacional, sem ter de renunciar ao específico, começaram a tomar curso de diferentes maneiras. Por trás desse processo há um alento democratizador profundo.²⁰⁷

É interessante observar ainda que os elementos invocados nos discursos indígenas para afirmar uma “indianidade positiva” não são apenas de ordem política, mas são também de ordem moral. Os índios compartilham, portanto, além da intenção de serem reconhecidos como cidadãos plenos, a pretensão de que sejam reconhecidos como pessoas, como seres sociais dotados de qualidades intrínsecas. Por isso, a exigência de reconhecimento da “dignidade indígena” é recorrente em seus discursos.

²⁰⁷ NAVARRO, Luis Hernández. Reconstrução das identidades índias. In: BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Chiapas: construindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.43

Em 1º de janeiro de 1995, um ano após o levante armado em Chiapas, o EZLN lançou na Internet um comunicado celebrando o primeiro aniversário da insurreição zapatista e enaltecendo a identidade indígena:

El día de hoy, hace un año, este país que se llama México, dejó de tener vergüenza de su pasado y su presente indígenas. El día de hoy, hace un año, este país que se llama México conoció que hay todavía hombres y mujeres dignos y valientes que están dispuestos a todo, incluso a dar la vida, por conseguir, para todos, la democracia, la libertad y la justicia.

El día de hoy y desde hace un año, tener sangre indígena no es una vergüenza, es un honor. El más alto orgullo al que puede aspirar un mexicano, desde el primero de enero de 1994, es a que lo llamen "indio", porque indios fueron la sangre y el grito que recordó a la nación mexicana cuál es su riqueza más grande: la dignidad.²⁰⁸

Como podemos observar nos fragmentos acima, os indígenas são caracterizados pelos zapatistas como *“hombres y mujeres dignos y valientes”* e a indianidade é apresentada como *“el más alto orgullo al que puede aspirar un mexicano”*. Tais premissas vão de encontro às representações negativas do “índio” largamente difundidas na sociedade mexicana que, segundo Gutiérrez Chong, considera o “ser índio” como sinônimo de *“estar marginado, ser pobre, y carecer del consumo material”*.²⁰⁹ Muitas vezes, a palavra “índio” foi utilizada pelas pessoas com a conotação de insulto, como bem lembra Eusebio Julio que afirma que *“muchos utilizán lo indígena como condición de inferioridad.”*²¹⁰

²⁰⁸ COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Comunicado de 1 de Janeiro de 1995**. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acessado em novembro de 2006.

²⁰⁹ GUTIÉRREZ CHONG, Natividad. **Mitos Nacionalistas e identidades étnicas: los intelectuales indígenas y el Estado mexicano**, p.75

²¹⁰ JULIO, Eusebio L. Los indios hoy: una nueva identidad, p.45

Para o EZLN, ao contrário, “*ser indígena hoy es ser digno y verdadero. No es color y lengua el ser indígena, es la gana de luchar y ser mejores.*”²¹¹. Podemos observar que os traços que caracterizam a nova “indianidade” construída pelos zapatistas são, portanto, mais de ordem política e moral, visto que demandam reconhecimento e respeito (à condição “*digna y verdadera*” dos índios) e o direito à participação (“*la gana de luchar y ser mejores*”) e menos de ordem cultural (“*color y lengua*”). Para os zapatistas:

El color de la piel no hace al indígena: lo hace la dignidad y el siempre luchar por ser mejores. [...] Hoy no hay vergüenza en nuestro corazón por el color de piel o por el habla. Hoy decimos que somos indios como si dijéramos que somos gigantes. [...] ¡Vivan los indígenas mexicanos!²¹²

Podemos constatar através da leitura dos fragmentos apresentados até aqui que, para os zapatistas, a principal marca da identidade indígena é a posse da “dignidade”. No “Dicionário de Filosofia”, encontramos a seguinte definição proposta por Nicola Abbagnano “*[...] dignidade é a capacidade que todo homem possui de não obedecer nenhuma lei que não tenha sido instituída por ele mesmo*”, e, conseqüentemente, a dignidade se apresenta como “*algo inerente a todo ser racional e, como característica essencial de todo ser humano, não tem preço.*”²¹³

²¹¹ COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Comunicado de 10 de Abril de 1995**. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acessado em Janeiro de 2007.

²¹² COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Comunicado de 12 de Outubro de 1995**. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acessado em abril de 2007.

²¹³ ABBAGNANO, Nicola. Dignidade. In: **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 276

Em seus comunicados, os zapatistas afirmam que a dignidade não se vende, não se rende, mas resiste apesar de tudo. A dignidade se faz presente e se concretiza nas lutas, na defesa da autonomia indígena, na busca de alternativas para a superação dos problemas e dificuldades enfrentados pelos índios.

[...] nuestra dignidad no se rinde ni se vende, resistirá, se hará todo lo necesario, y morir si es necesario, para que nuestros futuros ya no tengan que sufrir ya toda la bestialidad de este mal gobierno y de su sistema de partido de Estado. [...] Nosotros queremos vivir y luchamos para vivir como seres humanos; no es el momento de esperar de ese mal gobierno, es el momento de organizarnos para gobernarnos y por medio de nuestro trabajo ir solucionando nuestras necesidades; es el momento de organizarnos para defendernos de esos malos gobernantes.²¹⁴

Os zapatistas sustentam que as raízes da dignidade encontram-se nos povos originários. Ela não é apresentada como atributo exclusivo dos povos autóctones, ou seja, não-índios também podem ser considerados “dignos”, mas são os indígenas que, em séculos de lutas e através de suas vidas e mortes dignas, têm servido de exemplo na história mexicana. De acordo com o Subcomandante Marcos, o “índio” é:

[...] el máximo ejemplar de lo que debe ser un mexicano digno y honesto, no sólo en Chiapas sino en todo el país. Ellos son ahorita la vanguardia de este país, sin querer decir eso implicación política; la vanguardia humana, pues.²¹⁵

²¹⁴ MAYOR INSURGENTE MOISÉS. **Mensaje del EZLN a los pobladores de San Pedro de Michoacán**. México, maio de 1997. Disponível em:

²¹⁵ <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1997/1997_05_a.htm>. Acesso em março de 2008.
COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Comunicado de 7 de fevereiro de 1994**. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acessado em agosto de 2007.

Nos discursos zapatistas, a “dignidade” se transforma, enfim, numa qualidade capaz de gerar identificação entre índios, brancos e mestiços e de unificá-los em torno da luta pela construção de “*um mundo em que caibam muitos mundos*”. No “*I Encontro Intercontinental pela Humanidade contra o Neoliberalismo*”, realizado na Selva Lacandona em julho de 1996, Marcos define a dignidade como sendo “*esa patria sin nacionalidad, ese arcoiris que es también puente, ese murmullo del corazón sin importar la sangre que lo vive, esa rebelde irreverencia que burla fronteras, aduanas y guerras.*”²¹⁶ Nesse caso, ela representa o laço que une diferentes sujeitos, grupos, movimentos e organizações sociais. Para John Holloway, a “dignidade” pode ser considerada o grito daqueles que tiveram sua voz e sua verdade negadas:

[...] la dignidad es el grito de "¡aquí estamos!", el "¡aquí estamos!" de los pueblos indígenas olvidados por la modernización neoliberal, el "¡aquí estamos!" de los números crecientes de pobres cuya existencia por alguna razón no se refleja en las estadísticas del crecimiento económico y los boletines financieros, el "¡aquí estamos!" de los homosexuales cuya sexualidad fue negada durante tanto tiempo, el "¡aquí estamos!" de los ancianos condenados a morir en los asilos, sobre todo en los países más ricos, el "¡aquí estamos!" de las mujeres encerradas en la casa, el "¡aquí estamos!" de los millones de migrantes sin documentos que no están ahí donde, oficialmente, deberían estar. La dignidad es el grito de los no escuchados, la voz de los sin voz. La dignidad es la verdad de la verdad negada.²¹⁷

O reconhecimento da “dignidade indígena”, enfim, está subordinado à afirmação pública da “indianidade ressignificada”, conforme observamos a seguir na definição de “reconhecimento” proposta por Oliveira.

²¹⁶ MARCOS, Subcomandante Insurgente. Palabras en el Acto de Inicio del Primer Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo. In: MARCOS, Subcomandante Insurgente. **Nuestra arma es nuestra palabra: escritos selectos**. Nova York: Siete Cuentos Editorial, 2001, p.112

²¹⁷ HOLLOWAY, John. La revuelta de la Dignidad.

[...] por reconhecimento entendemos um ato expressivo pelo qual o conhecimento está confirmado pelo sentido positivo de uma afirmação. Contrariamente ao conhecimento que é um ato cognitivo não público, o reconhecimento depende de meios de comunicação que exprimem o fato de que outra pessoa é considerada como detentora de um ‘valor’ social.²¹⁸

Isto significa que para alcançar o reconhecimento do “valor social” do “índio”, os movimentos devem realizar publicamente a afirmação da dignidade indígena. Por isso, eles têm recorrido a diferentes meios e estratégias de comunicação. Para Manuell Castells, o Exército Zapatista de Libertação Nacional se destacou como “*o primeiro movimento de guerrilha informacional*”²¹⁹. Sua capacidade de se comunicar com o mundo e com a sociedade mexicana, de captar a imaginação da população e dos intelectuais, acabou lançando, na perspectiva de Castells, “*um grupo local de rebeldes de pouca expressão para a vanguarda política mundial.*”²²⁰ Segundo o autor:

[...] A utilização amplamente difundida da Internet permitiu aos zapatistas disseminarem informações e sua causa a todo o mundo de forma praticamente instantânea, e estabeleceram uma rede de grupos de apoio que ajudaram a criar um movimento internacional de opinião pública que praticamente impossibilitou o governo mexicano de fazer uso da repressão em larga escala. As imagens e as informações provenientes dos zapatistas, e a respeito deles, atuaram de maneira decisiva sobre a economia e a política mexicanas.²²¹

Ao utilizar a Internet como principal meio de divulgação de suas reivindicações e de afirmação do “valor social” dos índios e ao recorrer a diferentes meios de

²¹⁸ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**, p.31

²¹⁹ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2ª ed. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2000. Vol. 2: A era da informação: economia, sociedade e cultura.

²²⁰ Ibidem, p.104

²²¹ Ibidem, p.105

comunicação (jornais, revistas, rádio, etc.), desenvolvendo diversas ações públicas para sensibilizar a sociedade mexicana para apoiar as lutas pela defesa dos direitos indígenas, o movimento zapatista, certamente, desempenhou um papel muito importante na luta pela democratização e pelo reconhecimento dos indígenas não somente no México, mas em toda a América Latina.

3.3 - As novas representações das mulheres indígenas

Humilladas doblemente, como mujeres y como trabajadoras, las indígenas mexicanas son también humilladas por su color, su lengua, su cultura, su pasado. Triple pesadilla que obligó a las mujeres zapatistas a empuñar un arma y sumar su ‘Ya basta!’ al de sus compañeros varones. Triple pesadilla que obliga a una triple rebelión.²²²

Subcomandante Marcos

Entre as principais bandeiras de luta do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) está a *defesa das mulheres indígenas*, de suas peculiaridades, vontades e direitos. É importante atentarmos para o fato de que a resistência feminina zapatista possui seus próprios matizes e difere em muitos aspectos das lutas feministas desenvolvidas no ocidente.

Os princípios clássicos do feminismo ocidental provêm do Iluminismo e do liberalismo dos séculos XVIII e XIX, conforme aponta a socióloga Jeni Vaitsman em “*Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*”²²³ e Rachel Soihet em “*Enfoques feministas e a história: desafios e*

²²² MARCOS, Subcomandante Insurgente. **Celebración del día de la mujer que lucha, de la mujer digna**. México, março de 1996. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acesso em junho de 2007.

²²³ VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias**

perspectivas”²²⁴. Tais raízes e preceitos contrastam marcadamente com os valores das comunidades e das mulheres indígenas. Em primeiro lugar, a reivindicação de reconhecimento das autóctones como sujeitos políticos capazes de se auto-representar e de decidirem os rumos de suas vidas não parte de uma perspectiva individualista, mas comunal. Os princípios do liberalismo político que pautam o direito no ocidente entram em choque com a cosmovisão indígena mesoamericana²²⁵ que não concebe um “sujeito” separado da “coletividade” a que pertence.

A participação política nas comunidades indígenas não se realiza a partir do indivíduo que vota, mas se fundamenta na representação de diferentes grupos – dos homens, das mulheres, das crianças, dos idosos – que opinam sobre determinados assuntos nos momentos de decisão. Isso quer dizer que as conquistas pessoais das mulheres indígenas devem ser consequência do reconhecimento do “grupo das mulheres indígenas” como ator social autônomo e da legitimidade de seus “direitos coletivos”.

O segundo aspecto que gostaríamos de destacar é que a rígida separação entre “espaço público” e “espaço privado” significando, respectivamente, “espaço

pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

²²⁴ SOIHET, Rachel. Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas. In: MATOS, Maria Izilda S. de. SOLER, Maria Angélica. **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea.** São Paulo: EDUC, 1997.

²²⁵ Neste trabalho, abordamos os costumes e a cultura dos indígenas que habitam o sul do México de forma geral, visto que a consideração das diversas nuances que distinguem tzeltales, tzotziles, choles, nahuas, maias, etc. requereria uma pesquisa muito mais aprofundada e demandaria mais espaço do que dispomos aqui. Por isso, as tradições dos povos mesoamericanos serão abordadas em linhas gerais neste capítulo.

masculino” e “espaço feminino”, operada em fins do século XVIII na Europa, não ocorre na cultura indígena mesoamericana que não impõe às mulheres a reclusão no âmbito privado dos lares, mas confere a elas parte da responsabilidade pelo sustento da família. Como a maioria das populações autóctones vive nos campos, as mulheres indígenas trabalham nas lavouras de subsistência e/ou empregam-se em fazendas onde chegam a trabalhar dezoito horas diárias. A mão-de-obra indígena é mais barata do que a mestiça e o trabalho das mulheres indígenas é ainda mais desvalorizado que o trabalho dos homens, por isso podemos considerar que elas são as mais exploradas na sociedade mexicana.

Além de colaborar para o sustento da casa, é prerrogativa das mulheres a criação dos filhos e o cuidado da saúde da família. Segundo Laura Carlsen²²⁶, as mulheres mais velhas das comunidades adquirem mais autoridade por possuírem um conhecimento maior das ervas e plantas medicinais, todavia, o homem permanece como a figura proeminente na família e na comunidade índia. Ele é reconhecido como o “produtor” e “provedor” da casa, enquanto a mulher é percebida como a “*companheira do produtor*”, mesmo quando seu trabalho na lavoura excede em muito o do marido.

Apesar de atuarem no mercado de trabalho, às mulheres não é conferido o poder de decisão, pois a opinião masculina é considerada a mais importante. Portanto, o espaço político enquanto lócus da tomada de decisões está, na cultura indígena,

²²⁶ CARLSEN, Laura. Las mujeres indígenas en el movimiento social. **Revista Chiapas**, México, n.8, 1999. Disponível em: <<http://www.ezln.org/revistachiapas>>. Acesso em maio de 2007.

reservado aos homens que se arrogam o direito de definirem o futuro das comunidades, o destino de suas filhas e de controlarem a vida de suas mulheres.

Outro fator que distingue a luta das mulheres indígenas de outras lutas feministas é, evidentemente, a questão étnica. Além de sofrerem discriminação pelo fato de serem mulheres, também são discriminadas por serem indígenas e, em sua imensa maioria, pobres. Esta situação é tão grave que alguns analistas falam em “feminización de la pobreza”²²⁷ no México, pois são as mulheres que têm menos acesso à educação básica, se alimentam pior do que os homens, sofrem as piores condições de trabalho e recebem as mais baixas remunerações.

De acordo com o “*Informe sobre el Desarrollo Humano*” do PNUD em 2006²²⁸, o México ocupa o 52º lugar em desenvolvimento social, porém, se avaliarmos somente a condição da população feminina mexicana, esta posição cai para 83º. Mais da metade (51,6%) das mulheres que falam algum idioma indígena são analfabetas, pois em muitos municípios ainda prevalece a crença na inutilidade da educação escolar feminina. Essa marginalização cultural das mulheres indígenas se reflete na não-participação política de muitas índias nos processos decisórios das comunidades e reforça o “silenciamento” desses sujeitos.

²²⁷ CARLSEN, Laura. Las mujeres indígenas em el movimiento social.

²²⁸ CARRETO, Enrique Serrano. **Regiones indígenas de México/Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo**, México: CDI: PNUD, 2006, p.7

Em 1994, a “*Ley Revolucionaria de Mujeres*”²²⁹ foi promulgada entre os zapatistas a fim de que às mulheres também fossem concedidos os direitos de decidir os rumos de sua vida e participar das lutas conforme seus interesses. Dez pontos foram destacados pelos zapatistas:

- 1 - Las mujeres, sin importar su raza, credo, color o filiación política, tienen derecho a participar en la lucha revolucionaria en el lugar y grado que su voluntad y capacidad determinen.
- 2 - Las mujeres tienen derecho a trabajar y recibir un salario justo.
- 3 - Las mujeres tienen derecho a decidir el número de hijos que pueden tener y cuidar.
- 4 - Las mujeres tienen derecho a participar en los asuntos de la comunidad y tener cargo si son elegidas libre y democráticamente.
- 5 - Las mujeres y sus hijos tienen derecho a ATENCION PRIMARIA en su salud y alimentación.
- 6 - Las mujeres tienen derecho a la educación.
- 7 - Las mujeres tienen derecho a elegir su pareja y a no ser obligadas por la fuerza a contraer matrimonio.
- 8 - Ninguna mujer podrá ser golpeada o maltratada físicamente ni por familiares ni por extraños. Los delitos de intento de violación o violación serán castigados severamente.
- 9 - Las mujeres podrán ocupar cargos de dirección en la organización y tener grados militares en las fuerzas armadas revolucionarias.
- 10 - Las mujeres tendrán todos los derechos y obligaciones que señala las leyes y reglamentos revolucionarios.

A aprovação de “*La Ley Revolucionaria de Mujeres*” comprova a situação desvantajosa em que vivem as mulheres indígenas. Suas reivindicações refletem as limitações e restrições que elas sofrem cotidianamente nas comunidades, no

²²⁹ COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONARIO INDÍGENA, CCRI. **Ley Revolucionaria de Mujeres**. México, janeiro de 1994. Disponível em <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acesso em julho de 2008.

mercado de trabalho e nos espaços de decisão e produção de conhecimento. Elas não têm autonomia para escolher seus cônjuges e sofrem uma série de limitações como, por exemplo, a dificuldade em adquirir propriedades agrícolas e o impedimento de seus estudos. Assim, a defesa da “*igualdade na diferença*” e a grande participação de mulheres na insurreição zapatista (algumas ocupando importantes postos de chefia) desafiaram tradições e costumes indígenas, porém ainda há muito preconceito, desprezo e incompreensão por parte dos próprios homens zapatistas e de algumas mulheres nas comunidades.

De acordo com o Subcomandante Marcos, desde o início das mobilizações em torno da problemática feminina, houve tensões e desentendimentos nas comunidades, envolvendo inclusive a Igreja:

Quando o EZLN e, sobretudo, as mulheres do EZLN começam a pôr em causa, direta ou indiretamente, a situação das mulheres, deram-se desentendimentos dentro das comunidades, em particular, vindos da parte das autoridades religiosas que afirmavam que estávamos a meter na cabeça das mulheres e jovens uma série de maus pensamentos. Isso resultou numa série de tensões.²³⁰

Ainda há muito pelo que lutar, mas já é possível notar o impacto que a insurreição zapatista gerou sobre os índios a partir do que Márgara Millán chamou de “*revolução dos costumes nativos*” no seio das comunidades²³¹, onde vêm ocorrendo a construção de um “*repertorio de mujeres con autoridad*”, ou seja, começam a chamar atenção das indígenas chiapanecas as conquistas obtidas pelas

²³⁰ LE BOT, Yvon, **O sonho Zapatista**, p.110

²³¹ MILLAN, Márgara. Chiapas y sus mujeres indígenas. De su diversidad y resistencia. **Revista Chiapas**, México, n.4, 1997. Disponível em: <<http://www.ezln.org/revistachiapas>>. Acesso em maio de 2007.

zapatistas que, aos poucos, passam a ser associadas a figuras femininas exemplares. Observa-se, segundo esta autora:

[...] la restauración y creación de una genealogía del poder femenino. Las imágenes de mujeres sabias, depositarias de un poder (la curandera, la partera, las ancianas de las comunidades), se amplían con estas otras, la insurgente, la comandante, las que se organizan y participan en los talleres y las reuniones.”²³²

A partir da ressignificação das representações das “mulheres indígenas”, vêm ocorrendo mudanças que ultrapassam a dimensão simbólica e se refletem nas práticas sociais e nas relações de poder através do “empoderamento” feminino²³³.

Em 1994, cerca de um terço dos insurgentes zapatistas era formado por mulheres, dado que demonstra o aumento da adesão feminina às lutas e sua maior participação política. As mulheres procuram se articular e organizar comitês de apoio e de diálogo e realizar manifestações públicas a fim de pressionar o Estado mexicano para atender a suas demandas. E, além das estratégias “visíveis” de mobilização, as zapatistas buscam, através dos discursos produzidos pelo movimento, transformar as representações acerca da “mulher indígena”.

As mulheres zapatistas querem ser reconhecidas como sujeitos capazes de se auto-representar. Neste “embate de representações”, se contrapõem as imagens negativas do “índio” e da “mulher indígena” às novas imagens produzidas pelos insurgentes. Ao produzirem novas representações sobre a “mulher” ou sobre a “identidade indígena”, os zapatistas constroem significados alternativos para a “feminilidade” e para a “indianidade”, que podem vir a desestabilizar as

²³² Ibidem.

²³³ Ibidem.

representações dominantes e questionar sua pretensa naturalidade. Portanto, a desestabilização, ou modificação, das classificações vigentes na sociedade mexicana atual contribui para alterar as relações de poder estabelecidas e, assim, ajuda a reverter a situação de discriminação e exploração na qual vivem os diversos grupos indígenas no México e, especialmente, as mulheres.

4 - Considerações Finais

[...] el movimiento zapatista ha generado con sus discursos (que también son acciones) una situación inédita, por lo menos en nuestro país, al hacer de su palabra y con su palabra, como ya se dijo, una forma de interacción social y política eficaz, que convoca y provoca a otros a participar con sus propios discursos (lo que no es poca cosa) en la toma de decisiones colectivas: una de las características de una auténtica vida democrática.²³⁴

No decorrer deste trabalho, buscamos discutir e acompanhar o processo de reconstituição e redefinição da identidade indígena que vem sendo promovido pelo movimento zapatista no México através de suas palavras, seus discursos e dos novos significados que eles inauguram. Avaliamos como a transformação das representações sociais pode impactar e alterar as relações de poder vigentes na sociedade e vimos que a construção de novas imagens do “índio” possui implicações práticas, pois a celebração da singularidade cultural dos indígenas e a dignificação de sua identidade têm fortalecido as lutas em favor do reconhecimento da autonomia das populações autóctones no México e na América Latina. Segundo Kathryn Woodward “*é por meio dos significados*

²³⁴ MARTÍNEZ, Luis de la Peña. La voz alzada: la rebelión discursiva del zapatismo . **Revista Rebeldía**, n. 16. Disponível em <<http://www.revistarebeldia.org/revistas/016/index.html>>. Acesso em 25 junho de 2008.

produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos”.²³⁵

Podemos constatar que está em curso na sociedade mexicana aquilo que Pierre Bourdieu classifica como o “*processo de produção da crença*”, isto é, o processo de ressignificação da identidade do “índio” e de produção de sujeitos sociais. Por “sujeitos”, podemos entender “*o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência*”²³⁶, segundo definição proposta por Castells.

Manuel Castells distingue três formas e origens de construção de identidades: “*identidade legitimadora*”, “*identidade de resistência*” e “*identidade de projeto*”. A primeira seria aquela introduzida pelas instituições dominantes que estabelecem classificações e hierarquias sociais. A segunda, por sua vez, seria a identidade criada por atores que se encontram em posições subalternas, desvalorizadas e estigmatizadas; uma espécie de “identidade defensiva” que reage contra a lógica de dominação instituída. De acordo com o que vimos e discutimos até aqui, consideramos que a nova “indianidade” proposta pelos zapatistas pode ser enquadrada nesta segunda categoria.

As “*identidades de resistência*” representam, segundo Castells, o tipo mais importante de identidade em nossa sociedade, pois ela dá origem a formas de

²³⁵ WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, Tomaz Tadeu da. (org.). **Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2004, p.17

²³⁶ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**, p. 26

resistência coletiva capazes de reverter valores vigentes e desnaturalizar as “*identidades legitimadoras*” essencializadas pelas instituições dominantes. Além disso, as “*identidades de resistência*” podem se transformar em “*identidades de projeto*” que são aquelas criadas pelos atores sociais e capazes de redefinir posições e relações de poder na sociedade, alterando, conseqüentemente, toda a estrutura social. Cada modelo de identidade se apropria da “diferença” de uma determinada forma. Para Woodward:

[...] A diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como ‘outros’ ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade, hibridismo, sendo vista como enriquecedora [...].²³⁷

Assim, a celebração da diversidade e a percepção da “diferença” como um fator enriquecedor podem concretizar-se num projeto de transformação social. Segundo Castells, a “*identidade de projeto*” propõe a construção de “*um projeto de vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto.*”²³⁸

O estudo e a análise do movimento zapatista nos permitiram observar, empiricamente, todo esse processo, que encontra-se em marcha, de transformação de uma “*identidade legitimadora*” – imposta por aquelas instituições e por seus representantes que têm o “poder de nomear” – numa “*identidade de resistência*” – capaz de ressignificar os rótulos instituídos, transformar as experiências negativas compartilhadas, criar novos atributos e traços de identificação e,

²³⁷ Ibidem, p.50

²³⁸ Ibidem, p. 26

finalmente, capaz de se expandir em direção à constituição e consolidação de uma “*identidade de projeto*”. Esta identidade, por sua vez, carrega consigo uma proposta ousada de transformação social que, para os zapatistas se formalizou na utopia da construção de “*um mundo em que caibam muchos mundos*”.

En el mundo del poderoso no caben más que los grandes y sus servidores. En el mundo que queremos nosotros caben todos. El mundo que queremos es uno donde quepan muchos mundos. La Patria que construimos es una donde quepan todos los pueblos y sus lenguas, que todos los pasos la caminen, que todos la rían, que la amanezcan todos²³⁹.

Nesse novo mundo, novas formas de fazer política são desenvolvidas, novos espaços de participação são constituídos, os limites da cidadania são ampliados e novos atores sociais são reconhecidos. Identificando-se como um “Exército de Sonhadores”, o EZLN declarou:

En nuestros sueños hemos visto otro mundo, un mundo verdadero, un mundo definitivamente más justo que en el que ahora andamos. Vimos que en este mundo no eram necesarios los ejércitos, que en él eran la paz, la justicia y la libertad tan comunes que no se hablaba de ellas como cosas lejanas [...]. Y en este mundo era razón e voluntad el gobierno de los más, y eran los que mandaban gente de bien pensar; mandando obedeciendo, no era esse mundo verdadero un sueño del pasado, no era algo que venía de nuestros antepasados. Era de adelante, era del siguiente paso que dábamos. Así fue que nos echamos a andar para alcanzar este sueño [...] Esto es lo que queremos, nada más pero nada menos.²⁴⁰

Diante de tantas promessas e sonhos que partem da premissa da aceitação da diversidade, do respeito às diferenças e do aprofundamento da democracia, podemos questionar até que ponto é viável a implementação deste projeto e quais

²³⁹ COMANDANCIA GENERAL DEZ EZLN. **Cuarta Declaración de la Selva Lacandona.**

²⁴⁰ MARCOS, Subcomandante. En nuestros sueños hemos visto otro mundo. In: LEÓN, Juana Ponce. (ed.). **Nuestra arma es nuestra palabra. Escritos seletos.** Nova York: Siete cuentos editorial, 2001, p.19

seriam os caminhos para implementá-lo. Partindo destas questões, podemos concluir que o reconhecimento do caráter multicultural da nação é apenas o começo, não o fim das discussões. Sabemos que, para este processo chegar a bom termo, é preciso incluir nos diálogos e negociações as diferentes vozes e possibilitar, através da distribuição dos recursos necessários, a participação dos diferentes grupos nos processos de tomada de decisão. Do contrário, o reconhecimento do multiculturalismo pode adquirir, como bem lembra Bauman, um caráter conservador:

Seu efeito é uma transformação das desigualdades incapazes de obter aceitação pública em “diferenças culturais” – coisa a ser louvada e obedecida. [...] O que se perdeu de vista no processo foi que a demanda por reconhecimento fica desarmada se não for sustentada pela redistribuição – e que a reafirmação comunitária da especificidade cultural serve de pouco consolo para aqueles que, graças à cada vez maior desigualdade na divisão dos recursos, têm que aceitar as escolhas que lhes são impostas.²⁴¹

A banalização da questão da diversidade e a defesa do multiculturalismo poderiam, de acordo com Bauman, levar as desigualdades econômicas e materiais a serem consideradas como naturais, devendo ser mantidas e “respeitadas” em prol da preservação das “diferenças”. Assim, o autor acusa o multiculturalismo de ser uma espécie de “*racismo disfarçado*”, propagandeado como “*a fórmula de construção de uma ordem social perfeita*”.

O antigo, ostensivo e arrogante hábito de explicar a desigualdade por uma inferioridade inata de certas raças foi substituído por uma representação aparentemente compassiva de condições humanas brutalmente desiguais como direito inalienável de toda comunidade à sua forma preferida de viver. O novo culturalismo, como o velho racismo, tenta aplacar os escrúpulos morais e produzir a reconciliação com a desigualdade humana, seja como condição além da capacidade de

²⁴¹ BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade. Uma busca por segurança no mundo atual**, p.97-98

intervenção humana (no caso do racismo), seja com o veto à violação dos sacrossantos valores culturais pela interferência humana.

Assim, a supervalorização das diferenças pode esconder, muitas vezes, a intenção de se justificar e manter as desigualdades materiais e as relações de poder estabelecidas sob o pretexto de “*preservação da diversidade*”. Nesse caso, as lutas em prol do reconhecimento do “*direito à diferença*” fortaleceriam, na prática, o que Bauman classifica como “*direito à indiferença*”, ou seja, o direito de não intervir, mesmo em situações de injustiça, e de fazer-se surdo perante as vozes que defendem projetos de transformação social.

Acreditamos que um dos maiores méritos do movimento zapatista é a sua percepção de que a posição social que os indivíduos ocupam na sociedade está diretamente relacionada com o acesso aos bens materiais e, por essa razão, o EZLN procura atuar em diferentes frentes de luta, conciliando reivindicações de ordem cultural, com exigências de participação política e acesso aos bens e recursos garantidos aos cidadãos. Os desdobramentos e os resultados destes esforços não são fáceis de prever, pois como nos ensina Norberto Bobbio “*a dificuldade de conhecer o futuro depende também do fato de que cada um de nós projeta no futuro suas próprias aspirações e inquietações, enquanto a história prossegue o seu curso indiferente às nossas preocupações.*”²⁴²”

²⁴² BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo**. 6. ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.17-18.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **A la Comisión Coordinadora Ejectiva del Consejo Estatal de Organizaciones Indígenas y Campesinas (CEOIC).** México, 02 de Fevereiro de 1994. Disponível em <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em maio de 2007.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **A la prensa: cartas del CCRI-CG.** México, 31 de janeiro de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 18 de janeiro de 2007.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **A los asistentes al Foro Nacional Indígena organizado por el EZLN.** México, janeiro de 1996. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em maio de 2007.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Al señor Ernesto Zedillo Ponce de León.** México, 09 de Fevereiro de 1995. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em novembro de 2006.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Cuarta Declaración de la Selva de Lacandona.** México, 1º de janeiro de 1996. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em setembro de 2006.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **El Diálogo de San Andrés y los Derechos e Cultura Indígenas. Punto y seguido.** México, 15 de fevereiro de 1996. Disponível em: <<http://www.palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em outubro de 2007.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Primera Declaración de la Selva de Lacandona.** México, 1º de janeiro de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em setembro de 2006.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Segunda Declaración de la Selva Lacandona.** México, 10 de junho de 1994. Disponível em: <<http://ezln.org/documentos/1994/19940610.es.htm>>. Acesso em outubro de 2006.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sobre el alto al fuego.** México, 12 de Janeiro de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso agosto de 2006.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sobre el EZLN y las condiciones para el diálogo.** México, 04 de janeiro de 1994. Disponível em <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 10 de outubro de 2006.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sobre la consulta: para todos todo, para nosotros nada.** México 10 de junho de 1994. Disponível em: <<http://www.ezln.org/documentos/1994/199312xx.es.htm>>. Acessado em 19 de julho de 2007.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sobre la Consulta Nacional por la Paz y la Democracia.** México, 25 de agosto de 1995. Disponível em: <<http://www.palabra.ezln.org.mx>> Acesso em de maio de 2008.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sobre las demandas centrales y las formas de lucha.** México, 20 de janeiro de 1994. Disponível em <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em março de 2007.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Tercera Declaración de la Selva Lacandona.** México, 01 de janeiro de 1995. Disponível em: <<http://ezln.org/documentos/1995/19940610.es.htm>>. Acesso em dezembro de 2006.

COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Comunicado de 4 de janeiro de 1994.** Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acessado em junho de 2008.

COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Comunicado de 1 de fevereiro de 1994.** Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acessado em março de 2008.

COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Comunicado de 12 de outubro de 1994.** Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acessado em janeiro de 2007.

COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Comunicado de 1 de Janeiro de 1995.** Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acessado em novembro de 2006.

COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Comunicado de 31 de janeiro de 1994.** Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acessado em junho de 2007.

COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Comunicado de janeiro de 1994.** Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acessado em outubro de 2006.

COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Comunicado de 07 de fevereiro de 1994.** Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acessado em agosto de 2007.

COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI.

Comunicado de 10 de Abril de 1995. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acessado em Janeiro de 2007.

COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Comunicado de 12 de Outubro de 1995.** Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acessado em abril de 2007.

COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Comunicado de 29 de abril de 2001.** Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 23 de julho de 2007.

COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Ley Revolucionaria de Mujeres.** México, janeiro de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acesso em julho de 2008.

COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA, CCRI. **Los siete mensajes con que el Comandante Tacho entrega a Marcos, en nombre del CCRI, el bastón de mando en el aniversario del EZLN.** México, 17 de novembro de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em abril de 2007.

CONSEJO NACIONAL DE POBLACIÓN. **Índices de marginación,** México: 2006, p.15. Disponível em: <<http://www.conapo.gob.mx/>> Acesso em julho de 2007.

CONSEJO NACIONAL DE POBLACIÓN. **Situación demográfica de México 2006.** C.P. 06600, México, D.F., 2006.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **A los obispos de la comisión episcopal para coadyuvar a la reconciliación y la paz en Chiapas.** México, 28 de Setembro de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em outubro de 2006.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **Carta de Marcos sobre la paz que algunos piden.** México, 13 de Janeiro de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em julho de 2006.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **Celebración del día de la mujer que lucha, de la mujer digna.** México, março de 1996. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acesso em junho de 2007.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **Chiapas: La Treceava Estela.** Julho de 2003. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em março de 2007.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **¿De que nos van a perdonar?** México,

18 de janeiro de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em julho de 2007.

MARCOS, Subcomandante. **Entrevista ao Subcomandante Marcos**. México, 20 de outubro de 1994. Disponível em: <<http://www.ezln.org>>. Acessado em maio de 2008.

MARCOS, Subcomandante. **Entrevista ao Subcomandante Marcos**. México, 21 de dezembro de 1994. Disponível em: <<http://www.ezln.org>>. Acessado em julho de 2008.

MARCOS, Subcomandante. **Hay un tiempo para pedir, otro para exigir y otro para ajercer**. Entrevista com Gloria Muñoz, novembro de 2003. Disponível em: <<http://www.submarcos.org/comu.html>> Acesso em agosto de 2005.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **Palabras iniciales para la primera sesion de la Convención Nacional Democrática**. México, 4 de agosto de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em julho de 2008.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **Para el evento de fotografía en Internet**. México, 8 de Fevereiro de 1996. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em fevereiro de 2008.

MAYOR INSURGENTE MOISÉS. **Mensaje del EZLN a los pobladores de San Pedro de Michoacán**. México, maio de 1997. Disponível em: <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1997/1997_05_a.htm>. Acesso em março de 2008.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

BARREDA, Andrés. CECENÁ, Ana Esther. Chiapas y sus recursos estratégicos. **Revista Chiapas**, México, n.1. Disponível em: <<http://www.ezln.org/revistachiapas/No1/ch1cecenabarreda.html>> Acessado em outubro de 2007.

BURITY, Joanildo A. **Globalização e identidade: desafios dos multiculturalismo**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Disponível em: <<http://www.clacso.edu.ar>> Acesso em maio de 2008.

CARLSEN, Laura. Las mujeres indígenas em el movimiento social. **Revista Chiapas**, México, n.8, 1999. Disponível em: <<http://www.ezln.org/revistachiapas>>. Acesso em maio de 2007.

HOLLOWAY, John. La revuelta de la Dignidad. **Revista Chiapas**, México, n. 6. Disponível em: <<http://www.ezln.org/revistachiapas/index>>. Acessado em 31 de

maio de 2008.

MARTÍNEZ, Luis de la Peña. La voz alzada: la rebelión discursiva del zapatismo. **Revista Rebeldía**, n. 16. Disponível em:

<<http://www.revistarebeldia.org/revistas/016/index.html>>. Acesso em 25 junho de 2008.

MILLAN, Mária. Chiapas y sus mujeres indígenas. De su diversidad y resistencia. **Revista Chiapas**, México, n.4., 1997. Disponível em: <<http://www.ezln.org/revistachiapas>>. Acesso em maio de 2007.

MONTES, Adelfo Regino. Los pueblos indígenas: diversidad negada. **Revista Chiapas**, México, n. 7. Disponível em:

<<http://www.ezln.org/revistachiapas/N7/ch7regino.html>>. Acessado em novembro de 2007.

NAVARRO, Luis Hernández. El laberinto de los equívocos: San Andrés y la lucha indígena. **Revista Chiapas**. México. n.7 Disponível em:

<<http://www.ezln.org/revistachiapas/No7/ch7hernandez.html>> Acessado em maio de 2008.

REGINO, Adelfo. Los indígenas ante el conflicto chiapaneco. In: ARNSON, Cynthia. MANAUT, Raúl Benítez. (coord.). **Chiapas. Los desafíos de la paz**. México: ITAM, 2000.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. Dignidade. In: **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AGUILAR CAMÍN, Héctor. **A cinza e a semente**. Tradução de BEI. São Paulo: BEI Comunicação, 2002.

_____. Héctor; MEYER, Lorenzo. **À sombra da Revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea, 1910-1989**. Tradução Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio et al. **Chiapas en perspectiva histórica**. Madrid: Ediciones de Intervención Cultural, 2001.

AGUITON, Christophe. **O mundo nos pertence**. Tradução de Maria Cristina

Cupertino e João Machado. São Paulo: CEDHAL, 1996.

ALBÓ, Xavier. El resurgir indígena en un mundo excluyente. In: ESTÉVEZ, Manuel Gutiérrez (comp.). **Identidades étnicas. Diálogos ameríndios**. Madrid: Ed. Casa de América, 1997.

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (orgs.). O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, Sonia. et al. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Novas Leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ALTMANN, Werner. **Chiapas: os armados da verdade e fogo**. Revista Temporaes. Ano IV, n.6, 1995.

ANAYA PÉREZ, Marco Antonio e BAUTISTA ZANE, Refugio (coords.). **¿Todos somos Marcos! Historia del México Moderno y Contemporáneo**. 2ª. ed. Chapingo, México: Universidad Autónoma Chapingo, 2001.

ARRUDA, Rinaldo Sérgio V. Imagens do índio: signos da intolerância. In: GRUPIONI, Luís D.; FISCHIMANN, Roseli; VIDAL, Lux. (orgs.). **Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. Bases culturais da identidade étnica no México. In: ZARUR, George Cerqueira. (org.). **Região e nação na América Latina**, Ed. UNB, Brasília, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade. Uma busca por segurança no mundo atual**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **Em busca do político**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. **Identidade. Entrevista a Benedetto Vecchi**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. **Modernidade e ambivalência**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. **Vidas desperdiçadas**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BELTRÁN, Gonzalo Aguirre, apud DÍAZ-POLANCO, Héctor. O indigenismo simulador. In: ARRELANO, Alejandro Buenrostro e OLIVEIRA, Arioaldo

Umbelino (orgs.). **Chiapas: reconstruindo a esperança.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BENGOA, José. **La emergencia indígena en América Latina.** México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

_____. Los indígenas y el estado nacional en América Latina. In: ESTEVEZ, Manuel Gutierrez. (comp.). **Identidades étnicas.** Ed. Casa de América, Madrid, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade. Para uma teoria geral da política.** 11^a ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

_____. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo.** 6. ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BOLAÑOS CADENA, Laura. **Chiapas: los indios de verdad.** México: EDAMEX, 1998.

BONFIL BATALLA, Guillermo. Aculturación e indigenismo: la respuesta india. In: ALCINA FRANCH, José. (comp.). **Indianismo e Indigenismo en América.** Madrid: Alianza Editorial, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer.** Tradução de Sergio Miceli. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. 5^a Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Chiapas: construindo a esperança.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CAMÌN, Héctor Aguilar. **A cinza e a semente.** Tradução de BEI. São Paulo: BEI Comunicação, 2002.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade.** Tradução: Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: Edusp, 1998.

CARDOSO, Ciro F. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. (orgs.). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar.** Campinas: Papirus, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. (orgs.). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar.** Campinas: Papirus, 2000.

CARRETO, Enrique Serrano. **Regiones indígenas de México/Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo**, México: CDI: PNUD, 2006.

CARRIGAN, Ana. Chiapas, la primera revolución posmoderna. In: MARCOS, Subcomandante Insurgente. **Nuestra arma es nuestra palabra: escritos selectos**. Nova York: Siete Cuentos Editorial, 2001.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2ª ed. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2000. Vol. 2: A era da informação: economia, sociedade e cultura.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, 11(5), 1991.

CHOMSKY, Noam. **Chiapas insurgente. 5 ensayos sobre la realidad mexicana**. 3ª. ed. Editorial Txalaparta, 1997

CRUZ, Thaayrohyady. S. Bermúdez de la. La autonomía de los pueblos indios y la legislación del Estado. In: García, Alberto Saladino. (coord.). **El problema indígena. Homenaje a Carlos Mariátegui**. México: UAEM, 1995.

DI FELICE, Massimo; MUÑOZ, Cristobal (orgs.). **A Revolução Invencível. Subcomandante Marcos e Exército Zapatista de Libertação Nacional, cartas e comunicados**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

DÍAZ-POLANCO, Héctor. **La rebelión zapatista y la autonomía**. 3ª. ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 2003.

_____. **La cuestión étnico nacional**. 2ª. ed. México: Editorial Fontamara, 1998.
FAVRE, Henri. **El indigenismo**. Tradução de Glenn Amado Gallardo Jordan. México: Fondo de Cultura Econômica, 1998.

FILHO, Carlos Frederico Marés de Souza. Sociedades indígenas e desenvolvimento: discursos e práticas para pensar a tolerância. In: GRUPIONI, Luís D. FISCHIMANN, Roseli; VIDAL, Lux. (orgs.). **Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

GELLNER, Ernest. El nacionalismo y las dos formas de cohesión en sociedades complejas. In: **Cultura, identidad y política. El nacionalismo y los nuevos cambios sociales**. Barcelona: Gedisa, 1993.

_____. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos de nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GIL, Antonio Carlos Amador. **Projetos de Estado no alvorecer do Império**. Vitória: IHGES, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCSÓ, Itsván (org.). **Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003.

GUTIÉRREZ CHONG, Natividad. **Mitos Nacionalistas e identidades étnicas: los intelectuales indígenas y el Estado mexicano**. Tradución de Graciela Salazar. México: Editorial Plaza y Valdés, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4ª ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HERNANDEZ, Miguel Martínez. Panorama general de los problemas actuales de los indígenas en el Estado de México. In: GARCIA, Alverto Saladino. (coord.). **El problema indígena. Homenaje a Carlos Mariátegui**. México: UAEM, 1995.

IÑIGUEZ, Lupicinio. Prática da análise do discurso. In: IÑIGUEZ, Lupicinio. (coord.). **Manual de análise do discurso em Ciências Sociais**. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2004.

JULIO, Eusebio L. Los indios hoy: una nueva identidad. In: ESTÉVEZ, Manuel Gutiérrez (comp.). **Identidades étnicas. Diálogos ameríndios**. Ed. Casa de América, Madrid, 1997.

KÖNIG, Hans-Joachim. Bárbaro o símbolo de la libertad? Menor de edad o ciudadano? Imagem del indio y política indigenista en Hispanoamérica. In: KÖNIG, Hans-Joachim (ed.). **El indio como sujeto y objeto de la historia latinoamericana: pasado y presente**. Frankfurt/Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1998.

LE BOT, Yvon. **O Sonho Zapatista**. Tradução de Pedro Baptista. Portugal: Edições Asa, 1997.

LEVARIO TURCOTT, Marco. **Chiapas: la guerra en el papel**. México: Cal y Arena, 1999.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. La larga travesía del dolor a la esperanza. In: MARCOS, Subcomandante Insurgente. **Nuestra arma es nuestra palabra: escritos selectos**. Nova York: Siete Cuentos Editorial, 2001.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. Palabras en el Acto de Inicio del Primer Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo. In: MARCOS, Subcomandante Insurgente. **Nuestra arma es nuestra palabra: escritos selectos**. Nova York: Siete Cuentos Editorial, 2001.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. En nuestros sueños hemos visto otro mundo. In: LEÓN, Juana Ponce. (ed.). **Nuestra arma es nuestra palabra. Escritos seletos**. Nova York: Siete cuentos editorial, 2001.

MELUCCI, Alberto. Challenging Codes. Cambridge: Cambridge Un. Press., 1996, p.1. Apud: GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MONTALBÀN, Manuel Vázquez. Na clareira da revolução. In: ARELLANO, Alejandro Buenrostro, OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. (orgs.). **Chiapas: construindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.46.

MONTEMAYOR, Carlos. **Chiapas, La Rebelión Indígena de México**. Madrid: Espasa, 1998.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Org.). **Diversidade étnica e resistências nacionais**. Rio de Janeiro: Garamond, 1997.

NAVARRETE, Federico. **Las relaciones interétnicas en México**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

NAVARRO, L. H. San Andrés Larráinzar: atravessando montanhas. In: ARELLANO, A.B.; OLIVEIRA, A. U. (orgs.). **Chiapas. Construindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

NAVARRO, Luis Hernández. Reconstrução das identidades índias. In: BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro e OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Chiapas: construindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.43

NOLASCO, Margarida. Los grupos étnicos ameríndios ante la internacionalización de la economía y la heterogeneidad de la sociedad: el caso de los mesoamericanos. In: ESTÉVEZ, Manuel Gutiérrez (comp.). **Identidades étnicas. Diálogos ameríndios**. Ed. Casa de América, Madrid, 1997.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PESAVENTO, S. J. Em Busca de Uma Outra História: Imaginando O Imaginário. **Revista brasileira de História**, São Paulo: v. 15, n. 29, 1995.

_____. **História & História Cultural**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso**. 2ª ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Frederik Barth**. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

QUINTANILLA, Oscar Arze. Del indigenismo a la indianidad: cincuenta años de indigenismo continental. In: ALCINA FRANCH, José (comp.). **Indianismo e Indigenismo en América**. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Política Ciber cultural. Ativismo político à distância na comunidade transnacional imaginada-virtual. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Novas Leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ROJO, Luisa Martín. A fronteira interior – Análise crítica do discurso: um exemplo sobre ‘racismo’. In: IÑIGUEZ, Lupicinio. (coord.). **Manual de análise do discurso em Ciências Sociais**. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2004.

SÁ, Celso Pereira de. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. (org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SMITH, Anthony. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

SOIHET, Rachel. Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas. In: MATOS, Maria Izilda S. de. SOLER, Maria Angélica. **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Las organizaciones indígenas: actores emergentes en América Latina. In: ESTÉVEZ, Manuel Gutiérrez (comp.). **Identidades étnicas. Diálogos ameríndios**. Ed. Casa de América, Madrid, 1997.

TELLO DÍAZ, Carlos. **Chiapas. La rebelión de las Cañadas**. Madrid: Acento Editorial, 1995.

TOURAINE, Alan. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Tradução de Jaime A. Clasen e Ephaim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VILLORO, Luis. **Los grande momentos del indigenismo en México**. 3ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva,

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural**. (Coleção questões de nossa época) São Paulo: Editora Cortez, 2003.

ANEXO 1
Primera Declaración de la Selva Lacandona

HOY DECIMOS ¡BASTA!

Al pueblo de México:
Hermanos mexicanos:

Somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio Francés de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de leyes de Reforma y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder utilizarnos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria sin importarles que estemos muriendo de hambre y enfermedades curables, sin inportales que no tengamos nada, absolutamente nada, ni un techo digno, ni tierra, ni trabajo, ni salud, ni alimentación, ni educación, sin tener derecho a elegir libre y democráticamente a nuestras autoridades, sin independencia de los extranjeros, sin paz ni justicia para nosotros y nuestros hijos.

Pero nosotros HOY DECIMOS ¡BASTA!, somos los herederos de los verdaderos forjadores de nuestra nacionalidad, los desposeídos somos millones y llamamos a todos nuestros hermanos a que se sumen a este llamado como el único camino para no morir de hambre ante la ambición insaciable de una dictadura de más de 70 años encabezada por una camarilla de traidores que representan a los grupos más conservadores y vendepatrias. Son los mismos que se opusieron a Hidalgo y a Morelos, los que traicionaron a Vicente Guerrero, son los mismos que vendieron más de la mitad de nuestro suelo al extranjero invasor, son los mismos que trajeron un príncipe europeo a goberarnos, son los mismos que formaron la dictadura de los científicos porfiristas, son los mismos que no se opusieron a la Expropiación Petrolera, son los mismos que masacraron a los trabajadores ferrocarrileros en 1958 y a los estudiantes en 1968, son los mismos que hoy nos quitan todo, absolutamente todo.

Para evitarlo y como nuestra última esperanza, después de haber intentado todo por poner en práctica la legalidad basada en nuestra Carta Magna, recurrimos a ella, nuestra Constitución, para aplicar el Artículo 39 Constitucional que a la letra dice:

“La soberanía nacional reside esencial y originariamente en el pueblo. Todo el poder público dimana del pueblo y se instituye para beneficio de éste. El pueblo tiene, en todo tiempo, el inalienable derecho de alterar o modificar la forma de su gobierno”.

Por tanto, en apego a nuestra Constitución, emitimos la presente al ejército federal mexicano, pilar básico de la dictadura que padecemos, monopolizada por el partido en el poder y encabezada por el ejecutivo federal que hoy detenta su jefe máximo e ilegítimo, Carlos Salinas de Gortari.

Conforme a esta Declaración de guerra pedimos a los otros Poderes de la Nación se aboquen a restaurar la legalidad y la estabilidad de la Nación deponiendo al dictador.

También pedimos a los organismos Internacionales y a la Cruz Roja Internacional que vigilen y regulen los combates que nuestras fuerzas libran protegiendo a la población civil, pues nosotros declaramos ahora y siempre que estamos sujetos a lo estipulado por la Leyes sobre la Guerra de la Convención de Ginebra, formando el EZLN como fuerza beligerante de nuestra lucha de liberación. Tenemos al pueblo mexicano de nuestra parte, tenemos Patria y la Bandera tricolor es amada y respetada por los combatientes INSURGENTES, utilizamos los colores rojo y negro en nuestro uniforme, símbolos del pueblo trabajador en sus luchas de huelga, nuestra bandera lleva las letras “EZLN”, EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL, y con ella iremos a los combates siempre.

Rechazamos de antemano cualquier intento de desvirtuar la justa causa de nuestra lucha acusándola de narcotráfico, narcoguerrilla, bandidaje u otro calificativo que puedan usar nuestros enemigos. Nuestra lucha se apega al derecho constitucional y es abanderada por la justicia y la igualdad.

Por los tanto, y conforme a esta Declaración de guerra, damos a nuestras fuerzas militares del Ejército Zapatista de Liberación Nacional las siguientes órdenes:

Primero. Avanzar hacia la capital del país venciendo al ejército federal mexicano, protegiendo en su avance liberador a la población civil y permitiendo a los pueblos liberados elegir, libre y democráticamente, a sus propias autoridades administrativas.

Segundo. Respetar la vida de los prisioneros y entregar a los heridos a la Cruz Roja Internacional para su atención médica.

Tercero. Iniciar juicios sumarios contra los soldados del ejército federal mexicano y la policía política que hayan recibido cursos y que hayan sido asesorados, entrenados, o pagados por extranjeros, sea dentro de nuestra nación o fuera de ella, acusados de traición a la Patria, y contra todos aquellos que repriman y maltraten a la población civil y roben o atenten contra los bienes del pueblo.

Cuarto. Formar nuevas filas con todos aquellos mexicanos que manifiesten sumarse a nuestra justa lucha, incluidos aquellos que, siendo soldados enemigos, se entreguen sin combatir a nuestras fuerzas y juren responder a las órdenes de esta Comandancia General del EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN

NACIONAL.

Quinto. Pedir la rendición incondicional de los cuarteles enemigos antes de entablar los combates.

Sexto. Suspender el saqueo de nuestras riquezas naturales en los lugares controlados por el EZLN.

PUEBLO DE MÉXICO: Nosotros, hombres y mujeres íntegros y libres, estamos conscientes de que la guerra que declaramos es una medida última pero justa. Los dictadores están aplicando una guerra genocida no declarada contra nuestros pueblos desde hace muchos años, por lo que pedimos tu participación decidida apoyando este plan del pueblo mexicano que lucha por *trabajo, tierra, techo, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz*. Declaramos que no dejaremos de pelear hasta lograr el cumplimiento de estas demandas básicas de nuestro pueblo formando un gobierno de nuestro país libre y democrático.

**INTÉGRATE A LA FUERZAS INSURGENTES
DEL EJERCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL**

Comandancia General del EZLN

Año de 1993

ANEXO 2
Segunda Declaración de la Selva Lacandona

10 de junio de 1994

Hoy decimos: ¡No nos rendiremos!

"... no son únicamente los que portan espadas que chorrean sangre y despiden rayos fugaces de gloria militar; los escogidos a designar el personal del gobierno de un pueblo que quiere democratizarse; ese derecho lo tienen también los ciudadanos que han luchado en la prensa y en la tribuna, que están identificados con los ideales de la Revolución y han combatido al despotismo que barrena nuestras leyes; porque no es sólo disparando proyectiles en los campos de batalla como se barren las tiranías; también lanzando ideas de redención, frases de libertad y anatemas terribles contra los verdugos del pueblo, se derrumban dictaduras, se derrumban imperios (...) y si los hechos históricos nos demuestran que la demolición de toda tiranía, que el derrumbamiento de todo mal gobierno es obra conjunta de la idea con la espada, es un absurdo, es una aberración, es un despotismo inaudito querer segregar a los elementos sanos que tienen el derecho de elegir al Gobierno, porque la soberanía de un pueblo la constituyen todos los elementos sanos que tienen conciencia plena, que son conscientes de sus derechos, ya sean civiles o armados accidentalmente, pero que aman la libertad y la justicia y laboran por el bien de la Patria."

Emiliano Zapata en voz de Paulino Martínez, delegado zapatista a la Soberana Convención Revolucionaria, Aguascalientes, Ags., México, 27 de octubre de 1914.

Al pueblo de México:

A los pueblos y gobiernos del mundo:

Hermanos:

El Ejército Zapatista de Liberación Nacional, en pie de guerra contra el mal gobierno desde el 1 de Enero de 1994, se dirige a ustedes para dar a conocer su pensamiento:

I

Hermanos mexicanos:

En diciembre de 1993 dijimos ¡BASTA! El primero de enero de 1994 llamamos a los poderes Legislativo y Judicial a asumir su responsabilidad constitucional para que impidieran la política genocida que el poder Ejecutivo Federal impone a nuestro pueblo, y fundamentamos nuestro derecho constitucional al aplicar el artículo 39 de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos:

"La soberanía nacional reside esencial y originariamente en el pueblo. Todo poder público dimana del pueblo y se instituye para beneficio de éste. El pueblo tiene, en todo tiempo, el inalienable derecho de alterar o modificar la forma de su gobierno."

A este llamado se respondió con la política del exterminio y la mentira. Los poderes de la Unión ignoraron nuestra justa demanda y permitieron la masacre. Pero sólo duró 12 días esta pesadilla, pues otra fuerza superior a cualquier poder político o militar se impuso a las partes en conflicto. La Sociedad Civil asumió el deber de preservar a nuestra patria, ella manifestó su desacuerdo con la masacre y obligó a dialogar; todos comprendimos que los días del eterno partido en el poder, quien detenta para su beneficio el producto del trabajo de todos los mexicanos, no puede continuar más; que el presidencialismo que lo sustenta impide la libertad y no debe ser permitido, que la cultura del fraude es el método con el que se imponen e impiden la democracia, que la justicia sólo existe para los corruptos poderosos, que debemos hacer que quien mande lo haga obedeciendo, que no hay otro camino.

Eso todos los mexicanos honestos y de buena fe, la Sociedad Civil, lo han comprendido, sólo se oponen aquellos que han basado su éxito en el robo al erario público, los que protegen, prostituyendo a la justicia, a los traficantes y asesinos, a los que recurren al asesinato político y al fraude electoral para imponerse.

Sólo esos fósiles políticos planean de nuevo dar marcha atrás a la historia de México y borrar de la conciencia nacional el grito que hizo suyo todo el país desde el primero de enero del 94: ¡YA BASTA!

Pero no lo permitiremos. Hoy no llamamos a los fallidos poderes de la Unión que no supieron cumplir con su deber constitucional, permitiendo que el Ejecutivo Federal los controlara. Si esta legislatura y los magistrados no tuvieron dignidad, otras vendrán que sí entiendan que deben servir a su pueblo y no a un individuo, nuestro llamado trasciende mas allá de un sexenio o una elección presidencial en puerta. Es en la SOCIEDAD CIVIL, en quien reside nuestra soberanía, es el pueblo quien puede, en todo tiempo, alterar o modificar nuestra forma de gobierno y lo ha asumido ya. Es a él a quien hacemos un llamado en esta SEGUNDA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA para decirle:

Primero. Hemos cumplido sin falta el llevar las acciones bélicas dentro de los convenios sobre la guerra establecidos a nivel mundial: ello nos ha permitido el reconocimiento tácito de nacionales y extranjeros como fuerza beligerante. Seguiremos cumpliendo con dichos convenios.

Segundo. Ordenamos a nuestras fuerzas regulares e irregulares en todo el territorio nacional y en el extranjero la PRÓRROGA UNILATERAL DEL CESE AL FUEGO OFENSIVO. Mantendremos el respeto al cese al fuego para permitir a la sociedad civil que se organice en las formas que considere pertinentes para lograr el tránsito a la democracia en nuestro país.

Tercero. Condenamos la amenaza que sobre la Sociedad Civil se cierne al militarizar el país, con personal y modernos equipos represivos, en vísperas de la jornada para elecciones federales. No hay duda de que el gobierno salinista pretende imponerse por la cultura del fraude. NO LO PERMITIREMOS.

Cuarto. Proponemos a todos los partidos políticos independientes el que reconozcan ahora el estado de intimidación y de privación de los derechos políticos que ha sufrido nuestro pueblo los últimos 65 años y que se pronuncien por asumir un gobierno de transición política hacia la democracia.

Quinto. Rechazamos la manipulación y el tratar de desligar nuestras justas demandas de las del pueblo mexicano. Somos mexicanos y no depondremos ni nuestras demandas ni nuestras armas si no son resueltas la Democracia, la Libertad y la Justicia para todos.

Sexto. Reiteramos nuestra disposición a una solución política en el tránsito a la democracia en México. Llamamos a la Sociedad Civil a que retome el papel protagónico que tuvo para detener la fase militar de la guerra y se organice para conducir el esfuerzo pacífico hacia la democracia, la libertad y la justicia. El cambio democrático es la única alternativa de la guerra.

Séptimo. Llamamos a los elementos honestos de la sociedad civil a un Diálogo Nacional por la Democracia, la Libertad y la Justicia para todos los mexicanos.

Por eso decimos:

II

Hermanos:

Después de iniciada la guerra, en enero de 1994, el grito organizado del pueblo mexicano detuvo el enfrentamiento y se llamó al diálogo entre las partes contendientes. A las justas demandas del EZLN, el gobierno federal respondió con una serie de ofrecimientos que no tocaban el punto esencial del problema: la falta de justicia, de libertad y de democracia en las tierras mexicanas.

El límite del cumplimiento de los ofrecimientos del gobierno federal a las demandas del EZLN es el que se marca asimismo el sistema político del partido en el poder. Este sistema es el que ha hecho posible que en el campo mexicano subsista y se sobreponga al poder constitucional otro poder cuyas raíces posibilitan el mantenimiento del partido en el poder. Es este sistema de complicidad el que hace posible la existencia y beligerancia de cacicazgos, el poder omnipotente de los ganaderos y comerciantes y la penetración del narcotráfico... El solo ofrecimiento de los llamados Compromisos para una Paz Digna en Chiapas provocó gran revuelo y un abierto desafío de estos sectores. El sistema político unipartidista trata de maniobrar en este reducido horizonte que su existencia como tal le impone: no puede dejar de tocar a estos sectores sin atentar contra sí mismo, y no puede dejar las cosas como antes sin que aumente la beligerancia de los campesinos e indígenas. En suma: el cumplimiento de los compromisos implica, necesariamente, la muerte del sistema de partido de

Estado. Por suicidio o por fusilamiento, la muerte del actual sistema político mexicano es condición necesaria, aunque no suficiente, del tránsito a la democracia en nuestro país. Chiapas no tendrá solución real si no se soluciona México.

El EZLN ha entendido que el problema de la pobreza mexicana no es sólo la falta de recursos. Más allá, su aportación fundamental es entender y plantear que cualquier esfuerzo, en algún sentido o en todos, sólo pospondrá el problema si estos esfuerzos no se dan dentro de un nuevo marco de relaciones políticas nacionales, regionales y locales: un marco de democracia, libertad y justicia. El problema del poder no será quién es el titular, sino quién lo ejerce. Si el poder lo ejerce la mayoría, los partidos políticos se verán obligados a confrontarse a esa mayoría y no entre sí.

Replantear el problema del poder en este marco de democracia, libertad y justicia obligará a una nueva cultura política dentro de los partidos. Una nueva clase de políticos deberá nacer y, a no dudarlo, nacerán partidos políticos de nuevo tipo.

No estamos proponiendo un mundo nuevo, apenas algo muy anterior: la antesala del nuevo México. En este sentido, esta revolución no concluirá en una nueva clase, fracción de clase o grupo en el poder, sino en un "espacio" libre y democrático de lucha política. Este "espacio" libre y democrático nacerá sobre el cadáver maloliente del sistema de partido de Estado y del presidencialismo. Nacerá una relación política nueva. Una nueva política cuya base no sea una confrontación entre organizaciones políticas entre sí, sino la confrontación de sus propuestas políticas con las distintas clases sociales, pues del apoyo real de éstas dependerá la titularidad del poder político, no su ejercicio. Dentro de esta nueva relación política, las distintas propuestas de sistema y rumbo (socialismo, capitalismo, socialdemocracia, liberalismo, democracia cristiana, etcétera) deberán convencer a la mayoría de la Nación de que su propuesta es la mejor para el país. Pero no sólo eso, también se verán "vigilados" por ese país al que conducen de modo que estén obligados a rendir cuentas regulares y al dictamen de la Nación respecto a su permanencia en la titularidad del poder o su remoción. El plebiscito es una forma regulada de confrontación Poder-partido político-Nación y merece un lugar relevante en la máxima ley del país.

La actual legislación mexicana es demasiado estrecha para estas nuevas relaciones políticas entre gobernantes y gobernados. Es necesaria una Convención Nacional Democrática de la que emane un Gobierno Provisional o de Transición, sea mediante la renuncia del Ejecutivo federal o mediante la vía electoral.

Convención Nacional Democrática y Gobierno de Transición deben desembocar en una nueva Carta Magna en cuyo marco se convoque a nuevas elecciones. El dolor que este proceso significará para el país será siempre menor al daño que produzca una guerra civil. La profecía del sureste vale para todo el país, podemos aprender ya de lo ocurrido y hacer menos doloroso el parto del nuevo México.

El EZLN tiene una concepción de sistema y de rumbo para el país. La madurez política del EZLN, su mayoría de edad como representante del sentir de una parte de la Nación, está en que no quiere imponerle al país esta concepción. El EZLN reclama lo que para sí mismo es evidente: la mayoría de edad de México y el derecho de decidir, libre y democráticamente, el rumbo que habrá de seguir. De esta antesala histórica saldrá no sólo un México más justo y mejor, también saldrá un mexicano nuevo. A esto apostamos la vida, a heredar a los mexicanos de pasado mañana un país en el que no sea una vergüenza vivir...

El EZLN, en un ejercicio democrático sin precedentes dentro de una organización armada, consultó a sus componentes sobre la firma o no de la propuesta de acuerdos de paz del gobierno federal. Viendo que el tema central de democracia, libertad y justicia para todos no había sido resuelto, las bases del EZLN, indígenas en su mayoría, decidieron rechazar la firma de la propuesta gubernamental.

En condiciones de cerco y presionados por distintos lugares que amenazaban con el exterminio si no se firmaba la paz, los zapatistas reafirmamos nuestra decisión de conseguir una paz con justicia y dignidad y en ello empeñar la vida y la muerte. En nosotros encuentra, otra vez, lugar la historia de lucha digna de nuestros antepasados. El grito de dignidad del insurgente Vicente Guerrero, "Vivir por la Patria o Morir por la Libertad", vuelve a sonar en nuestras gargantas. No podemos aceptar una paz indigna.

Nuestro camino de fuego se abrió ante la imposibilidad de luchar pacíficamente por derechos elementales del ser humano. El más valioso de ellos es el derecho a decidir, con libertad y democracia, la forma de gobierno. Ahora la posibilidad de tránsito pacífico a la democracia y a la libertad se enfrenta a una nueva prueba: el proceso electoral de agosto de 1994. Hay quienes apuestan al periodo poselectoral predicando la apatía y el desengaño desde la inmovilidad. Pretenden usufructuar la sangre de los caídos en todos los frentes de combate, violentos y pacíficos, en la ciudad y en el campo. Fundan su proyecto político en el conflicto posterior a las elecciones y esperan, sin nada hacer, a que la desmovilización política abra otra vez la gigantesca puerta de la guerra. Ellos salvarán, dicen, al país.

Otros apuestan desde ahora a que el conflicto armado se reinicie antes de las elecciones y la ingobernabilidad sea aprovechada por ellos para perpetuarse en el poder. Como ayer hicieron usurpando la voluntad popular con el fraude electoral, hoy y mañana, con el río revuelto de una guerra civil preelectoral, pretenden alargar la agonía de una dictadura que, enmascarada en el partido de Estado, dura ya décadas. Algunos más, apocalípticos estériles, razonan ya que la guerra es inevitable y se sientan a esperar para ver pasar el cadáver de su enemigo... o de su amigo. El sectario supone, erróneamente, que el solo accionar de los fusiles podrá abrir el amanecer que nuestro pueblo espera desde que la noche se cerró, con las muertes de Villa y Zapata, sobre el suelo mexicano.

Todos estos ladrones de la esperanza suponen que detrás de nuestras armas hay ambición y protagonismo, que esto conducirá nuestro andar en el futuro. Se equivocan. Detrás de nuestras armas de fuego hay otras armas, las de la razón. Y a ambas las anima la esperanza. No dejaremos que nos la roben.

La esperanza con gatillo tuvo su lugar en el inicio del año. Es ahora preciso que espere. Es preciso que la esperanza que anda en las grandes movilizaciones vuelva al lugar protagónico que le corresponde por derecho y razón. La bandera está ahora en manos de los que tienen nombre y rostro, de gentes buenas y honestas que caminan rutas que no son la nuestra, pero cuya meta es la misma que anhelan nuestros pasos. Nuestro saludo y nuestra esperanza de que lleven esa bandera adonde debe de estar. Nosotros estaremos esperando, de pie y con dignidad. Si esa bandera cae, nosotros sabremos levantarla de nuevo...

Que la esperanza se organice, que camine ahora en los valles y ciudades como ayer en las montañas. Peleen con sus armas, no se preocupen de nosotros. Sabremos resistir hasta lo último. Sabremos esperar... y sabremos volver si se cierran de nuevo todas las puertas para que la dignidad camine.

Por esto nos dirigimos a nuestros hermanos de las organizaciones no gubernamentales, de las organizaciones campesinas e indígenas, trabajadores del campo y de la ciudad, maestros y estudiantes, amas de casa y colonos, artistas e intelectuales, de los partidos independientes, mexicanos:

Los llamamos a un diálogo nacional con el tema de Democracia, Libertad y Justicia. Para esto lanzamos la presente:

Convocatoria para la Convención Nacional Democrática

Nosotros, el Ejército Zapatista de Liberación Nacional, en lucha por lograr la democracia, la libertad y la justicia que nuestra patria merece, y considerando:

Primero. Que el supremo gobierno ha usurpado también la legalidad que nos heredaron los héroes de la Revolución Mexicana.

Segundo. Que la Carta Magna que nos rige no es ya más la voluntad popular de los mexicanos.

Tercero. Que la salida del usurpador del Ejecutivo federal no basta y es necesaria una nueva ley para nuestra patria nueva, la que habrá de nacer de las luchas de todos los mexicanos honestos.

Cuarto. Que son necesarias todas las formas de lucha para lograr el tránsito a la democracia en México.

Llamamos a la realización de una Convención Democrática, nacional, soberana y revolucionaria, de la que resulten las propuestas de un gobierno de transición y una nueva ley nacional, una nueva Constitución que garantice el cumplimiento legal de la voluntad popular.

El objetivo fundamental de la Convención Nacional Democrática es organizar la expresión civil y la defensa de la voluntad popular.

La soberana convención revolucionaria será nacional en tanto su composición y representación deberá incluir a todos los estados de la Federación, plural en el sentido en que las fuerzas patriotas podrán estar representadas, y democrática en la toma de decisiones, recurriendo a la consulta nacional.

La convención estará presidida, libre y voluntariamente, por civiles, personalidades públicas de reconocido prestigio, sin importar su filiación política, raza, credo religioso, sexo o edad.

La convención se formará a través de comités locales, regionales y estatales en ejidos, colonias, escuelas y fábricas por civiles. Estos comités de la convención se encargarán de recabar las propuestas populares para la nueva ley constitucional y las demandas a cumplir por el nuevo gobierno que emane de ésta.

La convención debe exigir la realización de elecciones libres y democráticas y luchar, sin descanso, por el respeto a la voluntad popular.

El Ejército Zapatista de Liberación Nacional reconocerá a la Convención Democrática Nacional como representante auténtico de los intereses del pueblo de México en su tránsito a la democracia.

El Ejército Zapatista de Liberación Nacional se encuentra ya en todo el territorio nacional y está ya en posibilidad de ofrecerse al pueblo de México como Ejército garante del cumplimiento de la voluntad popular.

Para la primera reunión de la Convención Nacional Democrática, el EZLN ofrece como sede un poblado zapatista y todos los recursos con que cuenta.

La fecha y lugar de la primera sesión de la Convención Nacional Democrática será dada a conocer en su oportunidad.

III

Hermanos mexicanos:

Nuestra lucha continúa. Sigue ondeando la bandera zapatista en las montañas del Sureste mexicano y hoy decimos: ¡No nos rendiremos!

De cara a la montaña hablamos con nuestros muertos para que en su palabra viniera el buen camino por el que debe andar nuestro rostro amordazado.

Sonaron los tambores y en la voz de la tierra habló nuestro dolor y nuestra historia habló nuestro dolor y nuestra historia habló.

"Para todos todo" dicen nuestros muertos. Mientras no sea así, no habrá nada para nosotros.

Hablen la palabra de los otros mexicanos, encuentren del corazón el oído de aquellos por los que luchamos. Invítenlos a caminar los pasos dignos de los que no tienen rostro. Llamen a todos a resistir que nadie reciba nada de los que mandan mandando. Hagan del no venderse una bandera común para los más. Pidan que no sólo llegue palabra de aliento para nuestro dolor. Pidan que lo compartan, pidan que con ustedes resistan, que rechacen todas las limosnas que del poderoso vienen. Que las gentes buenas todas de estas tierras organicen hoy la dignidad que resiste y no se vende, que mañana esa dignidad se organice para exigir que la palabra que anda en el corazón de los mayoritarios tenga verdad y saludo de los que gobiernan, que se imponga el buen camino de que el que mande, mande obedeciendo.

¡No se rindan! ¡Resistan! No falten al honor de la palabra verdadera. Con dignidad resistan en las tierras de los hombres y mujeres verdaderos, que las montañas cobijen el dolor de los hombres de maíz. ¡No se rindan! ¡Resistan! ¡No se vendan! ¡Resistan!

Así hablo su palabra del corazón de nuestros muertos de siempre. Vimos nosotros que es buena su palabra de nuestros muertos, vimos que hay verdad y dignidad en su consejo. Por eso llamamos a todos nuestros hermanos indígenas mexicanos a que resistan con nosotros. Llamamos a los campesinos todos a que resistan con nosotros, a los obreros, a los empleados, a los colonos, a las amas de casa, a los estudiantes, a los maestros, a los que hacen del pensamiento y la palabra su vida. A todos los que dignidad y vergüenza tengan, a todos llamamos a que con nosotros resistan, pues quiere el mal gobierno que no haya democracia en nuestros suelos. Nada aceptaremos que venga del corazón podrido del mal gobierno, ni una moneda sola ni un medicamento ni una piedra ni un grano de alimento ni una migaja de las limosnas que ofrece a cambio de nuestro digno caminar.

No recibiremos nada del supremo gobierno. Aunque aumenten nuestro dolor y nuestra pena; aunque la muerte siga con nosotros en mesa, tierra y lecho; aunque veamos que otros se venden a la mano que los oprime; aunque todo duela; aunque la pena lllore hasta en las piedras. No aceptaremos nada. Resistiremos. No recibiremos nada del gobierno. Resistiremos hasta que el que mande, mande obedeciendo.

Hermanos: No se vendan. Resistan con nosotros. No se rindan. Resistan con nosotros. Repitan con nosotros, hermanos, la palabra de "¡No nos rendimos! ¡Resistimos!" Que se escuche no sólo en las montañas del Sureste mexicano, que se escuche en el norte y en las penínsulas, que en ambas costas se escuche, que en el centro se oiga, que en valles y montañas se vuelva grito, que resuene en la ciudad y en el campo. Unan su voz hermanos, griten con nosotros, hagan suya

nuestra voz:

**¡No nos rendimos! ¡Resistimos!
¡Democracia! ¡Libertad! ¡Justicia!**

**Respetuosamente:
Desde las montañas del sureste mexicano
C C R I - C G del E Z L N**

ANEXO 3
Tercera Declaración de la Selva Lacandona

01 de janeiro de 1995

A un año del alzamiento zapatista, hoy decimos:

¡La patria vive! ¡Y es nuestra! Hemos sido desgraciados, es verdad; la suerte nos ha sido adversa muchas veces, pero la causa de México, que es a causa del derecho y de la justicia, no ha sucumbido, no ha muerto y no morirá porque existen aún mexicanos esforzados, en cuyos corazones late el fuego santo del patriotismo y, en cualquier punto de la república en que existan empuñando las armas y el pabellón nacional, allí como aquí, existirá viva y enérgica la protesta del derecho contra la fuerza.

Compréndalo bien el hombre incauto que ha aceptado la triste misión de ser el instrumento para esclavizar a un pueblo libre: su trono vacilante no descansa sobre la voluntad libre de la Nación, sino sobre la sangre y los cadáveres de millares de mexicanos que ha sacrificado sin razón y sólo porque defendían su libertad y sus derechos.

Mexicanos: los que tenéis la desgracia de vivir bajo el dominio de la usurpación, no os resignéis a soportar el yugo de oprobio que pesa sobre vosotros. No os alucinéis con las pérfidas insinuaciones de los partidarios de los hechos consumados, porque ellos son y han sido siempre los partidarios del despotismo. La existencia del poder arbitrario es una violación permanente del derecho y de la justicia, que ni el tiempo, ni las armas pueden justificar jamás y que es preciso destruir para honor de México y de la humanidad.

“Manifiesto: en pie y resueltos como el primer día”

Benito Juárez, enero de 1995, Chihuahua.

Al pueblo de México:

A los pueblos y gobiernos del mundo:

Hermanos:

El día 1o. de enero de 1994 dimos a conocer la *Primera Declaración de la Selva Lacandona*. El día 10 de junio de 1994 lanzamos la *Segunda Declaración de la Selva Lacandona*. A la una y a la otra las animó el afán de lucha por la democracia, la libertad y la justicia para todos los mexicanos.

En la primera llamamos al pueblo mexicano a alzarse en armas en contra del mal gobierno, principal obstáculo para el tránsito a la democracia en nuestro país. En la segunda llamamos a los mexicanos a un esfuerzo civil y pacífico, a través de la Convención Nacional Democrática, para lograr los cambios profundos que la Nación demanda.

Mientras el supremo gobierno mostraba su falsedad y su soberbia, nosotros, entre uno y otro manifiesto, nos esforzamos por mostrar al pueblo de México nuestro sustento social, la justeza de nuestras demandas y la dignidad que anima nuestra

lucha. Nuestras armas callaron entonces y se hicieron a un lado para que la lucha legal mostrara sus posibilidades... y sus limitaciones. A partir de la *Segunda Declaración de la Selva Lacandona*, el EZLN intentó, por todos los medios, evitar el reinicio de las hostilidades y buscó una salida política, digna y justa, para resolver las demandas plasmadas en los 11 puntos de nuestro programa de lucha: vivienda, tierra, trabajo, alimentación, salud, educación, justicia, independencia, libertad, democracia y paz.

El proceso preelectoral de agosto de 1994 trajo la esperanza, en amplios sectores del país, de que el tránsito a la democracia era posible por la vía electoral. Sabiendo que las elecciones no son, en las condiciones actuales, el camino del cambio democrático, el EZLN mandó obedeciendo al hacerse a un lado para dar oportunidad de lucha a las fuerzas políticas legales de oposición. El EZLN empeñó su palabra y su esfuerzo, entonces, en la búsqueda del tránsito pacífico a la democracia. A través de la Convención Nacional Democrática, el EZLN llamó a un esfuerzo civil y pacífico que, sin oponerse a la lucha electoral, no se agotara en ella y buscara nuevas formas de lucha que incluyeran a más sectores democráticos en México y se enlazara con movimientos democratizadores en otras partes del mundo. El 21 de agosto vino a terminar con las ilusiones de un cambio inmediato por la vía pacífica. Un proceso electoral viciado, inmoral, inequitativo e ilegítimo culminó en una nueva burla a la buena voluntad de los ciudadanos. El sistema de partido de Estado reafirmó su vocación antidemocrática e impuso, en todas partes y a todos los niveles, su voluntad soberbia. Frente a una votación sin precedentes, el sistema político mexicano optó por la imposición y cortó, así, las esperanzas en la vía electoral. Informes de la Convención Nacional Democrática, Alianza Cívica y la Comisión de la Verdad sacaron a la luz lo que ocultaban, con vergonzosa complicidad, los grandes medios de comunicación: un fraude gigantesco. La multitud de irregularidades, la inequidad, la corrupción, el chantaje, la intimidación, el hurto y la falsificación, fueron el marco en el que se dieron las elecciones más sucias de la historia de México. Los altos porcentajes de abstencionismo en las elecciones locales en los estados de Veracruz, Tlaxcala y Tabasco demuestran que el escepticismo civil volverá a reinar en México. Pero, no conforme con esto, el sistema de partido de Estado volvió a repetir el fraude de agosto imponiendo gobernadores, presidentes municipales y congresos locales. Como a finales del siglo XIX, cuando los traidores hicieron “elecciones” para avalar la intervención francesa, hoy se dice que la Nación saluda con beneplácito la continuación de la imposición y el autoritarismo. El proceso electoral de agosto de 1994 es un crimen de Estado. Como criminales deben ser juzgados los responsables de esa burla.

Por otro lado el gradualismo y la claudicación aparecen en las filas de la oposición que acepta el ver diluido un gran fraude en multitud de pequeñas “irregularidades”. Vuelve a aparecer la gran disyuntiva en la lucha democratizadora en México: la prolongación de una agonía por la apuesta a un tránsito “sin dolor” o el tiro de gracia cuyo destello ilumine el camino de la democracia.

El caso chiapaneco sólo es una de las consecuencias de este sistema político. Haciendo caso omiso de los anhelos del pueblo de Chiapas, el gobierno repitió la dosis de imposición y prepotencia.

Enfrentado a una amplia movilización de repudio, el sistema de partido de Estado optó por repetir hasta la saciedad la mentira de su triunfo y exacerbó las confrontaciones. La polarización presente en el escenario del sureste mexicano es responsabilidad del gobierno y demuestra su incapacidad para resolver, con profundidad, los problemas políticos y sociales de México. Mediante la corrupción y la represión tratan de resolver un problema que sólo tiene solución reconociendo el triunfo legítimo de la voluntad popular chiapaneca. El EZLN se mantuvo, hasta entonces, al margen de las movilizaciones populares, a pesar de que éstas enfrentaron una gran campaña de desprestigio y de represión indiscriminada.

Esperando señales de voluntad gubernamental para una solución política, justa y digna, al conflicto, el EZLN vio, impotente, como los mejores hijos de la dignidad chiapaneca eran asesinados, encarcelados y amenazados, vio como sus hermanos indígenas en Guerrero, Oaxaca, Tabasco, Chihuahua, y Veracruz eran reprimidos y recibían burlas como respuestas a sus demandas de solución a sus condiciones de vida.

En todo este período, el EZLN resistió no sólo el cerco militar y las amenazas e intimidaciones de las fuerzas federales, también resistió una campaña de calumnias y mentiras. Como en los primeros días del año de 1994, se nos acusó de recibir apoyo militar y financiamiento extranjero, se nos trató de obligar a deponer nuestras banderas a cambio de dinero y puestos gubernamentales, se trató de quitar legitimidad a nuestra lucha diluyendo la problemática nacional en el marco local indígena.

Mientras tanto, el supremo gobierno preparaba la solución militar a la rebeldía indígena chiapaneca y la Nación se sumía en la desesperanza y el fastidio. Engañando con una supuesta voluntad de diálogo que sólo escondía el deseo de liquidar al movimiento zapatista por asfixia, el mal gobierno dejaba pasar el tiempo y la muerte en las comunidades indígenas de todo el país.

Mientras tanto, el Partido Revolucionario Institucional, brazo político del crimen organizado y el narcotráfico, continuaba su fase de descomposición más aguda al recurrir al asesinato como método de solución de sus pugnas internas. Incapaz de un diálogo civilizado a su interior, el PRI ensangrentaba el suelo nacional. La vergüenza de ver usurpados los colores nacionales en el escudo del PRI sigue para todos los mexicanos.

Viendo que el gobierno y el país volvían a cubrir con el olvido y el desinterés a los habitantes originales de estas tierras, viendo que el cinismo y la desidia volvían a apoderarse de los sentimientos de la Nación y que, además de sus derechos a las condiciones mínimas de vida digna, se negaba a los pueblos indios

el derecho a gobernar y gobernarse según su razón y voluntad, viendo que se volvía inútil la muerte de los muertos nuestros, viendo que no nos dejaban otro camino, el EZLN se arriesgó a romper el cerco militar que lo contenía y marchó en auxilio de otros hermanos indígenas que, agotadas las vías pacíficas, se sumían en la desesperación y la miseria. Buscando a toda costa el evitar ensangrentar el suelo mexicano con sangre hermana, el EZLN se vio obligado a llamar la atención nuevamente de la Nación sobre las graves condiciones de vida indígena mexicana, especialmente de aquellos que se suponían que ya habían recibido el apoyo gubernamental y, sin embargo, siguen arrastrando la miseria que heredan, año con año, desde hace más de 5 siglos. Con la ofensiva de diciembre de 1994, el EZLN buscó mostrar, a México y al mundo, su orgullosa esencia indígena y lo irresoluble de la situación social local si no se acompaña de cambios profundos en las relaciones políticas, económicas y sociales en todo el país.

La cuestión indígena no tendrá solución si no hay una transformación RADICAL del pacto nacional. La única forma de incorporar, con justicia y dignidad, a los indígenas a la Nación, es reconociendo las características propias en su organización social, cultural y política. Las autonomías no son separación, son integración de las minorías más humilladas y olvidadas en el México contemporáneo. Así lo ha entendido el EZLN desde su formación y así lo han mandado las bases indígenas que forman la dirección de nuestra organización.

Hoy lo repetimos: NUESTRA LUCHA ES NACIONAL.

Se nos ha criticado que los zapatistas pedimos mucho, que debemos conformarnos con las limosnas que nos ofreció el mal gobierno. Aquel que está dispuesto a morir por una causa justa y legítima, tiene derecho a pedirlo todo. Los zapatistas estamos dispuestos a ofrendar lo único que tenemos, la vida, para exigir democracia, libertad y justicia para todos los mexicanos.

Hoy reafirmamos: ¡PARA TODOS TODO, NADA PARA NOSOTROS!

Al finalizar el año de 1994 explotó la farsa económica con que el salinismo había engañado a la Nación y a la comunidad internacional. La patria del dinero llamó a su seno a los grandes señores del poder y la soberbia, y ellos no dudaron en traicionar el suelo y el cielo en el que lucaban con la sangre mexicana. La crisis económica despertó a los mexicanos del dulce y embrutecedor sueño del ingreso al primer mundo. La pesadilla de desempleo, carestía y miseria será ahora más aguda para la mayoría de los mexicanos.

Este año que termina, 1994, acabó de mostrar el verdadero rostro del sistema brutal que nos domina. El programa político, económico, social y represivo del neoliberalismo ha demostrado su ineffectividad, su falsedad y la cruel injusticia que es su esencia. El neoliberalismo como doctrina y realidad debe ser arrojado, ya, al basurero de la historia nacional.

HERMANOS:

Hoy, en medio de esta crisis, es necesaria la acción decidida de todos los mexicanos honestos para lograr un cambio real y profundo en los destinos de la Nación. Hoy, después de haber llamado primero a las armas y posteriormente a la lucha civil y pacífica, llamamos al pueblo de México a luchar POR TODOS LOS MEDIOS, EN TODOS LOS NIVELES Y EN TODAS PARTES, por la democracia, la libertad y la justicia, a través de esta...

TERCERA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA

...en la que llamamos a todas las fuerzas sociales y políticas del país, a todos los mexicanos honestos, a todos aquellos que luchan por la democratización de la vida nacional, a la formación de un MOVIMIENTO PARA LA LIBERACIÓN NACIONAL incluyendo a I Convención Nacional Democrática y a TODAS las fuerzas que, sin distinción de credo religioso, raza o ideología política, están en contra del sistema de partido de Estado. Este *Movimiento para la Liberación Nacional* luchará de común acuerdo, por todos los medios y en todos los niveles, por la instauración de un gobierno de transición, un nuevo constituyente, una nueva carta magna y la destrucción del sistema de partido de Estado. Llamamos a la Convención Nacional Democrática y al ciudadano Cuauhtémoc Cárdenas Solórzano a encabezar este Movimiento para la Liberación Nacional, como frente amplio de oposición.

LLAMAMOS A LOS OBREROS DE LA REPÚBLICA, A LOS TRABAJADORES DEL CAMPO Y DE LA CIUDAD, A LOS COLONOS, A LOS MAESTROS Y ESTUDIANTES DE MÉXICO, A LAS MUJERES MEXICANAS, A LOS JÓVENES DE TODO EL PAÍS, A LOS ARTISTAS E INTELLECTUALES HONESTOS, A LOS RELIGIOSOS CONSECUENTES, A LOS MILITANTES DE BASE DE LAS DIFERENTES ORGANIZACIONES POLÍTICAS a que, en su medio y por las formas de lucha que consideren posibles y necesarias, luchen por el fin del sistema de partido de Estado incorporándose a la *CONVENCIÓN NACIONAL DEMOCRÁTICA* si no tienen partido, y al *Movimiento para la Liberación Nacional* si militan en alguna de las fuerzas políticas de oposición. Por lo tanto, en cumplimiento con el espíritu de esta TERCERA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA, declaramos que:

Primero. Se le retira al gobierno federal la custodia de la Patria.

La Bandera de México, la ley suprema de la Nación, el Himno Mexicano y el Escudo Nacional estarán ahora bajo el cuidado de las fuerzas de la resistencia hasta que la legalidad, la legitimidad y la soberanía sean restauradas en todo el territorio nacional.

Segundo. Se declara válida la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos original, expedida el 5 de febrero de 1917, incorporando a ella Las

Leyes Revolucionarias de 1993 y los Estatutos de Autonomía incluyente para las regiones indígenas, y se decreta el apego a ella hasta que se instaure el nuevo constituyente y se expida una nueva carta magna.

Tercero. Se llama a la lucha por el reconocimiento como “gobierno de transición a la democracia” al que se doten por sí mismas las distintas comunidades, organizaciones sociales y políticas, manteniendo el pacto federal acordado en la constitución de 1917, y se incluyan, sin importar credo religioso, clase social, ideología política, raza o sexo, en el *Movimiento para la Liberación Nacional*.

El EZLN apoyará a la población civil en la tarea de restaurar la legalidad, el orden, la legitimidad y la soberanía nacionales, y en la lucha por la formación e instauración de un gobierno nacional de transición a la democracia con las siguientes características:

1. Que liquide al sistema de partido de Estado y separe realmente al gobierno del PRI.
2. Que reforme la ley electoral en términos que garanticen: limpieza, credibilidad, equidad, participación ciudadana no partidaria y no gubernamental, reconocimiento de todas las fuerzas políticas nacionales, regionales o locales, y que convoque a nuevas elecciones generales en la federación.
3. Que convoque a un constituyente para la creación de una nueva constitución.
4. Que reconozca las particularidades de los grupos indígenas, reconozca su derecho a la autonomía incluyente y su ciudadanía.
5. Que vuelva a orientar el programa económico nacional, haciendo a un lado el disimulo y la mentira, y favoreciendo a los sectores más desposeídos del país, los obreros y campesinos, que son los principales productores de la riqueza que otros se apropian.

HERMANOS:

La paz vendrá de la mano de la democracia, la libertad y la justicia para todos los mexicanos. No puede nuestro paso encontrar la paz justa que nuestros muertos reclaman si es a costa de nuestra dignidad mexicana. La tierra no tiene reposo y camina en nuestros corazones. La burla a nuestros muertos pide luchar para lavar su pena. Resistiremos. El oprobio y la soberbia serán derrotados. Como con Benito Juárez frente a la intervención francesa, la Patria marcha ahora de lado de las fuerzas patriotas, contra las fuerzas antidemocráticas y autoritarias. Hoy decimos:

¡La Patria vive! ¡Y es nuestra!
¡Democracia!
¡Libertad!
¡Justicia!

Desde las montañas del Sureste Mexicano
CCRI-CG del EZLN

ANEXO 4
Cuarta Declaración de la Selva Lacandona

01 de janeiro de 1996

Hoy decimos:

¡Aquí estamos!

¡Somos la dignidad rebelde, el corazón olvidado de la patria!

“Todos aquellos pueblos, todos esos que trabajan la tierra, a los que nosotros invitamos que se reúnan a nuestro lado y nosotros daremos la vida a una sola lucha, para que nosotros andemos con ayuda de vosotros.

Que sigamos luchando y no descansemos y propiedad nuestra será la tierra, propiedad de gentes, la que fue de nuestros abuelitos, y que dedos de patas de piedra que machacan nos ha arrebatado, a la sombra de aquellos que han pasado, que mucho mandan: que nosotros juntos pongamos en alto, con la mano en sitio elevado y con la fuerza de nuestro corazón, ese hermoso que se toma para ser visto, se dice estandarte de nuestra dignidad y nuestra libertad de nosotros trabajadores de la tierra; que sigamos luchando y vencamos a aquellos que de nuevo se han encumbrado, de los que ayudan a los que han quitado tierra a otros, de los que para sí gran dinero hacen con el trabajo de los que son como nosotros, y de aquellos burladores en las haciendas, ése es nuestro deber de honra, si nosotros queremos que nos llamen hombres de buena vida, y bien en verdad buenos habitantes del pueblo.

Ahora pues, de algún modo, más que nunca, se necesita que todos andemos unidos, con todo nuestro corazón, y con todo nuestro empeño, en ese gran trabajo de la unificación maravillosa, bien verdadera, de aquellos que empezaron la lucha, que guardan en su corazón puros esos principios y no pierden la fe de la vida buena.

Nosotros rogamos a aquel a cuya mano se acerque este manifiesto que lo haga pasar a todos los hombres de esos pueblos.”

Reforma, Libertad, Justicia y Ley.

El General en Jefe del Ejército Libertador del Sur
Emiliano Zapata.
(Manifiesto zapatista en náhuatl).

Al pueblo de México:

A los pueblos y gobiernos del mundo:

Hermanos:

No morirá la flor de la palabra. Podrá morir el rostro oculto de quien la nombra hoy, pero la palabra que vino desde el fondo de la historia y de la tierra ya no

podrá ser arrancada por la soberbia del poder.

Nosotros nacimos de la noche. En ella vivimos. Moriremos en ella. Pero la luz será mañana para los más, para todos aquellos que hoy lloran la noche, para quienes se niega el día, para quienes es regalo la muerte, para quienes está prohibida la vida. Para todos la luz. Para todos todo. Para nosotros el dolor y la angustia, para nosotros la alegre rebeldía, para nosotros el futuro negado, para nosotros la dignidad insurrecta. Para nosotros nada.

Nuestra lucha es por hacernos escuchar, y el mal gobierno grita soberbia y tapa con cañones sus oídos.

Nuestra lucha es por el hambre, y el mal gobierno regala plomo y papel a los estómagos de nuestros hijos.

Nuestra lucha es por un techo digno, y el mal gobierno destruye nuestra casa y nuestra historia.

Nuestra lucha es por el saber, y el mal gobierno reparte ignorancia y desprecio.

Nuestra lucha es por la tierra, y el mal gobierno ofrece cementerios.

Nuestra lucha es por un trabajo justo y digno, y el mal gobierno compra y vende cuerpos y vergenzas.

Nuestra lucha es por la vida, y el mal gobierno oferta muerte como futuro.

Nuestra lucha es por el respeto a nuestro derecho a gobernar y gobernarnos, y el mal gobierno impone a los más la ley de los menos.

Nuestra lucha es por la libertad para el pensamiento y el caminar, y el mal gobierno pone cárceles y tumbas.

Nuestra lucha es por la justicia, y el mal gobierno se llena de criminales y asesinos.

Nuestra lucha es por la historia, y el mal gobierno propone olvido.

Nuestra lucha es por la Patria, y el mal gobierno sueña con la bandera y la lengua extranjeras.

Nuestra lucha es por la paz, y el mal gobierno anuncia guerra y destrucción.

Techo, tierra, trabajo, pan, salud, educación, independencia, democracia, libertad, justicia y paz. Estas fueron nuestras banderas en la madrugada de 1994. Estas fueron nuestras demandas en la larga noche de los 500 años. Estas son, hoy, nuestras exigencias.

Nuestra sangre y la palabra nuestra encendieron un fuego pequeñito en la montaña y lo caminamos rumbo a la casa del poder y del dinero. Hermanos y hermanas de otras razas y otras lenguas, de otro color y mismo corazón, protegieron nuestra luz y en ella bebieron sus respectivos fuegos.

Vino el poderoso a apagarnos con su fuerte soplo, pero nuestra luz se creció en otras luces. Sueña el rico con apagar la luz primera. Es inútil, hay ya muchas luces y todas son primeras.

Quiere el soberbio apagar una rebeldía que su ignorancia ubica en el amanecer de 1994. Pero la rebeldía que hoy tiene rostro moreno y lengua verdadera, no se

nació ahora. Antes habló con otras lenguas y en otras tierras. En muchas montañas y muchas historias ha caminado la rebeldía contra la injusticia. Ha hablado ya en lengua náhuatl, paipai, kiliwa, cúcapa, cochimi, kumiai, yuma, seri, chontal, chinanteco, pame, chichimeca, otomí, mazahua, matlazinca, ocuilteco, zapoteco, solteco, chatino, papabuco, mixteco, cuicateco, triqui, amuzgo, mazateco, chocho, izcateco, huave, tlapaneco, totonaca, tepehua, popoluca, mixe, zoque, huasteco, lacandón, maya, chol, tzeltal, tzotzil, tojolabal, mame, teco, ixil, aguacateco, motocintleco, chicomucelteco, kanjobal, jacalteco, quiché, cakchiquel, ketchi, pima, tepehuán, tarahumara, mayo, yaqui, cahíta, ópata, cora, huichol, purépecha y kikapú. Habló y habla la castilla. La rebeldía no es cosa de lengua, es cosa de dignidad y de ser humanos.

Por trabajar nos matan, por vivir nos matan. No hay lugar para nosotros en el mundo del poder. Por luchar nos matarán, pero así nos haremos un mundo donde nos quepamos todos y todos nos vivamos sin muerte en la palabra. Nos quieren quitar la tierra para que ya no tenga suelo nuestro paso. Nos quieren quitar la historia para que en el olvido se muera nuestra palabra. No nos quieren indios. Muertos nos quieren.

Para el poderoso nuestro silencio fue su deseo. Callando nos moríamos, sin palabra no existíamos. Luchamos para hablar contra el olvido, contra la muerte, por la memoria y por la vida. Luchamos por el miedo a morir la muerte del olvido. Hablando en su corazón indio, la Patria sigue digna y con memoria.

I

Hermanos:

El día 1o. de enero de 1995, después de romper el cerco militar con el que el mal gobierno pretendía sumirnos en el olvido y rendirnos, llamamos a las distintas fuerzas y ciudadanos a construir un amplio frente opositor que uniera las voluntades democráticas en contra del sistema de partido de Estado: el Movimiento para la Liberación Nacional. Aunque al inicio este esfuerzo de unidad opositora encontró no pocos problemas, siguió adelante en los pensamientos de los hombres y mujeres que no se conforman con ver su Patria entregada a las decisiones del poder y el dinero extranjeros. El amplio frente opositor, después de seguir una ruta llena de dificultades, incomprensiones y retrocesos, está por concretar sus primeros planteamientos y acuerdos de acción conjunta. El largo proceso de maduración de este esfuerzo organizativo habrá de hacerse pleno en el año que inicia. Nosotros los zapatistas saludamos el nacimiento del Movimiento para la Liberación Nacional y deseamos que entre quienes formen parte de él exista siempre el afán de unidad y el respeto a las diferencias.

Iniciado el diálogo con el supremo gobierno, el compromiso del EZLN en la búsqueda de una solución política a la guerra iniciada en 1994 se vio traicionado. Fingiendo voluntad de diálogo, el mal gobierno optó cobardemente por la solución militar y, con argumentos torpes y estúpidos, desató una gran

persecución policiaca y militar que tenía como objetivo supremo el asesinato de la dirigencia del EZLN. Las fuerzas armadas rebeldes del EZLN resistieron con serenidad el golpe de decenas de miles de soldados que, con asesoría extranjera y toda la moderna maquinaria de muerte que poseen, pretendió ahogar el grito de dignidad que salía desde las montañas del Sureste Mexicano. Un repliegue ordenado permitió a las fuerzas zapatistas conservar su poder militar, su autoridad moral, su fuerza política y la razón histórica que es su principal arma en contra del crimen hecho gobierno. Las grandes movilizaciones de la sociedad civil nacional e internacional pararon la ofensiva traidora y obligaron al gobierno a insistir en la vía del diálogo y la negociación. Decenas de civiles inocentes fueron tomados presos por el mal gobierno y todavía permanecen en las cárceles en calidad de rehenes de los terroristas que nos gobiernan. Las fuerzas federales no tuvieron más victoria militar que la destrucción de una biblioteca, un salón de actos culturales, una pista de baile y el saqueo de las pocas pertenencias de los indígenas de la selva Lacandona. El intento de asesinato fue cubierto por la mentira gubernamental con la mascarada de la "recuperación de la soberanía nacional".

Olvidando el artículo 39 de la Constitución que juró cumplir el 1o. de diciembre de 1994, el supremo gobierno redujo al Ejército Federal Mexicano a la categoría de ejército de ocupación, le asignó la tarea de salvaguarda del crimen organizado hecho gobierno, y quiso enfrentarlo a sus hermanos mexicanos.

Mientras tanto, la verdadera pérdida de la soberanía nacional se concretaba en los pactos secretos y públicos del gabinete económico con los dueños de los dineros y los gobiernos extranjeros. Hoy, mientras decenas de miles de soldados federales agreden y hostigan a un pueblo armado de fusiles de palo y palabra digna, los altos gobernantes terminan de vender las riquezas de la gran nación mexicana y acaban de destruir lo poco que aún queda en pie.

Apenas iniciado el diálogo al que lo obligó la sociedad civil nacional e internacional, la delegación gubernamental tuvo oportunidad de mostrar claramente sus verdaderas intenciones en la negociación de la paz. Los neo-conquistadores de los indígenas que encabezan el equipo negociador del gobierno se distinguen por una actitud prepotente, soberbia, racista y humillante que llevó de fracaso en fracaso las distintas reuniones del Diálogo de San Andrés. Apostando al cansancio y al desgaste de los zapatistas, la delegación gubernamental puso todo su empeño en conseguir la ruptura del diálogo, confiada en que tendría así argumentos para recurrir a la fuerza y así conseguir lo que por razón le era imposible.

Viendo que el gobierno rehuía un enfoque serio del conflicto nacional que representaba la guerra, el EZLN tomó una iniciativa de paz que destrabara el diálogo y la negociación. Llamando a la sociedad civil a un diálogo nacional e internacional en la búsqueda de una paz nueva, el EZLN convocó a la Consulta por la Paz y la Democracia para escuchar el pensamiento nacional e internacional sobre sus demandas y su futuro.

Con la entusiasta participación de los miembros de la Convención Nacional Democrática, la entrega desinteresada de miles de ciudadanos sin organización pero con deseos democráticos, la movilización de los comités de solidaridad internacionales y los grupos de jóvenes, y la irreprochable ayuda de los hermanos y hermanas de Alianza Cívica Nacional, durante los meses de agosto y septiembre de 1995 se llevó a cabo un ejercicio ciudadano que no tiene precedente en la historia mundial: una sociedad civil y pacífica dialogando con un grupo armado y clandestino. Más de un millón 300 mil diálogos se realizaron para hacer verdad este encuentro de voluntades democráticas. Como resultado de esta consulta, la legitimidad de las demandas zapatistas fue ratificada, se dio un nuevo impulso al amplio frente opositor que se encontraba estancado y se expresó claramente el deseo de ver a los zapatistas participando en la vida política civil del país. La gran participación de la sociedad civil internacional llamó la atención sobre la necesidad de construir los espacios de encuentro entre las voluntades de cambio democrático que existen en los distintos países. El EZLN tomó con seriedad los resultados de este diálogo nacional e internacional e inició los trabajos políticos y organizativos para caminar de acuerdo con esas señales.

Tres nuevas iniciativas fueron lanzadas por los zapatistas como respuesta al éxito de la Consulta por la Paz y la Democracia. Una iniciativa para el ámbito internacional llamó a realizar un encuentro intercontinental en contra del neoliberalismo. Dos iniciativas son de carácter nacional: la formación de comités civiles de diálogo como base de discusión de los principales problemas nacionales y germen de una nueva fuerza política no partidaria; y la construcción de nuevos *Aguascalientes* como lugares de encuentro entre la sociedad civil y el zapatismo.

Tres meses después de estas tres iniciativas está por concretarse la convocatoria para el encuentro intercontinental por la humanidad y contra el neoliberalismo, más de 200 comités civiles de diálogo se han formado en toda la República Mexicana y, el día de hoy, se inauguran cinco nuevos *Aguascalientes*: uno en la comunidad de La Garrucha, otro en Oventic, uno más en Morelia, otro en La Realidad, y el último y primero en el corazón de todos los hombres y mujeres honestos que hay en el mundo.

En medio de amenazas y penurias, las comunidades indígenas zapatistas y la sociedad civil lograron levantar estos centros de resistencia civil y pacífica que serán lugar de resguardo de la cultura mexicana y mundial.

El Nuevo Diálogo Nacional tuvo una primera prueba con motivo de la mesa 1 del Diálogo de San Andrés. Mientras el gobierno descubría su ignorancia respecto de los habitantes originales de estas tierras, los asesores e invitados del EZLN echaron a andar un diálogo tan rico y nuevo que rebasó inmediatamente la estrechez de la mesa de San Andrés y se ubicó en su verdadero lugar: la nación. Los indígenas mexicanos, los siempre obligados a escuchar, a obedecer, a aceptar, a resignarse, tomaron la palabra y hablaron la sabiduría que anda en sus pasos. La imagen del indio ignorante, pusilánime y ridículo, la imagen que el poder había decretado para consumo nacional, se hizo pedazos y el orgullo y la dignidad

indígenas volvieron a la historia para tomar el lugar que les corresponde: el de ciudadanos completos y cabales.

Independientemente de lo que resulte de la primera negociación de acuerdos en San Andrés, el diálogo iniciado por las distintas etnias y sus representantes seguirá adelante ahora en el Foro Nacional Indígena, y tendrá su ritmo y los alcances que los propios indígenas acuerden y decidan. En el escenario político nacional el redescubrimiento de la criminalidad salinista volvió a sacudir el sistema de partido de Estado. Los apologistas de las contrarreformas salinistas sufrieron amnesia y ahora son los más entusiastas perseguidores de aquel bajo cuya sombra se enriquecieron. El Partido Acción Nacional, el más fiel aliado de Carlos Salinas de Gortari, empezó a mostrar sus posibilidades reales de relevar al Partido Revolucionario Institucional en la cumbre del poder político y a enseñar su vocación represiva, intolerante y reaccionaria. Quienes ven con esperanza el ascenso del neopanismo olvidan que el relevo de una dictadura no significa democracia, y aplauden la nueva inquisición que, con careta democrática, habrá de sancionar con golpes y moralina los últimos estertores de un país que fue asombro mundial y hoy es referencia de crónicas policíacas y escándalos. Las constantes en el ejercicio de gobierno fueron la represión y la impunidad; las masacres de indígenas en Guerrero, Oaxaca y la Huasteca ratifican la política gubernamental frente a los indígenas; el autoritarismo en la UNAM frente al movimiento de los CCH demuestra la ruta de corrupción que va de la academia a la política; la detención de dirigentes de El Barzón es una muestra más de la traición como método de diálogo; las bestialidades del regente Espinosa ensayan el fascismo callejero en la ciudad de México; las reformas a la Ley del Seguro Social reiteran la democratización de la miseria y el apoyo a la banca privatizada asegura la vocación de unidad entre poder y dinero; los crímenes políticos son irresolubles porque provienen de quien dice perseguirlos; la crisis económica hace más insultante la corrupción en las esferas gubernamentales. Gobierno y crimen, hoy, son sinónimos y equivalentes.

Mientras la verdadera oposición se afana en encontrar el centro en una nación moribunda, amplias capas de la población refuerzan su escepticismo frente a los partidos políticos y buscan, sin encontrarla todavía, una opción de quehacer político nuevo, una organización política de nuevo tipo.

Como una estrella, la heroica y digna resistencia de las comunidades indígenas zapatistas iluminó el año de 1995 y escribió una hermosa lección en la historia mexicana. En Tepoztlán, en los trabajadores de Sutura-100, en El Barzón, por mencionar algunos lugares y movimientos, la resistencia popular encontró dignos representantes.

En resumen, el año de 1995 se caracterizó por la definición de dos proyectos de nación completamente distintos y contradictorios.

Por un lado el proyecto de país que tiene el poder, un proyecto que implica la destrucción total de la nación mexicana; la negación de su historia; la entrega de su soberanía; la traición y el crimen como valores supremos; la hipocresía y el

engaño como método de gobierno; la desestabilización y la inseguridad como programa nacional, y la represión y la intolerancia como plan de desarrollo. Este proyecto encuentra en el PRI su cara criminal y en el PAN su mascarada democrática. Por el otro lado, el proyecto de la transición a la democracia, no una transición pactada con el poder que simule un cambio para que todo siga igual, sino la transición a la democracia como el proyecto de reconstrucción del país; la defensa de la soberanía nacional; la justicia y la esperanza como anhelos; la verdad y el mandar obedeciendo como guía de jefatura; la estabilidad y la seguridad que dan la democracia y la libertad; el diálogo, la tolerancia y la inclusión como nueva forma de hacer política.

Este proyecto está por hacerse y corresponderá, no a una fuerza política hegemónica o a la genialidad de un individuo, sino a un amplio movimiento opositor que recoja los sentimientos de la nación. Estamos en medio de una gran guerra que ha sacudido al México de finales del siglo XX. La guerra entre quienes pretenden la perpetuación de un régimen social, cultural y político que equivale al delito de traición a la patria, y los que luchan por un cambio democrático, libre y justo. La guerra zapatista es sólo una parte de esa gran guerra que es la lucha entre la memoria que aspira a futuro y el olvido con vocación extranjera.

Una nueva sociedad plural, tolerante, incluyente, democrática, justa y libre sólo es posible, hoy, en una patria nueva. No será el poder el constructor. El poder hoy es sólo el agente de ventas de los escombros de un país destruido por los verdaderos subversivos y desestabilizadores: los gobernantes.

Los proyectos de oposición independiente tenemos una carencia que, hoy, se hace más decisiva: nos oponemos a un proyecto de país que implica su destrucción, pero carecemos de una propuesta de nueva nación, una propuesta de reconstrucción. Parte, y no el todo ni su vanguardia, ha sido y es el EZLN en el esfuerzo por la transición a la democracia. A pesar de las persecuciones y amenazas, por encima de los engaños y las mentiras, legítimo y consecuente, el EZLN sigue adelante en su lucha por la democracia, la libertad y la justicia para todos los mexicanos.

Hoy, la lucha por la democracia, la libertad y la justicia en México es una lucha por la liberación nacional.

II

Hoy, con el corazón de Emiliano Zapata y habiendo escuchado la voz de nuestros hermanos todos, llamamos al pueblo de México a participar en una nueva etapa de la lucha por la liberación nacional y la construcción de una patria nueva, a través de esta...

**Cuarta Declaración de la Selva Lacandona
en la que llamamos a todos los hombres y
mujeres honestos a participar en la**

Nueva fuerza política nacional que hoy nace: el Frente Zapatista de Liberación Nacional

Organización civil y pacífica, independiente y democrática, mexicana y nacional, que lucha por la democracia, la libertad y la justicia en México. El Frente Zapatista de Liberación Nacional nace hoy e invitamos para que participen en él a los obreros de la República, a los trabajadores del campo y de la ciudad, a los indígenas, a los colonos, a los maestros y estudiantes, a las mujeres mexicanas, a los jóvenes de todo el país, a los artistas e intelectuales honestos, a los religiosos consecuentes, a todos los ciudadanos mexicanos que queremos no el poder sino la democracia, la libertad y la justicia para nosotros y nuestros hijos.

Invitamos a la sociedad civil nacional, a los sin partido, al movimiento social y ciudadano, a todos los mexicanos a construir una nueva fuerza política. Una nueva fuerza política que sea nacional. Una nueva fuerza política con base en el EZLN.

Una nueva fuerza política que forme parte de un amplio movimiento opositor, el Movimiento para la Liberación Nacional, como lugar de acción política ciudadana donde confluyen otras fuerzas políticas de oposición independiente, espacio de encuentro de voluntades y coordinador de acciones unitarias.

Una fuerza política cuyos integrantes no desempeñen ni aspiren a desempeñar cargos de elección popular o puestos gubernamentales en cualquiera de sus niveles. Una fuerza política que no aspire a la toma del poder. Una fuerza que no sea un partido político.

Una fuerza política que pueda organizar las demandas y propuestas de los ciudadanos para que el que mande, mande obedeciendo. Una fuerza política que pueda organizar la solución de los problemas colectivos aún sin la intervención de los partidos políticos y del gobierno. No necesitamos pedir permiso para ser libres. La función de gobierno es prerrogativa de la sociedad y es su derecho ejercer esa función. Una fuerza política que luche en contra de la concentración de la riqueza en pocas manos y en contra de la centralización del poder. Una fuerza política cuyos integrantes no tengan más privilegio que la satisfacción del deber cumplido.

Una fuerza política con organización local, estatal y regional que crezca desde la base, desde su sustento social. Una fuerza política nacida de los comités civiles de diálogo.

Una fuerza política que se llama Frente porque trata de incorporar esfuerzos organizativos no partidistas, tiene muchos niveles de participación y muchas formas de lucha.

Una fuerza política que se llama Zapatista porque nace con la esperanza y el corazón indígena que, junto al EZLN, volvieron a bajar de las montañas mexicanas.

Una fuerza política que se llama De Liberación Nacional porque su lucha es por la libertad de todos los mexicanos y en todo el país.

Una fuerza política con un programa de lucha de 13 puntos, los de la *Primera Declaración de la Selva Lacandona* enriquecidos a lo largo de dos años de insurgencia.

Una fuerza política que luche contra el sistema de partido de Estado. Una fuerza política que luche por la democracia en todo y no sólo en lo electoral. Una fuerza política que luche por un nuevo constituyente y una nueva Constitución. Una fuerza política que luche porque en todas partes haya justicia, libertad y democracia. Una fuerza política que no luche por la toma del poder político sino por la democracia de que el que mande, mande obedeciendo.

Llamamos a todos los hombres y mujeres de México, a los indígenas y a los no indígenas, a todas las razas que forman la nación; a quienes estén de acuerdo en luchar por techo, tierra, trabajo, pan, salud, educación, información, cultura, independencia, democracia, justicia, libertad y paz; a quienes entienden que el sistema de partido de Estado es el principal obstáculo para el tránsito a la democracia en México; a quienes saben que democracia no quiere decir alternancia del poder sino gobierno del pueblo, para el pueblo y por el pueblo; a quienes estén de acuerdo con que se haga una nueva Carta Magna que incorpore las principales demandas del pueblo mexicano y las garantías de que se cumpla el artículo 39 mediante las figuras de plebiscito y referéndum; a quienes no aspiran o pretenden ejercer cargos públicos o puestos de elección popular; a quienes tienen el corazón, la voluntad y el pensamiento en el lado izquierdo del pecho; a quienes quieren dejar de ser espectadores y están dispuestos a no tener ni pago ni privilegio alguno como no sea el participar en la reconstrucción nacional; a quienes quieren construir algo nuevo y bueno, para que formen el Frente Zapatista de Liberación Nacional.

Aquellos ciudadanos sin partido, aquellas organizaciones sociales y políticas, aquellos comités civiles de diálogo, movimientos y grupos, todos los que no aspiren a la toma del poder y que suscriban esta *Cuarta Declaración de la Selva Lacandona* se comprometen a participar en el diálogo para acordar la estructura orgánica, el plan de acción y la declaración de principios del Frente Zapatista de Liberación Nacional.

Con la unidad organizada de los zapatistas civiles y los combatientes zapatistas en el Frente Zapatista de Liberación Nacional, la lucha iniciada el 1o. de enero de 1994 entrará en una nueva etapa. El EZLN no desaparece, pero su esfuerzo más importante irá por la lucha política. En su tiempo y condiciones, el EZLN participará directamente en la formación del Frente Zapatista de Liberación Nacional.

Hoy, 1o. de enero de 1996, el Ejército Zapatista de Liberación Nacional firma esta *Cuarta Declaración de la Selva Lacandona*. Invitamos al pueblo de México a que

lo suscriba.

III

Hermanos:

Muchas palabras se caminan en el mundo. Muchos mundos se hacen. Muchos mundos nos hacen. Hay palabras y mundos que son mentiras e injusticias. Hay palabras y mundos que son verdades y verdaderos. Nosotros hacemos mundos verdaderos. Nosotros somos hechos por palabras verdaderas.

En el mundo del poderoso no caben más que los grandes y sus servidores. En el mundo que queremos nosotros caben todos.

El mundo que queremos es uno donde quepan muchos mundos. La Patria que construimos es una donde quepan todos los pueblos y sus lenguas, que todos los pasos la caminen, que todos la ríen, que la amanezcan todos.

Hablamos la unidad incluso cuando callamos. Bajito y lloviendo nos hablamos las palabras que encuentran la unidad que nos abraza en la historia y para desechar el olvido que nos enfrenta y destruye.

Nuestra palabra, nuestro canto y nuestro grito, es para que ya no mueran más los muertos. Para que vivan luchamos, para que vivan cantamos.

Vive la palabra. Vive el Ya basta! Vive la noche que se hace mañana. Vive nuestro digno caminar junto a los todos que lloran. Para destruir el reloj de muerte del poderoso luchamos. Para un nuevo tiempo de vida luchamos.

La flor de la palabra no muere, aunque en silencio caminen nuestros pasos. En silencio se siembra la palabra. Para que florezca a gritos se calla. La palabra se hace soldado para no morir en el olvido. Para vivir se muere la palabra, sembrada para siempre en el vientre del mundo. Naciendo y viviendo nos morimos. Siempre viviremos. Al olvido sólo regresarán quienes rinden su historia.

Aquí estamos. No nos rendimos. Zapata vive y, a pesar de todo, la lucha sigue.

*Desde las montañas del Sureste Mexicano.
Comité Clandestino Revolucionario Indígena-Comandancia General del
Ejército Zapatista de Liberación Nacional.*

ANEXO 5

Pliego de demandas zapatistas

01 de marzo de 1994

Primero.- Demandamos que se convoque a una elección verdaderamente libre y democrática, con igualdad de derechos y obligaciones para las organizaciones políticas que luchan por el poder, con libertad auténtica para elegir una u otra propuesta y con el respeto a la voluntad mayoritaria. La democracia es el derecho fundamental de todos los pueblos indígenas y no indígenas. Sin democracia no puede haber libertad ni justicia ni dignidad. Y sin dignidad nada hay.

Segundo.- renuncie el titular del Ejecutivo federal y los titulares de los ejecutivos estatales que llegaron al poder mediante fraudes electorales.

Tercero.- Reconocimiento del Ejército Zapatista de Liberación Nacional como fuerza beligerante y de sus tropas como auténticos combatientes y aplicación de todos los tratados internacionales para regular conflictos bélicos.

Cuarto.- Nuevo pacto entre los integrantes de la federación que acabe con el centralismo y permita a regiones, comunidades indígenas y municipios autogobernarse con autonomía política, económica y cultural.

Quinto.- Elecciones generales para todo el estado de Chiapas y reconocimiento legal de todas las fuerzas políticas en el estado.

Sexto.- Productor de electricidad y petróleo, el estado de Chiapas rinde tributo a la federación sin recibir nada a cambio. Es primordial que todas las comunidades chiapanecas reciban el beneficio de la energía eléctrica y que un porcentaje de los ingresos económicos por la comercialización del petróleo chiapaneco se aplique a obras de infraestructura industrial agrícola, comercial y social en beneficio de todos los chiapanecos.

Séptimo.- Revisión del Tratado de Libre Comercio firmado con Canadá y Estados Unidos

Octavo.- El artículo 27 de la Carta Magna debe respetar el espíritu original de Emiliano Zapata: la tierra es para los indígenas y campesinos que la trabajan. No para los latifundistas. Que se formen nuevos ejidos y comunidades. La reforma salinista al 27 constitucional debe ser anulada y el derecho a la tierra debe volver a nuestra Carta Magna.

Noveno.- Queremos que se construyan hospitales en las cabeceras municipales y que cuenten con médicos especializados y con suficiente medicamento para atender a los pacientes, y clínicas de campo en los ejidos, comunidades y parajes, así como capacitación y sueldo justo para los agentes de salud.

Décimo.- Que se garantice el derecho de los indígenas a la información veraz de lo que ocurre a nivel local, regional, estatal, nacional e internacional con una radiodifusora indígena independiente del gobierno, dirigida por indígenas y manejada por indígenas.

Décimo primero.- Queremos que se construyan viviendas en todas las comunidades rurales de México y que cuenten con los servicios necesarios como: luz, agua potable, caminos, drenaje, teléfono, transporte, etcétera. Y también que tengan las ventajas de la ciudad como televisión, estufa, refrigerador, lavadora, etcétera. Las comunidades deben contar con centros recreativos para el sano esparcimiento de los pobladores: deporte y cultura que dignifiquen la condición humana de los indígenas.

Décimo segundo.- Queremos que se acabe con el analfabetismo en los pueblos indígenas.

Décimo tercero.- Que las lenguas de todas las etnias sean oficiales y que sea obligatoria su enseñanza en las escuelas primaria, secundaria, preparatoria y universidad.

Décimo cuarto.- Que se respeten nuestros derechos y dignidad como pueblos indígenas, tomando en cuenta nuestra cultura y tradición.

Décimo quinto.- Ya no queremos seguir siendo objeto de discriminación y desprecio que hemos venido sufriendo desde siempre los indígenas.

Décimo sexto.- Como pueblo indígena que somos, que nos dejen organizarnos y gobernarnos con autonomía propia, porque ya no queremos ser sometidos a la voluntad de los poderosos nacionales y extranjeros.

Décimo séptimo.- Que la justicia sea administrada por los propios pueblos indígenas, según sus costumbres y tradiciones, sin intervención de gobiernos ilegítimos y corruptos.

Décimo octavo.- Queremos tener siempre un trabajo digno con salario justo para todos los trabajadores del campo y de la ciudad de la República Mexicana

Décimo noveno.- Queremos precio justo para nuestros productos del campo.

Vigésimo.- Que se acabe con el saqueo de la riqueza de nuestro México y, sobre todo, de Chiapas, uno de los estados más ricos de la República, pero que es donde el hambre y la miseria cada día abundan más.

Vigésimo primero.- Queremos la anulación de todas las deudas por créditos, préstamos e impuestos con altos intereses porque ya no pueden pagarse debido a la gran pobreza del pueblo mexicano.

Vigésimo segundo.- Queremos que se acabe con el hambre y la desnutrición porque solamente han causado la muerte de miles de nuestros hermanos del campo y de la ciudad.

Vigésimo tercero.- Pedimos la libertad inmediata e incondicional de todos los presos políticos y de los pobres presos injustamente en todas las cárceles de Chiapas y de México.

Vigésimo cuarto.- Pedimos que el Ejército Federal y las policías de seguridad pública y judiciales ya no entren en las zonas rurales porque solamente van a intimidar, desalojar, robar, reprimir y bombardear a los campesinos que se organizan para defender sus derechos.

Vigésimo quinto.- Pedimos y exigimos al gobierno federal indemnizar a las familias que hayan sufrido daños materiales causados por los bombardeos y la acción de las tropas federales. Y también pedimos indemnización para las viudas y huérfanos por la guerra, tanto civiles como zapatistas.

Vigésimo sexto.- Nosotros, como campesinos indígenas, queremos vivir en paz y tranquilidad, y que nos dejen vivir según nuestros derechos a la libertad y a una vida digna.

Vigésimo séptimo.- Que se quite el Código Penal del estado de Chiapas porque no nos deja organizarnos más que con las armas, porque toda la lucha legal y pacífica la castigan y reprimen.

Vigésimo octavo.- Pedimos y exigimos el cese de las expulsiones de indígenas de sus comunidades por los caciques apoyados por el Estado.

Vigésimo noveno.- Petición de las mujeres indígenas: Nosotras, las mujeres campesinas indígenas, pedimos la solución inmediata de nuestras necesidades urgentes, a las que el gobierno nunca ha dado solución:

a).- Clínicas de partos con ginecólogos para que las mujeres campesinas reciban la atención médica necesaria.

b).- Que se construyan guarderías de niños en las comunidades.

c).- Pedimos al gobierno que mande alimentos suficientes para los niños en todas las comunidades rurales como: leche, maicena, arroz, maíz, soya, aceite frijol, queso, huevos, azúcar, sopa, avena, etcétera.

d).- Que se construyan cocinas y comedores para los niños en las comunidades, que cuenten con todos los servicios.

e).- Que se pongan molinos de nixtamal y tortillerías en las comunidades, dependiendo del número de familias que tengan.

f).- Que nos den proyectos de granjas de pollos, conejos, borregos, puercos, etcétera, y que cuenten con asesoría técnica y médicos veterinarios.

g).- Pedimos proyectos de panadería que cuenten con hornos y materiales.

h).- Queremos que se construyan talleres de artesanías que cuenten con maquinaria y materias primas.

i).- Para la artesanía, que haya mercado donde se pueda vender con precio justo.

j).- Que se construyan escuelas donde puedan recibir capacitación técnica las mujeres.

k).- Que haya escuelas de preescolar y maternal en las comunidades rurales, donde los niños puedan divertirse y crecer sanos moral y físicamente.

l).- Que como mujeres tengamos transportes suficientes para trasladarnos y para transportar nuestros productos de los diferentes proyectos que tengamos.

Trigésimo.- Exigimos juicio político a los señores Patrocinio González Garrido, Absalón Castellanos Domínguez y Elmer Setzer M.

Trigésimo primero.- Exigimos respeto a la vida de todos los miembros del EZLN y que se garantice que no habrá proceso penal alguno o acción represiva en contra de ninguno de los miembros del EZLN, combatientes, simpatizantes o colaboradores.

Trigésimo segundo.- Que todas las agrupaciones y comisiones de defensa de los derechos humanos sean independientes, o sea no gubernamentales, porque las que son del gobierno sólo esconden las arbitrariedades del gobierno.

Trigésimo tercero.- Que se forme una Comisión Nacional de Paz con Justicia y Dignidad formada mayoritariamente por gentes que no pertenezcan al gobierno ni a ningún partido político. Y que esta Comisión Nacional de Paz con Justicia y Dignidad sea la que vigile el cumplimiento de los acuerdos a los que lleguen entre el EZLN y el gobierno federal.

Trigésimo cuarto.- Que la ayuda humanitaria para las víctimas del conflicto sea canalizada a través de representantes auténticos de las comunidades indígenas.